

20



PLANO
DE ATIVIDADES
E ORÇAMENTO

25

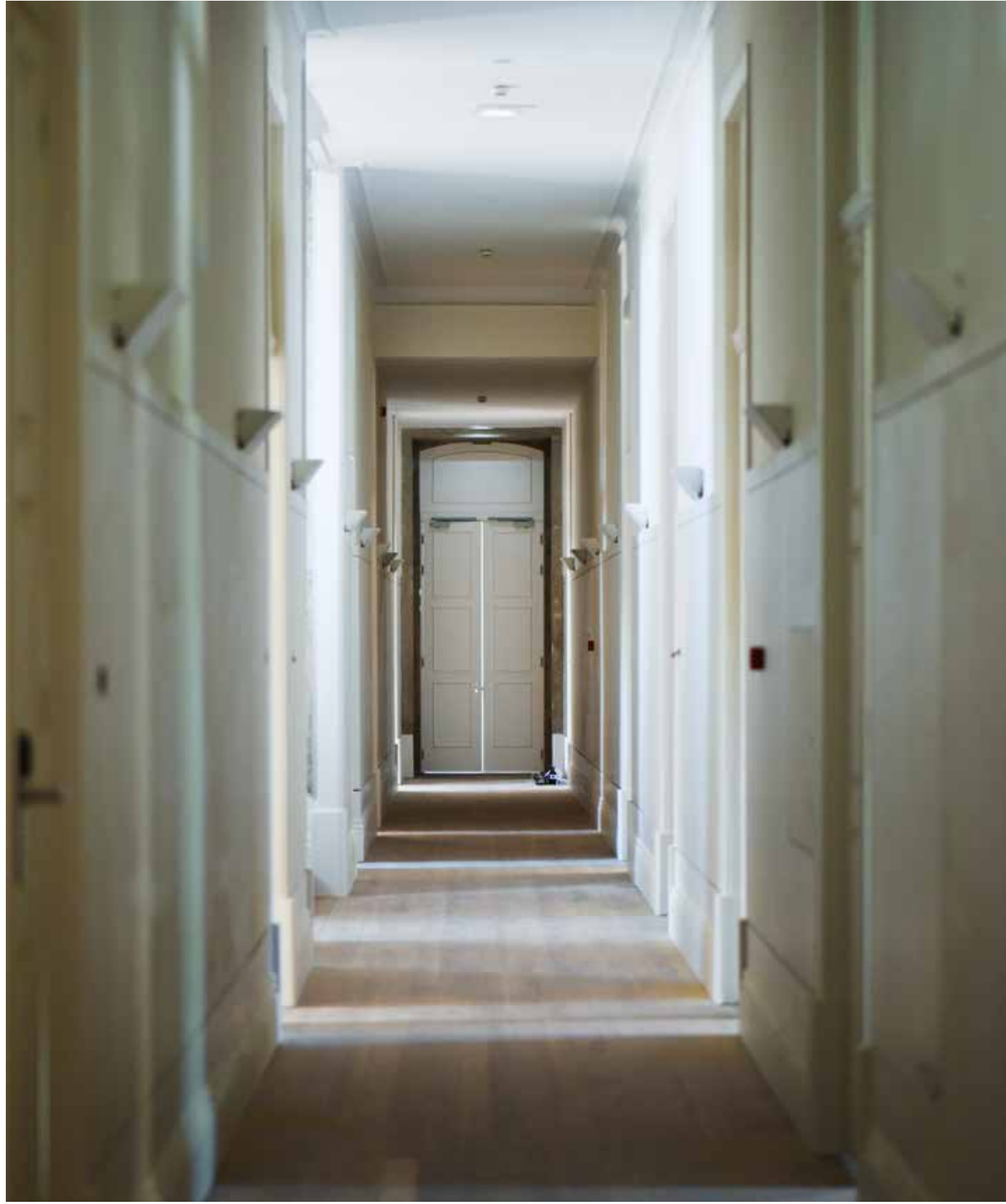
MISERICÓRDIA DO PORTO



“Seja o futuro emenda do passado, e o que há de ser, satisfação do que foi.”

Padre António Vieira





Índice

01	INTRODUÇÃO	06
02	CORPOS GERENTES	07
03	MENSAGEM DO PROVIDOR	08
04	PRINCÍPIOS GERAIS DE GESTÃO	10
4.1.	Cenário Macroeconómico	10
05	PLANO DE ATIVIDADES	14
5.1.	Enquadramento Geral	14
5.2.	Prioridades Estratégicas para 2025	14
5.3.	PARTE I Atividade Operacional	
5.3.1.	Saúde	19
5.3.2.	Social, Mulher e Juventude	27
5.3.3.	Educação	51
5.3.4.	Deficiência e Incapacidade	57
5.3.5.	Desenvolvimento Agrícola	63
5.3.6.	Culto e Cultura	79
5.3.7.	Ambiente	87
5.3.8.	Justiça e Reinserção Social	89
5.4.	PARTE II Serviços Partilhados e Corporativos	
5.4.1.	Recursos Humanos e Formação Profissional	131
5.4.2.	Gestão Administrativa e Património	133
5.4.3.	Auditoria Interna	134
5.4.4.	Marketing e Comunicação	136
5.4.5.	Contabilidade e Finanças	139
5.4.6.	Gestão Organizacional e Sistemas de Informação	142
5.4.7.	Assuntos Europeus	148
5.4.8.	Assuntos Jurídicos e Contencioso	152
5.4.9.	Data Protection Officer	156
5.5.	REFERÊNCIAS FINAIS	159
06	ORGANOGRAMA GERAL	160
07	ORÇAMENTO	162
08	PARECER DO DEFINITÓRIO	186



01 Introdução

Apresentamos o Plano de Atividades e o orçamento para o ano de 2025 por imposição estatutária do nosso Compromisso e da Lei com a certeza de que a sua avaliação se fará num quadro de transição de administrações.

Como é natural, é um documento previsional que corporiza um conjunto de opções que foram sucessivamente sufragadas no âmbito da Santa Casa da Misericórdia do Porto e se apresentam de continuidade sobre um trabalho que se desenvolve de forma quotidiana.

As incertezas da política internacional conjugadas com as dúvidas da política interna não permitem um Plano de Atividades e um Orçamento que seja muito expansivo na sua finalidade de objetivo.

Contudo, será sempre com os olhos no futuro e na sustentabilidade da nossa instituição que vamos enfrentar o ano de 2025 na certeza de que este documento possui a flexibilidade exigida a uma instituição penta-secular.

A certeza que procuramos deixar é que a instituição está pronta para enfrentar os desafios que nos venham a colocar e saberemos ter o sucesso que é inerente ao nosso ADN constitutivo.



02 Corpos Gerentes

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Jorge Rui Moia Pereira Cernadas

Vice-Presidente

José Manuel Lemos Pavão

Secretários

António José Barbosa Samagaio

Vítor Guilherme Barrosa Pereira Dias

Mesa Administrativa

Provedor

Pelouro da Justiça

Pelouro da Saúde - Hospital da Prelada

Pelouro da Mulher

António Manuel Lopes Tavares

Vice-Provedor

Pelouro da Deficiência e Ensino Especial

Pelouro do Desenvolvimento Agrícola

Pelouro da Saúde - Centro Hospitalar do Conde de Ferreira

Francisco José Guimarães Castelo Branco Ribeiro

Tesoureiro Geral

Pelouro das Finanças e da Auditoria

Joaquim da Silva Vianez

Mesário

Pelouro das Artes e Cultura

Pelouro do Culto

Francisco Ribeiro da Silva

Mesário

Manuel Pinto Teixeira

Mesária

Pelouro Social, do Envelhecimento e da Juventude

Pelouro da Saúde - Centro Hospitalar do Conde de Ferreira

Maria Albertina Amorim Coelho

Mesário

Pelouro do Ambiente

Pelouro para a Educação

Nuno Paulo Fernandes Oliveira

Definitório

Presidente

António José Ramalho Monteiro

Vice-Presidente

Justino Cruz dos Santos

Secretário

Alexandra Afonso

Vogais

José Carlos Póvoas

Nuno Camilo Mota



03 Mensagem do Provedor

A Santa Casa da Misericórdia do Porto tem, ao longo dos seus 525 anos, sabido enfrentar todos os momentos com a capacidade inerente à realização da inovação social. Este espírito de resiliência tem permitido encontrar as fórmulas mais apropriadas para, em cada momento, responder com sucesso aos desafios colocados.

No domínio da saúde acabamos de instalar o primeiro Centro de Atendimento Clínico no Hospital da Prelada, numa iniciativa pioneira no quadro do Serviço Nacional de Saúde.

Esta nossa capacidade de saber construir as respostas necessárias ao conforto e bem-estar dos outros mostram de forma marcante a dinâmica da nossa instituição.

Os desafios que se colocam à sociedade portuguesa, nomeadamente os que resultam do envelhecimento das populações, os movimentos migratórios de pessoas deslocadas de outras geografias e a falta de habitação, vão exigir muito mais atenção a toda a nossa atividade operacional.

Numa altura de transição de administrações não poderíamos deixar de cumprir a exigência estatutária e

legal apresentando o que poderá ser, se merecer a avaliação positiva dos Irmãos e Irmãs da Santa Casa, um documento previsional que, de forma substantiva e adjetiva, permita conduzir os destinos ao longo de 2025.

Uma nota final de agradecimento a todos aqueles que, de uma forma empenhada e diligente, contribuíram para a preparação e elaboração deste Plano de Atividades e de Orçamento.

Esperemos que as opções estratégicas a desenvolver possam articular-se com a dinâmica da política nacional e com os desafios das relações internacionais.

Porto, 24 de setembro de 2024

O Provedor

António Manuel Lopes Tavares





04 Princípios Gerais de Gestão

Os princípios de gestão que pautaram a preparação deste documento afirmam-se no quadro de princípios de prudência orçamental, de subsidiariedade em relação às políticas públicas e de rentabilização do nosso património de rendimento.

A estrutura do nosso orçamento assenta em alguma rigidez de despesa como é o caso dos recursos humanos ou aquisição de bens e serviços. Daí que a busca constante das receitas dependa sempre da capacidade do Estado atualizar os valores de prestação de serviços e respetiva rentabilização do nosso património de rendimento.

Nesse sentido temos plena consciência da adoção de princípios conservadores e históricos dos recentes exercícios e da respetiva consequência de medidas de gestão oportunamente realizadas.

Foi com esta preocupação que este documento foi elaborado e é apresentado à avaliação da Assembleia Geral.

4.1. Cenário macroeconómico

Em termos de indicadores macroeconómicos, as estimativas indiciam o seguinte:

- As projeções do Banco de Portugal em outubro de 2024 apontam para um abrandamento do crescimento econó-

mico, recuperando em 2025-2026. Prevê-se que a taxa de crescimento do PIB seja de 1,6% em 2024 e 2,1% em 2025, traduzindo-se na manutenção da convergência da economia portuguesa com os níveis de rendimento europeu;

Tabela 1 - Taxa de Crescimento do PIB real, 2014-2024 (em %)

	Zona Euro (20 países)	Portugal	Total OCDE
2014	1,4	0,8	1,5
2015	2	1,8	3,3
2016	1,9	2	2,2
2017	2,6	3,5	2,5
2018	1,8	2,8	2,2
2019	1,6	2,7	2,2
2020	-6,1	-8,3	-6,3
2021	5,9	5,7	3,5
2022	3,4	6,8	1
2023	0,5	2,5	2,7
2024**	0,3*	1,7	n.d.

** Estimativa * 2.º Trimestre
 Fonte: Banco de Portugal | p - Projetado

- O Banco Central Europeu reviu em baixa a estimativa de crescimento económico na Zona Euro, em 2024, para 0,8%;

- Em Portugal, a inflação tem vindo a decrescer, fixando-se nos 2,6% em 2024, face à previsão do Banco Central Europeu, para a Zona Euro, de uma taxa de inflação na ordem dos 2,5%. As previsões para 2025 e 2026 apontam para a estabilidade de preços, flutuando cerca dos 2%, mantendo-se moderadas as pressões inflacionistas externas;

- Face à previsão de estabilização no crescimento dos preços à volta dos 2% em 2025-26, o Banco Central Europeu tem vindo, de forma cautelosa, a permitir a baixa das taxas de juro, colocando a taxa de juro diretora nos 3,5% em setembro de 2024, enquanto a taxa de refinanciamento dos bancos comerciais ficou nos 3,65%; de acordo com a Bloomberg, os mercados antecipam futuros cortes até ao final de 2025, podendo então vir a situar-se nos 2,75%.

Tabela 2 - Taxa de Variação anual (%), Componentes do PIB

	2023	2024	2025	2026
Consumo Privado	2	2,5	2,3	1,9
Consumo Público	0,6	1	0,9	0,8
FBCF	3,6	0,8	5,4	5,1
Exportações	3,5	3,8	3,3	3,4
Importações	1,7	4,5	4,4	3,7

- A taxa de desemprego tem-se mantido relativamente estável, permanecendo baixa na sequência dos anos anteriores. Situada nos 6,3% no 2.º trimestre de 2024, enquadra-se na taxa natural de desemprego, cuja estimativa aponta para entre os 6% e os 7%;

Tabela 3 - Emprego e Taxa de desemprego (%), taxa de variação anual

	2023	2024	2025	2026
Emprego	1	1,1	0,6	0,9
Taxa de Desemprego	6,5	6,4	6,4	6,4



- De acordo com as estimativas do Banco de Portugal, projeta-se um aumento de emprego de 1,1% em 2024 e 0,6% em 2025, sendo que a imigração desempenha um papel importante no crescimento do emprego, fundamentalmente em setores como a construção civil, a agricultura e pesca ou a restauração, entre outros;
- Os salários reais deverão crescer 4,6% em 2024;
- O acréscimo da procura interna, remetendo para efeitos distributivos no rendimento disponível, e das exportações sustentou o crescimento económico em 2024, prevendo-se que venha a acelerar em 2025-26;
- Em função do acréscimo do rendimento real disponível de 6,6% em 2024, a taxa de poupança aumentou para 11,5%, a par do sucedido noutros países europeus, potenciada por taxas de juro positivas. No entanto, as projeções do Banco de Portugal apontam no sentido de uma desaceleração na taxa de crescimento do rendimento disponível nos próximos anos, mantendo-se estabilizada a taxa de poupança;
- A par das pressões inflacionistas e de taxas de juro mais elevadas que na década anterior, a referida evolução positiva da taxa de poupança reflete maior precaução das famílias face ao consumo, nomeadamente nos quartis de rendimentos mais elevados;
- De acordo com o Banco de Portugal, o rácio FBCF/PIB nos anos recentes é comparável à evolução registada na Zona Euro;
- No que se refere ao investimento, espera-se que os anos de 2025-26 se venham a caracterizar por um maior dinamismo dado o estímulo dos fundos europeus, podendo atingir os 5,2%, retomando o investimento em habitação e a recuperação da FBCF privado;
- O crescimento médio das exportações deverá manter-se, refletindo a recuperação gradual da economia global pós-pandemia; a exportação de bens tem vindo a aumentar a sua quota de mercado na União Europeia, sendo de esperar que o turismo se mantenha a níveis significativos.
- No entanto, o acréscimo das exportações tem sido consistente com uma mais elevada dependência das importações;
- O preço das habitações, por m², tem vindo a aumentar nos últimos anos, mais do que a média da Zona Euro e da União Europeia. Ainda assim, segundo dados da Eurostat, a taxa de crescimento tem vindo a abrandar, o que sugere que se pode estar a atingir um ponto de inflexão;
- Não são ainda conhecidos dados estatísticos relativamente à pobreza em Portugal para 2024. De acordo com os dados mais recentes (Pordata, 2023), o limiar do risco de pobreza andava pelos 7.095 euros em 2023, situando-se o país na 18.ª posição entre os 27 países da U.E. Ainda assim, a proporção de população em risco de pobreza terá caído 4% entre 2003 e 2021, tendo em conta as transferências sociais;
- A taxa de risco da pobreza chegava aos 20,1%, traduzindo-se numa estabilização face ao ano anterior: mais do que dois milhões de portugueses;
- Em 2023, o rendimento dos 20% mais ricos terá sido 5.6 vezes mais elevado do que o rendimento dos 20% mais pobres.
- 19,9% do rendimento disponível das famílias em Portugal, era em 2023 detido pelos 40% mais pobres, e de acordo com dados da Pordata, situando o nosso país apenas acima da Roménia, Estónia, Letónia, Lituânia e Bulgária. Estas informações remetem para uma desigualdade significativa na distribuição dos rendimentos;
- Em 2024, 30,5% das pessoas em Portugal não terá tido capacidade para fazer face a despesas inesperadas e sem recorrer a empréstimos. Ainda no que respeita a dados relativos a privação material e social, 38,9% dos portugueses não tinham, em 2024, capacidade para pagar uma semana de férias por ano, e 20,8% não tinham dinheiro para aquecer a casa. Ainda assim, torna-se clara a preocupação com o pagamento das rendas, ou crédito, relativo a habitação, já que são 5,2% das pessoas que revelam ter valores em atraso;
- De acordo com o Eurobarómetro de outubro de 2023, o aumento do custo de vida, o desemprego e as pensões estão entre os maiores problemas enfrentados em Portugal;
- Segundo a ONU, em três anos de crise, 165 milhões de pessoas, por todo o mundo, terão entrado na pobreza;
- A evolução económica global continua a ser afetada pelas questões geopolíticas, nomeadamente as guerras na Ucrânia e em Israel.





05 Plano de atividades

5.1. Enquadramento Geral

O presente Plano de Atividades e Orçamento para 2025 volta a ser apresentado num cenário de alguma expectativa.

De um lado, na política interna, a discussão sobre o Orçamento de Estado poderá, em caso de avaliação negativa, desencadear uma crise política que poderá evoluir para um novo ato eleitoral com as consequências que tudo isso implica.

As eleições presidenciais nos Estados Unidos, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e crise do Médio Oriente entre Israel e o Hamas são fatores suficientes de incerteza no plano das relações internacionais.

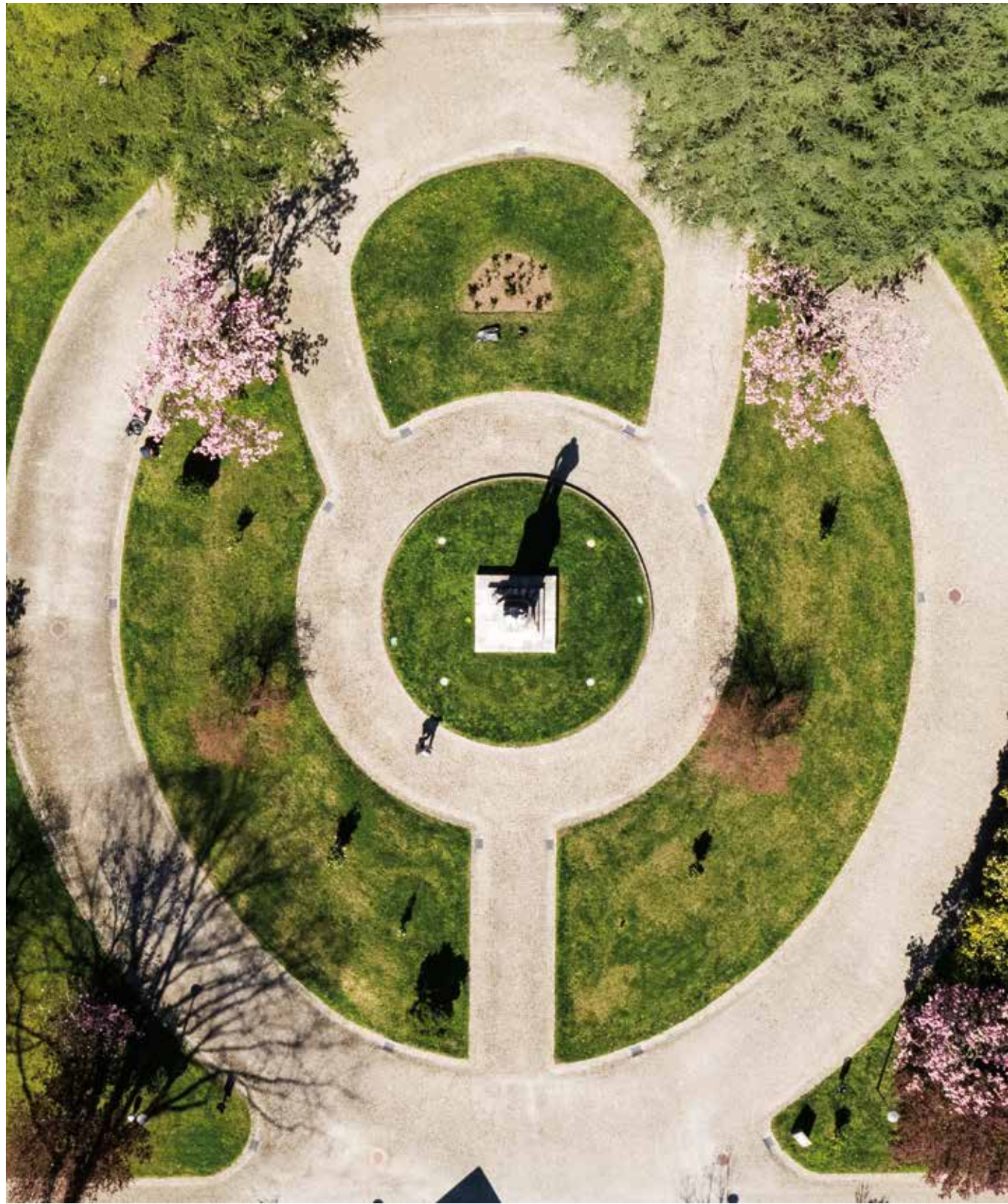
Com a taxa de inflação controlada na União Europeia e consequente estabilidade dos preços, a entrada em funções de uma nova Comissão pode evidenciar um novo fulgor do investimento europeu.

Finalmente, a nossa própria instituição terá uma avaliação destes últimos quatro anos de exercício do atual governo da Misericórdia. Daí que a proposta apresentada seja coerente e não cria qualquer dificuldade para quem tiver a responsabilidade de executar esta proposta.

Vamos então cuidar do futuro, com atenção ao presente sem esquecer a memória do passado.

5.2. Prioridades Estratégicas para 2025

Em virtude da conjuntura interna parece mais avisado manter as prioridades definidas e procurar apresentar linhas de consolidação das políticas a seguir. O texto do Plano reflete essa opção estratégica e não prejudica qualquer opção que possa vir a ser escolhida. O orçamento, por seu turno, reflete a capacidade de gerar mais recursos pelo seu incremento, resultado da consolidação do acordo de cooperação com o Ministério da Saúde, com a criação do CAC – Centro de Atendimento Clínico, a melhoria da evolução financeira do Centro Hospitalar Conde de Ferreira e a colocação no mercado de arrendamento de mais unidades de património de rendimento.



A nighttime photograph of a cityscape, likely Rio de Janeiro, featuring a prominent bridge with a lattice structure and a building with a curved facade in the foreground. The scene is illuminated by city lights, with a blue-tinted overlay covering the entire image.

5.3.

PARTE I

**ATIVIDADE
OPERACIONAL**





SAÚDE

5.3.1. Saúde

5.3.1.1. Hospital da Prelada | Dr. Domingos Braga da Cruz

O Plano de Atividades e Orçamento é um instrumento orientador e previsional de gestão, essencial à tomada de decisão, no qual são elencadas as estratégias gerais de atuação, bem como a definição de prioridades, tendo sempre como objetivo a melhoria da prestação de cuidados de saúde, num ambiente cada vez mais moderno, tecnológico e humanizado.

Para este efeito, tem obrigatoriamente de ser considerada a conjuntura nacional e setorial, mas também a situação interna da instituição, no sentido de programar os investimentos, acompanhar a sua execução e garantir a melhoria contínua da atividade, tendo em conta a respetiva afetação de recursos humanos e equipamentos indispensáveis à sua operacionalização.

O ano de 2025 pode ser já considerado um ano de novos desafios e a abertura de um novo ciclo para o Hospital.

Para isso, concorreu fortemente a confiança renovada por parte do SNS, no final do ano de 2023, com a celebração de um novo Acordo de Cooperação com o Hospital da Prelada, considerado o mais robusto dos últimos anos, tanto para a área das Consultas de Especialidade como para as Cirurgias e outros cuidados de Prestação de Serviços ao doente.

Por outro lado, o Hospital da Prelada foi o primeiro Hospital do Norte, em agosto de 2024, a acolher um Centro de Atendimento Clínico, no âmbito do Programa Especial de Transformação e Emergência para a Saúde criado pelo Governo.

Este Centro tem como objetivo contribuir para ajudar a resolver os problemas que afetam a saúde pública em Portugal, há vários anos, onde se regista uma enorme pressão sobre os serviços de urgência hospitalar e, por outro lado, a proporcionar à comunidade em geral um atendimento de maior qualidade, sem longos tempos de espera, de proximidade e uma prestação de cuidados de saúde humanizados.

Recebemos doentes com pulseiras verdes e azuis triados previamente pelas ULS de Santo António, S. João e SNS 24.

Para além da consulta de Medicina Geral e Familiar, o Hospital da Prelada realiza ainda colheitas de sangue e exames de Raio X Abdominal e ao Tórax.

Ao final de um mês desde a sua entrada em funcionamento, o CAC do Hospital da Prelada regista tempos médios de espera de cerca de 40 minutos. Todos estes fatores têm contribuído para uma boa imagem do Hospital, o que preconiza o aumento da visibilidade e o recurso a outro de tipo de serviços prestados nesta Unidade de Saúde.

O novo acordo de cooperação e o aditamento ao mesmo com a criação do CAC, para fortalecer os laços que o Hospital da Prelada tem mantido ao longo dos anos com o SNS, pode ainda representar uma abertura a outras especialidades, alargamento geográfico e respostas diferenciadas.

Independentemente do SNS constituir uma das principais âncoras do hospital da Prelada, o que constitui uma grande satisfação para a SCMP, uma vez que se enquadra nos seus valores e compromisso com a comunidade, o HP é um Hospital de cariz social, cujo potencial tem vindo a ser alavancado, tendo como objetivo atingir uma produtividade na ordem dos 50%. Em 2024 registou-se já um aumento considerável, acima dos 2%, ao mesmo tempo que se pretende aumentar a capacidade de gerar rendimento fora do Serviço Nacional de Saúde; recentemente esse valor atingiu 20% da faturação.

Nesse sentido, foi feito um esforço de abertura a novas Especialidades, de acordo com a procura, tratamentos cirúrgicos cada vez mais inovadores, parcerias nacionais e internacionais e acordos mais alargados, devidamente atualizados, com seguradoras e prestadores de serviços.

No próximo ano, está igualmente prevista uma atualização de preços de acordo com a taxa de inflação, aquisição de novos equipamentos e valorização dos recursos humanos.

Tecnologia e Inovação

Paralelamente, e considerando a abertura de um novo ciclo, orientado para respostas completas à comunidade, através de Unidades de Especialização, Novas Especialidades e Serviços, o Hospital da Prelada tem como principal objetivo apostar na Tecnologia, nomeadamente na Robotização e equipamentos clínicos altamente especializados, capazes de competir com as mais recentes práticas hospitalares, e de proporcionar tratamentos cada vez mais precisos e menos invasivos aos seus doentes.

Por outro lado, a área do Marketing, Comunicação e a recente criação de uma área de Gestão Comercial, são cruciais para manterem a visibilidade da marca, promoverem as nossas ofertas e captarem cada vez mais parcerias e clientes.



Área Clínica

Nesta área, o HP irá adquirir, por exemplo, um microscópio digital, a utilizar essencialmente na área da Ortopedia e Cirurgia Plástica, capaz de garantir resultados mais precisos, menos invasivos e uma recuperação mais rápida da vida ativa normal.

Tendo em conta que a especialidade de Ortopedia do HP é hoje uma Unidade altamente especializada, com profissionais reconhecidos nacional e internacionalmente, passará a utilizar mais amplificadores de imagem para as cirurgias do pé e da mão.

Já as subespecialidades da anca e do joelho serão equipadas com um sistema robotizado, igualmente mais preciso.

Prevê-se ainda equipar o Bloco Operatório, no âmbito da sua remodelação, com monitores de Anestesia para monitorizar sinais vitais, bloqueio neuromuscular e gases anestésicos. Trata-se de um investimento que garante a modernidade tecnológica e que é essencial para a prática de qualidade de Anestesia.

Enfermagem

Na área da Ortopedia está prevista a aquisição de um dispositivo de drenagem linfática de membros inferiores para doentes operados a artroplastia, tendo em vista a redução de complicações precoces e tardias.

Para o Bloco Operatório está previsto igualmente adquirir uma tina ultrassónica para a Unidade de Reprocessamento de RAC para descontaminação de instrumental cirúrgico da cirurgia minimamente invasiva. E ainda um dispositivo automático de transferência de doentes na entrada do Bloco Operatório.

Oncologia

Uma das principais apostas para o próximo ano é o arranque da Unidade de Oncologia de Urologia, em parceria com a Atrys. As obras de adaptação e aquisição dos equipamentos encontram-se em curso, bem como a contratação e partilha de Recursos Humanos, que irão garantir um atendimento alternativo de qualidade, numa área tão importante e tão deficitária no país.

Esta Unidade junta-se, assim, à Unidade Ortopedia, Cirurgia Plástica e Medicina Estética, Medicina de Reabilitação, bem como ao tratamento multidisciplinar da Obesidade.

Atendendo às exigências sociais, o Hospital da Prelada tem como objetivo constituir uma nova Unidade destinada à Medicina Familiar, Geriatria e Envelhecimento Ativo e Fisioterapia.

Atendimento de Qualidade

O atendimento personalizado e de proximidade sempre foi uma imagem de marca do Hospital da Prelada, que pretendemos manter e melhorar, introduzindo novas formas de contacto, mais facilitadoras, intuitivas e eficazes na prestação de cuidados e outros serviços.

Nos últimos dois anos, o Hospital da Prelada apostou na área da Digitalização, um percurso que, em 2025, tem como objetivo acabar em definitivo com o uso do papel, que ainda é utilizado, embora em situações cada vez mais residuais.

Esta operação permite um acesso remoto a toda a informação, mas também um *upgrade* na área do atendimento presencial.

Para maior comodidade e facilidade no acesso ao hospital da Prelada e seus serviços, em 2025, será criado um novo site dedicado unicamente ao Hospital da Prelada e uma nova App com todas as ferramentas indispensáveis à consulta de informação, interação e marcação de consultas e outros serviços.

Qualidade e Segurança

O HP é um hospital acreditado e certificado pelo CHKS, bem como por outras entidades reguladoras, sempre com distinção, o que muito nos orgulha e motiva no sentido de introduzir melhorias em áreas tão importantes como a Qualidade e Segurança. Em 2024, no âmbito da monitorização efetuada, recebeu a certificação ISO9001.

Já em abril de 2025, o Hospital receberá a equipa do CHKS para uma nova auditoria, tendo em vista a renovação da certificação e da acreditação, para a qual está nomeado um grupo de trabalho responsável pela introdução das melhorias propostas pelas auditorias realizadas internamente.

Este procedimento aplica-se igualmente à área da segurança do doente, em relação à qual irão continuar a ser feitas auditórias regulares, com relatórios e recomendações, tendo em vista a sua melhoria contínua.

Obras Estruturais e de Requalificação da Infraestrutura

O Hospital da Prelada foi construído há quase quatro décadas e constituiu, na altura, um marco na arquitetura hospitalar. Ao longo dos anos, a sua funcionalidade tem sido ajustada, sempre a pensar na resposta mais adequada aos doentes, com a acomodação de novos serviços e parcerias.

No entanto, existem obras estruturais cada vez mais necessárias, tanto para garantir o bom funcionamento do Hospital na prestação de cuidados médicos, como para acolher com conforto e comodidade os nossos doentes em todas as áreas, seja na consulta, no Internamento ou no Ambulatório e outros serviços.

Assim, estão previstas obras de renovação das caixilharias, climatização e wc dos quartos de internamento e ainda a Remodelação do Bloco Operatório, na ótica do doente.

Do plano de investimentos fazem igualmente parte a renovação de tubagens estruturais e aproveitamento de energia de calor.

No âmbito da sustentabilidade, pretendemos retirar as telhas de amianto ainda existentes, instalar painéis fotovoltaicos e instalar persianas térmicas exteriores.

A intervenção na infraestrutura do Hospital da Prelada é decisiva para aumentar a sua capacidade produtiva levando a construção dos pisos 7 e 8 e a remodelação do piso zero para permitir dotar esse equipamento das respostas competidoras que a chegada da inteligência artificial vai implicar e exigir.

Recursos Humanos

A gestão, através da valorização e trabalho em rede dos Recursos Humanos é uma preocupação cada vez pertinente nas instituições, tal como acontece no Hospital da Prelada.

É nosso objetivo conseguir conciliar a experiência daqueles que nos acompanham há longo tempo com a contratação e retenção de novos talentos.

Este é o modelo que estamos a adotar para garantir a captação de novos quadros com qualificações técnicas e de gestão, sem perder aquele que é o principal ADN do Hospital da Prelada.

Para isso, vai ser importante aumentar gradualmente os salários, aproximando-os da função pública e privados, e ainda reorganizar as carreiras e realocar colaboradores, de acordo com as suas mais valias e competências.

Este é um desafio muito importante para a motivação dos colaboradores e para a retenção de novos quadros, evitando que a sua passagem pelo HP seja apenas uma incubadora tanto para enfermeiros, por exemplo, como para todos os outros profissionais não médicos.

Reorganização Interna e Funcional do Hospital da Prelada

Já foi referido que o Hospital da Prelada encara o ano de 2025 como o início de um novo ciclo na área da prestação de cuidados de saúde da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Neste enquadramento, é urgente avançar com a remodelação e reorganização dos espaços, abrindo as portas a um ambiente mais moderno e com respostas mais tecnológicas e sustentáveis. Com este projeto de reestruturação do edifício, pretende-se requalificar parte dos atuais espaços, reconstruir outros e criar novas unidades de funcionamento.

Esta requalificação permitirá igualmente reorganizar os serviços de apoio técnico e de gestão, contribuindo, assim, para uma maior eficiência e eficácia nas tomadas de decisão.



5.3.1.2. Centro Hospitalar Conde de Ferreira

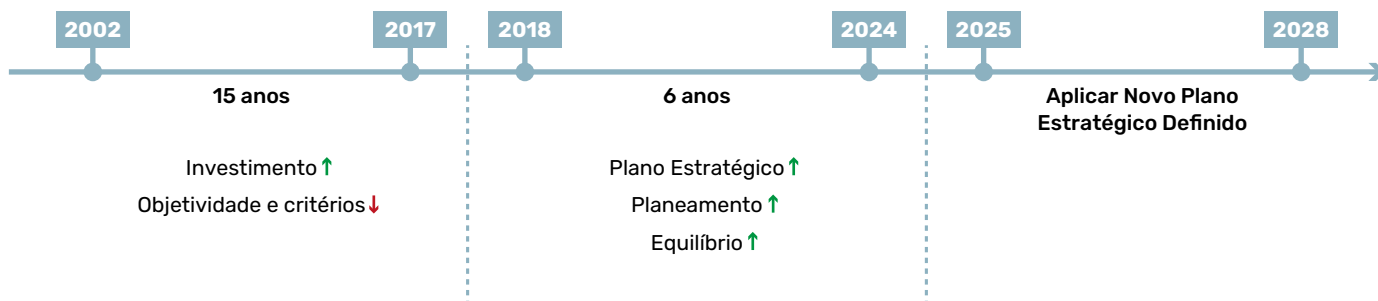
O futuro do Centro Hospitalar Conde de Ferreira (CHCF) tem, obrigatoriamente, que passar por uma posição responsável, digna e distinta no sistema de saúde português.

O papel do CHCF no SNS, Subsistemas e Privados deve resultar de um processo equilibrado de contratualização permanente, onde todas as partes ganham e acima de tudo, os clientes/doentes têm a garantia de, através do CHCF, obterem uma prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade e valor em saúde.

Todos os ciclos percorridos até 2024, de investimento e reposicionamento estratégico, respetivamente, devem ser capitalizados e tidos em linha de conta na definição da estratégia para 2025/2028 que se pretende, económica, social e ambientalmente responsável.

A Sociedade e a SCMP precisam que o CHCF mantenha a sua trajetória de afirmação responsável e contributo para o bem-estar, equilíbrio e saúde da população.

Linha do tempo



2002/2017 (15 anos)

Período marcado por investimento significativo, mas cuja visão, consistência e forma contribuíram de modo afirmativo para a constituição de:

- Uma posição estratégica sustentável no mercado;

- Consolidação e afirmação de vantagens competitivas;
- Criação de produtos e respostas distintas;
- Recursos críticos.

2002/2017 MÉDIA

RENDIMENTOS OPERACIONAIS	GASTOS OPERACIONAIS	EBITDA	RLE	DEPRECIACÕES
4,739M€	5,617M€	(0,825M€)	(1,173M€)	0,353M€
EVOLUÇÃO ANUAL RENDIMENTOS OPERACIONAIS	EVOLUÇÃO ANUAL GASTOS OPERACIONAIS	% GASTOS COM PESSOAL / RENDIMENTOS OPERACIONAIS		
3%	4%	83%		

2018/2024 (6 anos)

- Efetuada reflexão e ponderação informada sobre o CHCF que, conduziu à reformulação e sistematização do papel estratégico que a US CHCF pretende ocupar no mercado da Saúde, respeitando e considerando a sua história;
- Aplicação do modelo MEOS, Management | Environment | Organisation | Strategy, com investimento aos diferentes níveis, designadamente, gestão, cultura, propósito, grupo/equipa, objetivos institucionais, acompanhamento e prestação de contas;
- Negociação com todos os parceiros da SCMP|CHCF de forma consistente, informada e credível;

- Tomada de consciência interna da necessidade de reorganização continuada da operação a todos os níveis, em busca da eficiência operacional;
- Reposicionamento do CHCF ao nível da cooperação com o SNS e subsistemas tendo em consideração a visão estratégica definida e formalizada a todos os *stakeholders*;
- Realização de estudos estratégicos, com recurso a entidades credíveis e especializadas sobre:
 - a) Carga da doença dos doentes internados;
 - b) Associação e perceção sobre marca CHCF | Estratégia de relançamento da marca | rebranding.

2018/2023 MÉDIA

RENDIMENTOS OPERACIONAIS	GASTOS OPERACIONAIS	EBITDA	RLE	DEPRECIACÕES
6,554M€	7,139M€	(0,659M€)	(1,389M€)	0,728M€
EVOLUÇÃO ANUAL RENDIMENTOS OPERACIONAIS		EVOLUÇÃO ANUAL GASTOS OPERACIONAIS		% GASTOS COM PESSOAL / RENDIMENTOS OPERACIONAIS
3%		1%		77%

2025/2028

- Fundamental definir/atualizar o plano estratégico do CHCF, de acordo com a proposta a apresentar que consolide a integração desta unidade operacional.





**SOCIAL,
MULHER E
JUVENTUDE**

5.3.2. Social, Mulher e Juventude

O plano de atividades do Departamento de Intervenção Social assume-se como um documento estratégico que visa orientar as ações e iniciativas do departamento, tendo em vista a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades apoiadas pelas estruturas de intervenção social da Misericórdia do Porto. Este plano é elaborado num contexto sociopolítico complexo, marcado por desafios e oportunidades que influenciam diretamente a intervenção social.

Nos últimos anos, Portugal tem enfrentado uma série de transformações demográficas, económicas e sociais que impactam diretamente os serviços sociais. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a população portuguesa está a envelhecer rapidamente. Em 2023, a percentagem de pessoas com 65 anos ou mais representava 23,4% da população total, um aumento significativo em comparação com 2000, quando esta faixa etária representava apenas 16,1% da população. Esta tendência de envelhecimento populacional impõe novos desafios ao sistema de saúde e de apoio social, exigindo uma resposta robusta e adaptada às necessidades específicas dos idosos.

Além do envelhecimento populacional, a pobreza e a exclusão social continuam a ser problemas persistentes em Portugal. Segundo o INE, em 2022, cerca de 16,4% da população portuguesa estava em risco de pobreza, um indicador que sublinha a importância de intervenções sociais eficazes e direcionadas. A crise económica provocada pela pandemia de COVID-19 exacerbou estas dificuldades, levando ao aumento das desigualdades sociais e económicas. A taxa de desemprego, apesar de ter registado uma diminuição gradual, ainda afeta significativamente jovens e adultos em idade ativa, contribuindo para a instabilidade económica de muitas famílias.

O contexto político em Portugal também tem sido marcado por esforços contínuos de reforma e inovação no setor social. O governo tem implementado políticas de inclusão social e de combate à pobreza, assim como programas de apoio ao envelhecimento ativo e saudável. Estes esforços são complementados por iniciativas a nível local e regional, nas quais instituições como a Santa Casa da Misericórdia do Porto desempenham um papel crucial.

Neste enquadramento, o Departamento de Intervenção Social da SCMP define cinco grandes pilares estratégicos para o ano de 2025, que servirão como guia para todas as suas atividades:

Promoção da Qualidade de Vida e Bem-Estar Social

Fomentar a prestação de serviços de excelência que respondam de forma eficaz às necessidades dos utentes, garantindo um ambiente seguro, humanizado e adaptado às suas especificidades. Este pilar envolve a implementação de projetos-piloto baseados na filosofia de cuidados Humanidade, o alargamento do sistema de gestão da qualidade a outras UO do DIS, que não a do Envelhecimento, a revisão territorial e tecnológica do Programa Chave de Afetos e a consolidação dos procedimentos de monitorização e controlo transversais do Departamento.

Sustentabilidade Financeira e Ambiental

Assegurar a sustentabilidade financeira e ambiental das operações através de estratégias inovadoras e de otimização de recursos. Tal inclui a procura de modelos de financiamento complementares, com recurso a fundos e projetos comunitários; a conversão de vagas extra-acordo protocoladas em ERPI em vagas ao abrigo da Portaria 38-A/2023 ou a promoção de ações que reduzam a pegada ecológica das nossas atividades, no seguimento dos projetos piloto de redução de resíduos e reutilização já em curso e em articulação com o DGOSI.

Capacitação e Desenvolvimento da Equipa Multidisciplinar

O presente pilar preconiza o investimento no desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, proporcionando uma capacitação contínua, criando um ambiente de trabalho que incentiva a criatividade e a implementação de novas metodologias. Este objetivo visa assegurar que a equipa disponha das competências necessárias para enfrentar os desafios atuais e futuros, ao mesmo tempo que robustece as respostas sociais. A revisão do modelo de prestação de cuidados assume-se como determinante neste esforço institucional coletivo, pois implica em si um movimento transformacional de fundo.

Fortalecimento das Redes de Parcerias e Colaborações

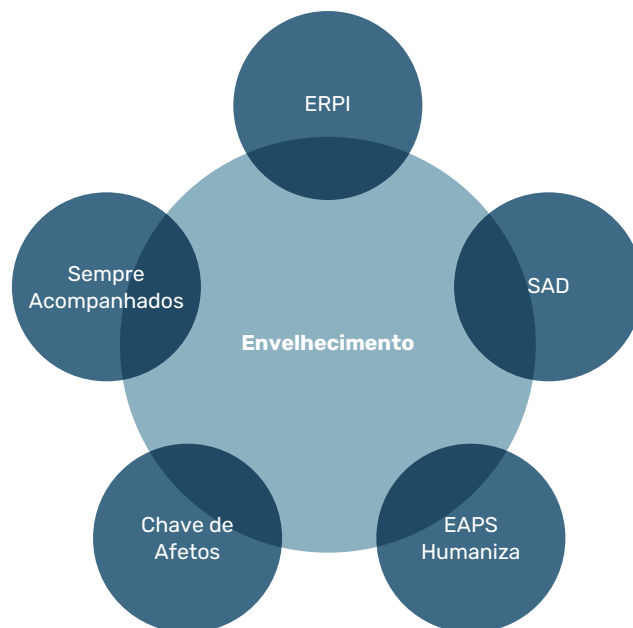
Expandir e consolidar parcerias estratégicas com entidades externas, universidades e centros de investigação para enriquecer a oferta de serviços e fomentar a inovação. Estas colaborações visam, complementarmente, a troca de conhecimentos e a implementação de projetos de referência na área do envelhecimento e outras áreas de intervenção social. Neste sentido, preconizam-se articulações importantes com a Academia fundamentais para a produção de conhecimento, por um lado, mas, também, para a supervisão e validação científica do já realizado.

Resposta Eficiente às Situações de Emergência e Vulnerabilidade Social

Desenvolver respostas ágeis e eficazes para situações de risco e emergência social, garantindo apoio contínuo e integral a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. Este objetivo inclui a reorganização de serviços como o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e a revisão e consolidação da capacidade de resposta dos serviços e respostas de atendimento de primeira linha (e.g.: SAASI e CAS-DMM) que a Misericórdia do Porto já desenvolve.

Acreditamos que, desta forma, a SCMP reafirma o seu compromisso com a melhoria contínua dos serviços prestados e com a promoção de um impacto social positivo e duradouro na comunidade.

A | AS RESPOSTAS TRADICIONAIS Área do Envelhecimento



ERPI | Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas

As Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) são respostas sociais estratégicas para o cumprimento da Missão da Misericórdia. Asseguram a prestação de serviços, cuidados e atividades, adequadas às necessidades pessoais, familiares e sociais dos residentes.

Hoje entendidas como respostas de “fim de linha”, enfrentam desafios que condicionam a sua atividade e apontam para a necessária adequação do modelo de funcionamento que deve responder às necessidades atuais e emergentes.

Um exemplo emergente prende-se com o impacto das demências em contexto de apoio institucional, nomeadamente sobre o idoso, seus familiares, mas também ao nível da estruturação de cuidados e desenho de intervenção específica por parte da equipa multidisciplinar. Enfrentar a demência no idoso implica uma abordagem interdisciplinar que garanta suporte emocional, planeamento financeiro, adequação de rotinas e envolvimento das redes de suporte familiar, social e comunitárias.

De acordo com Lopes & Fonseca (2013), é necessário que os sistemas de saúde e sociais estejam preparados a nível conceptual, organizacional e logístico para que consigam responder às necessidades de cuidados desta população.

O Plano de Atividades e Orçamento definido para o ano de 2025, resulta da linha estratégica definida para a área do envelhecimento, nomeadamente para as respostas sociais em funcionamento, ERPI Nossa Senhora da Misericórdia e ERPI São Lazaro/Pereira de Lima e do atual contexto económico-social em que a atividade é desenvolvida.

Identifica-se como objetivo principal dar continuidade à linha de intervenção desenvolvida, assente na inovação social, com medidas que permitam alcançar um modelo de financiamento mais equilibrado e sustentável, e o funcionamento das ERPI, em ambiente humanizado, personalizado, seguro e com qualidade.

Paralelamente, o contexto atual apresenta alguns constrangimentos que condicionam a atividade desenvolvida e o planeamento da atividade necessária, que importa referir nomeadamente:

- a) Ausência de cooperação entre a Segurança Social e a Saúde versus a necessidade de assegurar o cumprimento do Pilar Europeu dos Direitos Sociais como garante para resposta às alterações demográficas, às desigualdades sociais e ao futuro do trabalho;
- b) Capacidade de resposta aos desafios resultantes de crises sanitárias (ex: epidemias e pandemias), alterações climáticas, crises de energia e outros desafios à escala mundial;
- c) Garantir condições de trabalho adequadas em termos de equilíbrio entre o esforço físico, psicológico e carreiras e remunerações justas, que assegurem aos trabalhadores do setor social e solidário igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Aspetos fulcrais para a motivação e satisfação dos colaboradores;
- d) Manter a qualidade dos serviços dirigidos aos mais velhos, para melhor responder às exigências da realidade social e de um envelhecimento digno e ativo o mais próximo das sociedades, com quem nos gostamos de comparar e assumir como modelo de intervenção de referência.

Objetivos da UO/Serviço

Para 2025, destacam-se os seguintes objetivos, agrupados em dimensões estruturantes:

1. Qualidade dos Serviços prestados

- 1.1 Desenvolver a prestação de serviços em ERPI, implementando projetos-piloto com base na filosofia de cuidados Humanidade;
- 1.2 Desenhar e implementar um plano de formação em Humanidade, que envolva uma percentagem significativa da equipa;
- 1.3 Tendo por base o *compliance* com os requisitos legais e do SGQ, consolidar uma intervenção assente em ações de cariz preventivo.

2. Sustentabilidade Financeira e Ambiental

- 2.1 Concluir o processo de conversão das vagas extra-acordo protocoladas por vagas hospitalares (portaria 38-A/2023);
- 2.2 Reforçar ações de divulgação na comunidade para acolhimento temporário de idosos para descanso de cuidador;
- 2.3 Alargar o processo de monitorização operacional às áreas de intervenção multidisciplinar.

3. Satisfação do Residente

- 3.1 Manter elevados níveis de satisfação global dos residentes.

4. Capacitação e melhoria de desempenho da equipa multidisciplinar

- 4.1 Proporcionar momentos de aprendizagem e capacitação à equipa multidisciplinar em áreas específicas com valor acrescentado à prestação global de serviços;
- 4.2 Potenciar as condições de trabalho que promovam um ambiente favorável à criatividade, experimentação e implementação de novos métodos de trabalho e de novas ideias.

5. Alargar a Rede de Parcerias Formais

- 5.1 Incrementar o desenvolvimento de atividades em conjunto com outras entidades, diversificando a oferta e a oportunidade de participação dos residentes;
- 5.2 Potenciar a articulação com as Universidades/Centros de Investigação visando a sistematização do know-how na área do envelhecimento resultando em iniciativas distintivas e de referenciação da marca Misericórdia do Porto.

Indicadores, Metas e Fontes

N.º do Objetivo	Indicadores	Meta 2025	Fonte de dados
1.1	Projetos piloto	>= 2	Mapas de monitorização
1.2	Plano de formação Colaboradores	1 >= 50%	Plano e Relatório de Formação
1.3	Ações de cariz preventivo em, pelo menos, três áreas operacionais	>= 6	Mapas de monitorização
2.1	Novas vagas protocoladas no âmbito da portaria 38-A/2023	11	Acordo com o ISS
2.2	Ações de divulgação nas redes da SCMP	>= 3 Aumento de 5% em relação a 2024	Dados GMC Mapas de monitorização
2.3	Criação de mapa de indicadores para a intervenção técnica multidisciplinar	+75% de monitorização da intervenção multidisciplinar	Mapas de monitorização
3.1	Níveis de satisfação global de satisfação do inquérito de satisfação administrado a residentes e significativos	>=4	Relatório SGQ
4.1	Novas ações de capacitação à equipa técnica multidisciplinar	>= 3 ações >= 70% técnicos envolvidos	Mapas de monitorização
4.2	Alterações funcionais	---	RAO 2025
5.1	Atividades em parceria Residentes envolvidos	>= 5 >=80% residentes capazes	Mapas de monitorização
5.2	Iniciativas marca Misericórdia do Porto	>= 3	RAO 2025

SAD | Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), enquadra-se nas respostas sociais de apoio a pessoas vulneráveis que, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades e/ou as atividades da vida diária na sua residência, potenciando a participação e envolvimento das redes de suporte, nomeadamente a familiar.

A Misericórdia do Porto disponibiliza o SAD para solução de problemas sociais emergentes, nomeadamente os resultantes da falta de outros apoios na comunidade, garantindo os serviços necessários e adequados às reais necessidades da população vulnerável, que deseja manter-se na sua casa, promovendo o bem-estar, a autonomia e a qualidade de vida.

Atualmente, um dos principais desafios do SAD, resultante da alteração do perfil do cliente, mais dependente, mais isolado e com menor retaguarda familiar, consiste na necessidade de

reorganização da resposta social com tipologia de serviços integrados, personalizados e com maior acompanhamento, promovendo a necessária articulação com os cuidados de saúde primários.

A satisfação destas necessidades exige a reorganização da resposta social em termos de modelo de organização/funcionamento, de recursos humanos materiais e logísticos, assentes na urgente reformulação do enquadramento legal em vigor e do modelo de financiamento.

Ao nível da intervenção do SAD apresentam-se como objetivos estratégicos:

- Reestruturação da resposta social SAD;
- Início do processo de estudo para implementação de um SAD Privado.

Objetivos da UO/Serviço

Objetivos fundamentais:

1. Integrar novos serviços, no âmbito das atividades de animação e socialização (animação, lazer, cultura, aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade), de forma a ajustar os serviços às reais necessidades das pessoas;

2. Complementar a oferta de serviços base com os serviços de carácter facultativo e com uma componente de retribuição financeira, promovendo condições que beneficiem a sustentabilidade da UO (Apoio psicossocial; Cuidados de imagem; Higiene adicional; Acompanhamento a consultas, assim como a exames complementares de diagnóstico; Produtos de apoio à funcionalidade e autonomia; Formação e sensibilização dos familiares e cuidadores informais para a prestação de cuidados aos utentes);

3. Melhorar a qualidade dos serviços prestados, através de supervisão integrada e multidisciplinar dos cuidados prestados (social/saúde);

4. Melhoria das condições de trabalho da equipa, com plano de capacitação/formação contínua;

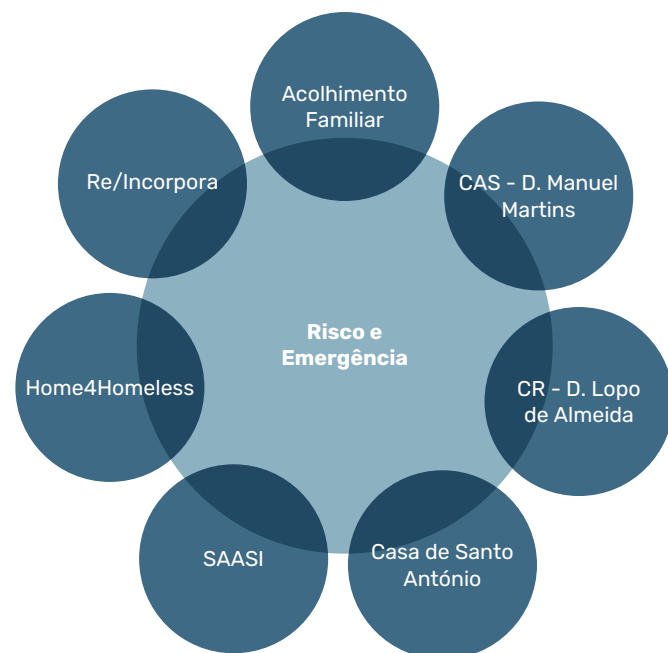
5. Implementar estratégias de auscultação e experimentação social, com vista ao desenvolvimento de um SAD Privado que venha a responder, efetivamente, aos objetivos/necessidades específicas de cada candidato;

6. Garantir estratégias de comunicação e divulgação dos serviços, em articulação com o Gabinete de Marketing e Comunicação, por forma a aumentar a procura dos serviços prestados.

Indicadores, Metas e Fontes

N.º do Objetivo	Indicadores	Meta 2025	Fonte de dados
1	Novos serviços Média anual de clientes com novos serviços	>= 2 >=15	Mapas de monitorização
2	Média anual de clientes com serviços complementares prestados	>= aumento 5%	Mapas de monitorização
3	Horas de supervisão por colaborador/ ano	>= 20h	Mapas de monitorização/ Relatório RH
4	Colaboradores que participam em pelo menos uma formação anual	>=95%	Mapas de monitorização/ Relatório RH
5	Utentes com serviço Privado	5	Registos ANKIRA
6	Ações de divulgação nas redes da SCMP	>= 3	Dados GMC

Área do Risco/Emergência Social



Acolhimento Familiar | Barão de Nova Sintra

A resposta social *Acolhimento Familiar* (AF) desenvolve-se em contexto não institucionalizado, mediada por aquilo que se designa de instituição de Enquadramento. É uma medida de colocação de carácter temporário, centrada no acolhimento prestado por uma pessoa singular ou família capacitada para o efeito, de forma a integrar uma criança em meio familiar, com o objetivo de lhe prestar os cuidados adequados que potenciem o seu desenvolvimento.

No quadro das respostas sociais desenvolvidas pela SCMP, esta é uma resposta nova e, de certa forma, disruptiva. De um enquadramento institucional centenário desenvolvido pela Casa de Acolhimento Residencial Barão de Nova Sintra, transita-se para uma resposta iminentemente comunitária, assente no trabalho de uma equipa multidisciplinar que opera em contexto natural, ou seja, no contexto habitacional das famílias de acolhimento, capacitando-as, acompanhando-as e orientando a sua intervenção.

Enquanto resposta em consolidação, cujo cerne operacional se inicia com a criação de uma bolsa de famílias dispostas a acolher crianças e jovens em risco, considera-se primordial continuar a apostar na divulgação, investindo e dinamizando ações que envolvam a disseminação da resposta. Esta tipologia de estratégias, para além de contribuir para um incremento direto de candidatos, intervém positivamente na implementação de uma cultura de Acolhimento Familiar, ainda bastante incipiente em Portugal. Assim, e porque o acolhimento familiar só é possível com uma evidente mobilização da comunidade, este é um dos maiores objetivos para 2025.

Complementarmente, e com o objetivo de colmatar dificuldades identificadas no sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em Portugal, nomeadamente na escassez de recursos para uma intervenção com as famílias de origem, tentar-se-á, mediante abertura de PROCOP, apresentar uma candidatura a Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), permitindo o trabalho conjunto com uma equipa dedicada de capacitação às famílias de origem reforçando a qualidade do acolhimento familiar.

Objetivos da UO/Serviço

1. Consolidar esta nova resposta, interna e externamente, mediante ações chave de divulgação
2. Garantir o *compliance* dos procedimentos do AF em linha com a norma ISO 9001, facilitando a integração no âmbito do SGQ já implementado em algumas UO da SCMP
3. Implementar dinâmicas de supervisão externa e formação especializada, que contribuam para uma qualificação crescente da equipa de AF
4. Implementar dinâmicas de *benchmarking* e *benchlearning* com entidades congéneres
5. Desenvolver atividades de elevado impacto operacional que permitam, por um lado, influxo financeiro positivo e, por outro, uma sensibilização crescente da comunidade com vista ao desenvolvimento de sinergias operacionais
6. Dinamizar um evento científico com vista a um contacto proximal com a comunidade profissional do acolhimento familiar, promovendo o desenvolvimento da prática profissional e atualização permanente.

Indicadores, Metas e Fontes

N.º do Objetivo	Indicadores	Meta 2025	Fonte de dados
1	Ações de divulgação e sensibilização	≥ 6	Dados GMC
2	Processos e procedimentos desenvolvidos Reuniões com a Entidade Gestora do ISS do Porto	≥ 4 ≥ 4	Relatório de atividades
3	Ações de supervisão	≥ 10	Mapa de Indicadores
4	Ações de benchmarking e/ou benchlearning	≥ 4	Mapa de Indicadores
5	Atividades realizadas Taxa de satisfação com a atividade	≥ 2 ≥ 80%	Mapa de Indicadores
6	Eventos realizados	≥ 1	Mapa de Indicadores

Centro de Emergência Social D. Manuel Martins

O Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins (CAS-DMM) é a Unidade Operacional da Santa Casa da Misericórdia do Porto dedicada à Exclusão Social e à Emergência Social, com capacidade para 40 utentes (30 vagas temporárias e 10 vagas de emergência para a Linha Nacional de Emergência Social - 144). Tem como objetivos: promover o acolhimento de emergência e/ou temporário de indivíduos autónomos adultos ou famílias em situação de vulnerabilidade e desproteção social; prevenir uma situação temporária de sem-abrigo; desenvolver competências ao nível da organização de vida; disponibilizar um tempo e espaço de reflexão para o desenvolvimento de um plano de (re)inserção social e por fim melhorar a autoestima.

Tendo em consideração que o CAS-DMM é a única resposta social de alojamento de emergência social na cidade do Porto, e tendo em consideração o atual contexto social, esta resposta de primeira linha é de importância social crucial. Apesar desta relevância crescente, o CAS-DMM não consegue responder à totalidade dos pedidos de acolhimento. Desta forma, parece-nos relevante uma reflexão compreensiva acerca desta resposta. Este processo não poderá ser dissociado do problema da crise habitacional (quer em número, quer em valor do parque habitacional), bem como dos trajetos migratórios, no qual Portugal continua a ser uma das portas de entrada de migrantes oriundos dos continentes africano e asiático.



Estas alterações sociopolíticas enformam aquilo que se considera ser uma questão de fundo na intervenção desenvolvida pela SCMP: a dissonância do modelo de intervenção em relação às exigências atuais. Desde junho de 2013, altura da inauguração do CAS-DMM, até aos dias de hoje, é possível perceber-se que a solução desenvolvida na altura já não consegue responder adequadamente quer à tipologia de utentes, quer ao volume dos mesmos. Atualmente, o CAS-DMM está a tornar-se numa unidade hoteleira de emergência, quando deveria ir além desta prestação mais imediata, providenciando um serviço de reestruturação pessoal/familiar, de inclusão social e de treino de competências.

Atendendo a esta necessidade de repensar o modelo, parece-nos que 2025 se irá assumir como um ano de particular importância para o CAS-DMM, assumindo-se a reestruturação do modelo de intervenção social como um objetivo prioritário, crucial para eventuais discussões entre a Gestão de Topo e a Tutela ministerial.

Indicadores, Metas e Fontes

N.º do Objetivo	Indicadores	Meta 2025	Fonte de dados
1	Taxa de execução orçamental	< 3% - 5%	Mapas de monitorização
2	Certificação ISO 9001	1	RAO 2025
3	Proposta de revisão do modelo interventivo	1	Dossiê ministerial
4	Revisão do Protocolo de Cooperação	1	Protocolo de Cooperação
5	Atividades disponibilizadas	>= 10%	Mapas de monitorização

Objetivos da UO/Serviço

1. Consolidar o modelo de controlo de gestão, visando o equilíbrio económico-financeiro da UO, recorrendo à implementação de instrumentos de gestão/monitorização em articulação com o DIS/SPEC;
2. Implementar o modelo de Gestão da Qualidade definido para o DIS, garantindo a certificação ISO 9001;
3. Apresentar uma proposta de revisão do modelo de intervenção técnica para os Centros de Alojamento de Emergência Social, fruto de discussão entre pares organizacionais, visando uma eventual discussão com a Tutela;
4. Promover a revisão do Protocolo de Cooperação, visando o aumento da capacidade de 40 para 46 utentes;
5. Aumentar a oferta de atividades, em 10%, disponibilizadas pelo CAS-DMM aos utentes nos domínios da Cidadania, Cultura, Saúde e Lúdico-Recreativas.

Casa de Santo António

A Casa de Santo António (CSA) é a resposta institucional da Misericórdia do Porto no que concerne à Violência Doméstica. É a primeira Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica do distrito do Porto, assegurando uma resposta de acolhimento residencial que visa a autonomização da mulher ou agregado familiar acolhido.

Como qualquer realidade social, a Violência Doméstica, sendo um fenómeno universal, necessita de um olhar atento e flexível, visando a reconfiguração e/ou complexificação das respostas disponibilizadas por forma a garantir que a resposta disponibilizada responde, em permanência, às reais necessidades experienciadas pelos atores sociais a quem responde. Neste sentido, a experiência adquirida ao longo de mais de 20 anos coloca a SCMP na exigente posição de refletir acerca do próprio modelo de funcionamento, garantindo que o mesmo é o mais funcional e operacional possível.

Com este intuito, afigura-se como particularmente importante o desenvolvimento de estruturas complementares que possam dar continuidade ao acompanhamento após saída do contexto institucional. O desenvolvimento de condições que, efetivamente, promovam a consolidação da independência da mulher/agregado vítima de violência doméstica (no qual os seis meses preconizados para o acolhimento em Casa Abrigo é, muitas vezes, insuficiente) afigura-se como uma prioridade. Assim, a criação de uma resposta para um primeiro momento de autonomização (casa de autonomização) seria facilitadora de todo um trabalho com a vítima de violência doméstica, minimizando as falhas recorrentes do sistema, nomeadamente na área jurídica e de habitação.

As necessidades identificadas não são recentes, tal como não são as tentativas de a implementar. Contudo, a Misericórdia do Porto, neste processo, tem vindo a tentar ultrapassar, sem sucesso, o que considera serem condições geradoras de dependência por parte do próprio sistema de proteção e defendidas pela Comissão para Cidadania e Igualdade de Género (CIG). Um exemplo do referido é a necessidade destas respostas serem absolutamente gratuitas. Parece-nos estar em jogo dois entendimentos conflitantes entre as organizações. Se, reconhecidamente, é fundamental que se assegurem respostas de emergência e de acolhimento gratuitas, considera-se que as respostas subsequentes, de consolidação de autonomização, possam prever participações personalizadas por parte das utentes, aproximando esta resposta de autonomia ao contexto social natural para o qual nos encontramos a desenvolver um trabalho de reinserção.

Pelo exposto, a CSA pretende continuar este processo, sempre em articulação estreita com a CIG, de modo a serem problematizados e implementados modelos alternativos, mediante as linhas de financiamento que forem sendo disponibilizadas.

Objetivos da UO/Serviço

1. Garantir níveis máximos de ocupação da resposta social;
2. Garantir a certificação, no âmbito da implementação do sistema de gestão da qualidade, da certificação ISO 9001;
3. Consolidar o processo de capacitação das utentes em diferentes domínios facilitadores dos seus processos de autonomização, assente na implementação de um programa de capacitação individual desenvolvido em módulos temáticos;
4. Capacitar a equipa ao nível das especificidades da intervenção na área da violência doméstica, mediante o desenvolvimento e frequência de módulos de formação (interna e externa) específicos;
5. Promover momentos de *benchlearning* e *benchmarking* com instituições congéneres, num mínimo de dois encontros anuais;
6. Alargar a rede de parceiros, implementando novos projetos e parcerias, num mínimo de 10% em relação a 2024;
7. Desenhar um projeto de Casa de Autonomização, assente em princípios técnicos de autodeterminação e gestão participada
8. Consolidar a metodologia de avaliação da satisfação do processo de acolhimento.

Indicadores, Metas e Fontes

N.º do Objetivo	Indicadores	Meta 2025	Fonte de dados
1	Média de Utentes	15	Mapas de monitorização
	Taxa de Ocupação	>= 95%	
	Tempo médio de permanência (meses)	<= 6	
	Percentagem de autonomizações	>= 60%	
2	Certificação ISO 9001	1	Certificação SGQ
	Módulos temáticos	12	Manual do programa
3	Taxa de frequência dos módulos de capacitação	>= 90% das mulheres acolhidas	Mapas de monitorização
	Taxa de satisfação com o programa de capacitação (satisfação global >= 80%)	>= 80% das mulheres que frequentaram	Mapas de monitorização
4	Horas formação lecionadas	>= 10 h/colab.	Mapas de monitorização
	Taxa de satisfação com módulos lecionados (satisfação global >= 80%)	>= 90%	
5	Encontros realizados	3	Mapas de monitorização
	Boas práticas identificadas e implementadas	>= 3	
6	Taxa de participação da equipa	>= 90%	Mapas de monitorização
	Novos parceiros estabelecidos	>= 3	
7	Novos projetos implementados	>= 3	RAO 2025
	Projeto de autonomia	1	
8	Taxa de preenchimento da avaliação de satisfação	>= 80%	Mapas de monitorização
	Taxa de satisfação do processo de acolhimento (satisfação global >= 80%)	>= 70%	

Casa da Rua D. Lopo de Almeida

Segundo a ONU, estima-se que que existam aproximadamente 100 milhões de pessoas em situação de sem abrigo (PSSA) em todo o mundo. Recorrendo a dados da FEANTSA e da Fundação Abbé Pierre, referentes a 2022, daqueles, cerca de 896 430 PSSA encontram-se na Europa.

De acordo com dados da OCDE da última década, verifica-se que o fenómeno tem aumentado na generalidade dos países, existindo algumas exceções como são os casos do Canadá ou Finlândia.

Em Portugal e com base em dados oficiais mais recentes, é possível verificar que o fenómeno das PSSA continua a crescer. A 31 de dezembro de 2021 e segundo dados da ENIPSSA, existiam 9563 cidadãos nesta situação, mais 16% que no ano anterior. O Norte apresenta um total de 1995 PSSA em 2021, mais 24% que no ano anterior. Neste território, o Porto é o concelho onde o fenómeno é mais visível, sendo que no período de referência estavam identificadas 730 PSSA, das quais 231 estavam a pernoitar na rua e 499 em abrigos ou soluções habitacionais precárias.

No quadro que se segue identificamos estes dados em função dos concelhos que constituem a Área Metropolitana do Porto.

N.º de PSSA na AMP 2021

CONCELHO	PSSA	Sem Teto	Sem Casa
Espinho	19	15	4
Gondomar	41	34	7
Maia	55	40	15
Matosinhos	70	48	22
Oliveira de Azeméis	20	3	17
Porto	730	231	499
Póvoa de Varzim	42	18	24
Santa Maria da Feira	12	7	5
São João da Madeira	24	18	6
Trofa	23	23	0
Valongo	31	23	8
Vila do Conde	74	68	6
Vila Nova de Gaia	191	99	92
Total	1 332	627	705

Fonte: ENIPSSA

Conforme identificado e segundo dados oficiais, a 31 de dezembro de 2021 o concelho do Porto tinha 730 PSSA com acompanhamento social. Através de dados mais recentes (2023) e fornecidos pelo Município, verifica-se que o n.º de PSSA com acompanhamento social diminuiu para 597, contrariamente ao panorama nacional (segundo notícias de alguns meios de comunicação social, com base em fontes oficiais).

Face ao fenómeno de pobreza extrema exposto, assim como considerando a Taxa de Risco de Pobreza em Portugal no ano de 2023 (21,1%), torna-se evidente a necessidade de Políticas Sociais, assim como respostas/medidas concretas, que combatam e colmatem estas situações, de forma a promover a coesão social dos cidadãos e atenuar as disparidades sociais e económicas que se têm verificado nas sociedades contemporâneas.

Neste sentido e enquanto resposta/equipamento social, surge a **Casa da Rua – D. Lopo de Almeida (CR-DLA)**, uma Comunidade de Inserção (CI) orientada para o apoio a cidadãos em situação de vulnerabilidade social, com especial enfoque nas Pessoas em Situação de Sem Abrigo. Fundada em 1999 e com um forte enraizamento na comunidade, atualmente conta com um conjunto de serviços, nomeadamente:

- Alojamento - com capacidade para acolher 20 pessoas;
- Refeitório/Cantina Social - através do qual se garante o almoço e jantar para utentes da comunidade e que se encontram em situação de exclusão social e/ou económica;
- Balneário - direcionado para pessoas que necessitem de realizar a higiene pessoal;
- Lavandaria - num modelo de *self-service* disponibiliza equipamentos e produtos para a lavagem de roupa;
- Correio/Interlocação de Correspondência - cedência de morada do Estabelecimento para pessoas em situação de sem abrigo.

Este trabalho é assente numa Equipa Técnica que procura sempre um trabalho de intervenção de proximidade e visando a autonomização dos utentes.

Ao abrigo da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo, esta Unidade Operacional (UO) desenvolve o seu trabalho num ecossistema de Entidades Públicas e Privadas, nomeadamente com uma rede de parceiros locais que constituem o NPISA Porto e que, através do trabalho colaborativo e em rede, pretendem potenciar os recursos da comunidade e maximizar a qualidade da intervenção social, de forma a promover a integração social dos seus utentes.

Objetivos da UO/Serviço

Tendo por base a contextualização anterior, os objetivos estruturantes para 2025, são os seguintes:

1. Continuar a melhorar o contexto físico onde é desenvolvida a operação da CR-DLA, em particular:

- Terminar projeto em parceria com a Escola de Belas Artes da UP, cujo objetivo é humanizar os espaços comuns da UO e criar um ambiente mais familiar e acolhedor;
- Renovar o parque assistencial, nomeadamente o mobiliário dos 20 quartos, numa dinâmica de melhoria das condições de acolhimento, mas, igualmente, da capacidade de organização dos pertences pessoais dos utentes;
- Colaborar com o DGAP e com o Gabinete de Assuntos Europeus por forma a tentar potenciar linhas de financiamento que permitam investir na eficiência energética do edifício e na sustentabilidade económica da UO;
- Melhorar as condições e utilização do parque de estacionamento, assim como jardim/pátio da UO.

2. Modernizar a intervenção:

- Implementar o Sistema de Gestão da Qualidade, visando uma uniformidade formal com outras áreas de operação da SCMP, tornando os processos e procedimentos mais uniformes e transparentes;
- Maximizar a utilização do programa ANKIRA, enquanto ferramenta de registo, de partilha e trabalho transversal a todos os serviços da UO;
- Capacitar a equipa ao nível das especificidades da intervenção na área da emergência social, mediante o desenvolvimento e frequência de módulos de formação (interna e externa) específicos;
- Maximizar a experiência do projeto Shotgun – trabalhar competências pessoais, sociais e profissionais dos utentes em dinâmicas de grupo;

- Manter e privilegiar a articulação com Programas de empregabilidade: Incorpora e P+E;
- Reforçar a participação da UO no NPISA Porto, em particular o eixo do “Acompanhamento Social” e “Cidadania”;
- Potenciar parcerias com a Academia, de forma avaliar a qualidade da intervenção e os seus efeitos, assim como promover formação caso se justifique.

3. Explorar a possibilidade de alargamento da capacidade de resposta da CR-DLA

- Considerando o enquadramento apresentado, em particular a tendência internacional e nacional para o aumento do fenómeno e necessidades de alojamento/habitação, torna-se necessário e pertinente criar mais respostas neste âmbito. Assim e considerando o sucesso e resultados de experiências internacionais, identificamos o modelo Housing First como prioritário e mais ajustado (mediante condições de financiamento em discussão social por parte da Tutela).

4. Internacionalizar a experiência da equipa da CR-DLA

- Considerando a aprovação do projeto “Olhares Cruzados sobre a População Sem Abrigo na Europa”, financiado pelo Programa Erasmus+, pretende-se desencadear um processo de internacionalização da CR-DLA, de forma a criar redes de trabalho com outras Organizações congéneres, partilhar boas práticas e maximizar o resultado da intervenção.
- Concretizar a adesão à FEANTSA (Federação Europeia de Organizações Nacionais);
- No âmbito das comemorações anuais do benfeitor D. Lopo de Almeida, promover um seminário alusivo ao problema social das PSSA.

Indicadores, Metas e Fontes

N.º do Objetivo	Indicadores	Meta 2025	Fonte de dados
1	Espaços com intervenção/melhorias	20 portas dos quartos com intervenção do projeto com a FBA da UP	Relatório do Projeto
		Instalar 3 painéis solares	
		Vedar o parque de estacionamento	Relatório de intervenções do DGAP
		Construir abrigo no pátio/jardim da UO	
2	Certificação ISSO 9001	1	Relatório de Atividades da UO
	Taxa de registo de atividades em ANKIRA	>= 80%	
	Frequência em ações de formação	>= 6 ações	
	Sessões do projeto Shotgun	>= 12 sessões	
	Utentes inscritos em programas de empregabilidade ou formação	>= 30 utentes	
	Reuniões no NPISA Porto	>= 12	
3	Candidaturas ao Housing First	>= 1	Relatório do Gabinete de Assuntos Europeus
	Novas vagas	>= 10	
4	Visitas internacionais	6	Relatório Programa Erasmus+
	Parcerias (formais/informais)	>= 4	Relatório Programa Erasmus+
	Adesão à FEANTSA	1	Relatório de Atividades da UO
	Candidaturas ao Programa Erasmus+	1	Relatório do Gabinete de Assuntos Europeus
	Realização de Seminário	>= 1	Relatório de Atividades da UO

SAASI

No âmbito da descentralização de competências do Estado para as autarquias locais em matéria da Ação Social (Lei 50/2018 de 16 de agosto), o Município do Porto renovou para os próximos três anos o protocolo do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado (SAASI) com a Misericórdia do Porto.

Em 2025 prevêem-se algumas alterações operacionais, concretamente no que diz respeito à zona de ação. A SCMP terá intervenção em duas freguesias da União de Freguesias do Centro Histórico: Cedofeita e Sto. Ildefonso e na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

A resposta da Misericórdia do Porto continuará destinada ao acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, quer no âmbito da ação Social, quer no âmbito do Rendimento Social de Inserção (RSI). O atendimento/accompanhamento social é um processo que pretende contribuir, através do apoio psicossocial, da orientação, aconselhamento e encaminhamento, para o bem-estar e inserção progressiva dos indivíduos e famílias, contrariando processos geradores de desigualdades e vulnerabilidades sociais.

Todas as diligências efetuadas, pela equipa técnica, serão registadas no processo familiar, através do acesso à plataforma informática ASIP, disponibilizado pela Segurança Social.

A Coordenação do SAASI procurará colmatar alguns dos problemas sociais emergentes (carência alimentar/desemprego, entre outros), através da elaboração de candidaturas a financiamentos externos.

Objetivos da UO/Serviço

1. Contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas e famílias em acompanhamento, mediante atendimento e acompanhamento social.
2. Criar condições para o exercício de uma cidadania ativa e plena e para a participação social, garantindo um acompanhamento social de proximidade.
3. Contribuir para a dignificação das pessoas, nomeadamente através da atenuação dos processos de estigmatização dos indivíduos beneficiários do RSI.
4. Facilitar condições de empoderamento pessoal, recorrendo a ações de formação/capacitação de âmbito coletivo.
5. Contribuir para robustecer o sistema municipal global de atendimento e acompanhamento social, garantindo a tria-

gem económico-social dos cidadãos de qualquer nacionalidade/território.

6. Avaliar o impacto da intervenção social junto dos agregados familiares, através da elaboração de Contratos ou Acordos de Inserção, que visam:
 - a. Apoiar na construção de projetos de vida capazes de inverter percursos marcados por situações de pobreza e exclusão social.
 - b. Contribuir para a inserção das pessoas em contexto de formação, emprego e educação.
 - c. Potenciar o envolvimento e responsabilização das instituições da comunidade na inserção das pessoas e suas famílias.
 - d. Melhorar a qualidade das relações e das dinâmicas familiares, tornando-as mais protetoras.
7. Garantir, no âmbito da intervenção do NPISA, o acompanhamento a pessoas em situação de sem-abrigo.
8. Garantir a implementação de um sistema de avaliação de satisfação.
9. Promover a capacitação da equipa SAASI, mediante formações especializadas internas e/ou externas.

Indicadores, Metas e Fontes

N.º do Objetivo	Indicadores	Meta 2025	Fonte de dados
1	Diligências (atendimentos, articulações visitas domiciliárias)	>=15.600	Mapa de Indicadores
2	Acordos de Intervenção (AIS)	>=350	
3	Acordos de Intervenção (CI)	>=900	
4	(Encaminhamento para) Ações de âmbito coletivo	>= 5	Registo de ação
5	Triagens Respostas a LNES	---	Mapa de Indicadores
6	Taxa de conclusão com sucesso de CI/AI	>=90%	Mapa de Indicadores
7	Processos integrados em NPISA	100	Base de dados Coordenação NPISA Porto
8	Taxa de satisfação positiva	>= 85%	Inquéritos de satisfação
9	Taxa de colaboradores que participam em pelo menos uma formação anual	>= 90% colab.	Mapas de monitorização / Relatório RH

Home4Homeless

A UO Home4Homeless (H4H) é uma resposta de Apartamentos Partilhados, com Acordo de Cooperação com o ISS, IP, que promove uma oferta de habitação estável e integrada, através da disponibilização de um leque de apartamentos partilhados. Esta resposta contribui para a integração socioprofissional de pessoas em situação sem abrigo.

Atendendo à situação atual do país, sob o ponto de vista socioprofissional, constata-se que o número da população sem abrigo tem aumentado, o que se reflete nas sinalizações a esta resposta. Neste contexto, as vagas têm estado todas preenchidas e, sempre que há uma autonomização/desistência, ocorre, de imediato, a entrada de um novo beneficiário.

O H4H está atento à alteração do perfil da Pessoa em Situação de Sem Abrigo, tal como refletido no Diagnóstico Social do Porto, estando a desenvolver a sua resposta de uma forma flexível, sempre visando a reinserção social do beneficiário. Esta multiplicidade implica uma constante adaptação das estratégias de intervenção, o que acaba por enriquecer toda a intervenção da UO, na medida em que obriga ao desenvolvimento de novas soluções (internas e externas) para melhor resposta aos problemas que vão surgindo. Este aprimoramento de estratégias implementadas apenas tem sido possível pelo facto de a equipa do H4H ser multidisciplinar e cada elemento ser capaz de contribuir com saberes especí-

ficos da sua área de formação. É importante referir que, ao longo do último ano, a estabilidade da equipa permitiu aferir estratégias de intervenção e possibilitou a implementação de novas dinâmicas que visam melhorar a resposta da UO.

Para 2025, e tendo por base o desenvolvimento técnico sentido neste último ano, é esperada a otimização de alguns processos e procedimentos, nomeadamente no processo de seleção e triagem e ao nível da consolidação de programas de capacitação dos beneficiários.

Objetivos da UO/Serviço

1. Cumprir com o Acordo de Cooperação estabelecido com a Segurança Social O objetivo é que as vagas estejam, sempre, preenchidas.
2. Autonomizar os beneficiários - a equipa pretende continuar a apostar na autonomização dos beneficiários, através de um acompanhamento de grande proximidade onde os objetivos e características individuais são tidos em conta. Neste contexto, as técnicas facilitadoras devem contactar regularmente os utentes, assim como acompanhá-los a serviços e dinamizar visitas domiciliárias, sempre com o objetivo de os ajudar a concretizar os objetivos definidos no seu plano de ação, facilitando, assim, o seu processo de autonomização.



3. Promover a empregabilidade e/ou formação profissional – no sentido de promover a empregabilidade e a formação profissional, a equipa do H4H tem como objetivo, consolidar a rede de parcerias, nomeadamente com instituições/projetos que possam colaborar nesta dimensão. Todos os beneficiários, que não se encontram empregados, são devidamente encaminhados no sentido de terem à sua disposição uma panóplia de alternativas que satisfaçam os seus interesses/expetativas profissionais. Paralelamente a este possível encaminhamento, todo o trabalho de proximidade com os beneficiários permite a abordagem e exploração de estratégias que os ajudem a encontrar mecanismos promotores da empregabilidade (maior resiliência, capacidade de trabalho, cumprimento de normas, respeito pelos superiores...).

4. Monitorizar a permanência em contexto laboral – com o objetivo de fomentar a permanência em contexto laboral, é intuito dos técnicos da unidade manter o contacto de proximidade e, assim, ajudar os beneficiários a lidarem com

as situações problema com que se vão deparando. Poderá, igualmente, ser uma estratégia agendar visitas, com uma periodicidade regular, aos postos de trabalho, para avaliar as condições laborais e a forma como os beneficiários desempenham as suas funções.

5. Realizar dinâmicas de grupo, entre coabitantes, de forma a promover competências sociais de gestão e comunicação – a equipa do H4H tem sentido necessidade de trabalhar algumas dimensões dos seus utentes, intervenção que os levará a ter ferramentas para conseguirem atingir com maior facilidade os objetivos definidos no seu plano de ação. Na génese desta necessidade, parecem estar os anos que viveram na rua em que tiveram de encontrar mecanismos de sobrevivência, que em nada se coadunam com as vivências partilhadas nas habitações do H4H. Neste contexto, estão-se a preparar dinâmicas para serem desenvolvidas nas habitações, de preferência com uma periodicidade regular.

Indicadores, Metas e Fontes

N.º do Objetivo	Indicadores	Meta 2025	Fonte de dados
1	Total de beneficiários inseridos na resposta	>= 20	Mapa de monitorização
2	Total de Autonomizações	>= 10	Mapa de monitorização
3	Total de beneficiários que sejam integrados em contexto de mercado de trabalho e/ou formação profissional	>= 7	Mapa de monitorização, encaminhamento para IEFP, Programas de integração em mercado de trabalho
4	Total de beneficiários com contrato de trabalho de pelo menos 6 meses	>= 10	Registos de Acompanhamento
5	Ações de Capacitação/ Dinâmicas de grupo	>= 10	Registos de diligências

B | PROJETOS DE INOVAÇÃO SOCIAL

Área do Envelhecimento

Humaniza

A Equipa de Apoio Psicossocial da Santa Casa da Misericórdia do Porto é uma das onze equipas de apoio Psicossocial (EAPS) que integram o Programa de Apoio Integral a Pessoas com Doenças Avançadas - Programa Humaniza, impulsionado pela Fundação “la Caixa”/BPI, e que trabalham em todo o território português para melhorar a qualidade de vida das pessoas com doenças avançadas e das suas famílias.

É entendimento do Programa que, num contexto de envelhecimento crescente, todos os doentes com doença crónica, sem resposta à terapêutica curativa e com prognóstico de vida reconhecidamente limitado, devem ter acesso a cuidados paliativos, maximizando a qualidade de vida até ao último instante. Complementarmente, o apoio à família do doente é uma dimensão igualmente importante, sendo um objeto complementar de intervenção, proporcionando apoio para os momentos anteriores e após a perda do familiar.

O programa está a ser dinamizado pela Misericórdia do Porto desde 2018, centrando a intervenção da equipa EAPS-SCMP em duas Entidades Recetoras Externas: ULSM- Unidade Local de Saúde de Matosinhos e Centro Hospitalar Universitário de S. João.

Desde 2022, a intervenção foi alargada a três Entidades Recetoras Internas: ERPI S. Lazaro; ERPI Pereira de Lima e ERPI Nossa Senhora da Misericórdia.

Em 2024 foi alargado o apoio da EAPS em contexto de ERPI, celebrando acordo da SCMP com Entidade Recetora: Venerável Ordem Terceira de São Francisco.

Considera-se, ainda, determinante que o programa possa escalar o seu trabalho, com o alargamento a outras entidades externas da área do envelhecimento.

É entendimento da Fundação “la Caixa” e da SCMP que no ano de 2025 se possa alargar a mais uma ERPI, atingindo, assim, o objetivo do convénio de apoiar 4 a 5 ERPI.

A Misericórdia do Porto entende que a intervenção dedicada ao final de vida deva ser uma prioridade, dentro e fora deste programa. Neste sentido, prevê-se que 2025 seja um ano de particular importância para a consolidação do trabalho realizado, com uma equipa estável, devidamente integrada, permitindo que os técnicos visem

manter e/ou melhorar os níveis de desempenho a que a SCMP já habituou os seus parceiros.

O Programa de Apoio Integral nas Doenças Avançadas tem, neste momento, um dos eixos primordiais do programa, o Voluntariado, em franco crescimento. Conta com uma bolsa de 9 voluntários em contexto de domicílio e ERPI. O Voluntariado tem implicado uma gestão exigente pela equipa EAPS. Exige uma atenção diária dos voluntários que estão no ativo e no contexto. No entanto, verifica-se uma inconstância da disponibilidade dos voluntários, sendo que as necessidades identificadas nos doentes em domicílio é muito superior à resposta dada. Pretende-se, em 2025, reforçar esta resposta para que possamos corresponder às necessidades dos doentes e famílias.

Pretende-se, igualmente, continuar com os elevados níveis de formação à Equipa EAPS da Misericórdia do Porto, que tem permitido que os nossos técnicos sejam, cada vez mais, especializados no apoio Psicossocial e espiritual aos doentes e às suas famílias.



Objetivos da UO/Serviço

1. Garantir o cumprimento do Plano de Ação, a recontratar com a Fundação “la Caixa” em janeiro de 2025, num nível de execução mínimo de 95%;
2. Garantir o cumprimento da atividade assistencial e devido registo, a recontratar com a Fundação “la Caixa” em janeiro de 2025, num nível de execução mínimo de 90%;
3. Alargar a cobertura a outra Entidade Recetora em contexto de ERPI;
4. Elaborar Plano Estratégico 2025/2030 para a implementação do Programa de Apoio Integral a Pessoas com Doen-

ças Avançadas, definindo-se as entidades recetoras chave e respetivo cronograma de implementação;

5. Desenvolver pelo menos uma ação de esclarecimento com os principais intervenientes do sector da saúde, social e a nível político, com objetivo de informar e consciencializar as diferentes partes interessadas sobre a importância do apoio psicossocial e espiritual no final da vida como um direito;
6. Promover a continua especialização dos elementos da EAPS da SCMP em áreas específicas de atuação: pediatria, luto, espiritualidade, Esclerose Múltipla, Esclerose Lateral Amiotrófica, num mínimo de 5 ações de formação anuais;
7. Potenciar o Voluntariado do Programa Humaniza na equipa EAPS da Misericórdia do Porto.

Indicadores, Metas e Fontes

N.º do Objetivo	Indicadores			Meta 2025	Fonte de dados
1		Convénio principal	Convénio ERPI		
	Novos doentes	1475	115		
	Seguimentos a doentes	1300	540		
	Novos familiares	700	115	>=90%	
	Seguimentos a familiares	1400	170		Mapa de monitorização
	Novos lutos	25	14		
	Seguimentos a lutos	180	14		
	Intervenções de gestão	300	0		
2	Atividade assistencial			>=95%	
3	Celebração de acordo de cooperação			1	Relatórios da atividade assistencial nas ERPIS da plataforma da “la Caixa”
4	Plano estratégico			1	
5	Ações de esclarecimento			1	Relatório de execução
6	Ações de formação específica			>=5	Certificados de frequência

Chave de Afetos

O Chave de Afetos (CdA) é um Programa que disponibiliza uma solução de componente tecnológica e humana para o isolamento sénior, validada e reconhecida como empreendedora e de inovação social. Propõe três eixos de intervenção que se complementam: a criação de uma rede de trabalho, onde se promove a sinalização das situações e o reforço da rede de suporte, a disponibilização de um serviço de teleassistência diferenciado, com acesso a vários tipos de dispositivos, e a promoção da socialização através de voluntariado de proximidade.

O ano de 2025 irá coincidir com o início de um novo ciclo de ação, encontrando-se a SCMP em negociação com os diferentes municípios. Apenas no final de 2024 será possível ter-se uma visão global do trabalho a desenvolver, sendo que, no mínimo, se espera manter o nível de compromisso do triénio anterior.

2025 será, igualmente, o ano inicial de implementação de um novo plano estratégico (2025/2030), onde se prevê a materialização de um plano de execução customizado, considerando a importância da sensibilização para o problema social do isolamento sénior e sua prevenção, numa ótica de *ageing in place*, onde são valorizadas as medidas que garantem o mapeamento e monitorização dos casos, a complementaridade com o trabalho técnico local, proporcionando o aumento do sentimento de segurança,

quer para os beneficiários, quer para os elementos da rede de suporte. Complementarmente, neste plano, prevê-se a revisão das medidas de apoio à gestão de Voluntariado e a acreditação da Rede Chave de Afetos, através da integração de Boas Práticas de Inovação Social no território.

Objetivos da UO/Serviço

Tendo por base a contextualização anterior, os objetivos estruturantes para 2025, são os seguintes:

1. Aumentar o impacto da solução Chave de Afetos;
2. Aumentar o número de clientes privados em 20%, por forma a robustecer o Plano de Sustentabilidade;
3. Aumentar a qualidade do serviço, com um incremento no nível de satisfação dos clientes;
4. Potenciar o serviço de voluntariado do CdA, formalizando a ligação do mesmo a estruturas de voluntariado já implementadas na comunidade.
5. Desenvolver e implementar um processo de auscultação aos parceiros-chave com vista à recolha de *inputs* acerca das necessidades que poderão ser contempladas na reestruturação do CdA.

Indicadores, Metas e Fontes

N.º do Objetivo	Indicadores	Meta 2025	Fonte de dados
1	Média anual de beneficiários ativos	>= 1000	
2	Média anual de clientes ativos	>=110	
3	Taxa de satisfação	>= 85%	Plataforma CdA
4	Tempo médio de resolução a pedidos de manutenção	>= 85% de resoluções em 5 dias úteis	
5	5.1 Número de voluntários ativos	>=50	
	5.2 Número de ações de capacitação/ acompanhamento para voluntários	8	
6	Número de ações de capacitação/ acompanhamento para técnicos	8	Registos de acompanhamento

Sempre Acompanhados

O Sempre Acompanhados é um Programa da Fundação “la Caixa”, com génese em Espanha em 2014, que pretende oferecer uma resposta inovadora às situações de solidão não voluntária, dirigida à população sénior.

Em novembro de 2022, a Misericórdia do Porto foi selecionada como entidade responsável pela implementação do Programa Sempre Acompanhados (PSA) na freguesia do Bonfim, através de uma equipa constituída por dois técnicos, com acesso à formação e acompanhamento da Fundação “la Caixa”, para promover a metodologia validada.



Propõe uma metodologia baseada em três eixos de intervenção:

- Individual: acompanhamento individualizado ou em grupo – intervenções grupais, com o objetivo de empoderar as pessoas que enfrentam a solidão, reconhecendo o sénior, como sujeito ativo no seu processo de envelhecimento, promovendo o seu autoconhecimento, autonomia, dignidade e autoestima, e considerando a sua capacidade de adaptação e resposta face ao desafio da solidão.
- Comunitária: criação de parcerias com entidades locais na área social e da saúde, potenciando uma dinâmica de trabalho em rede, para promover o bem-estar dos seniores, criando e facilitando oportunidades de vínculo, dando resposta a necessidades concretas com base nos recursos existentes, sempre numa lógica de facilitar o empoderamento da pessoa idosa.
- Sensibilização: Abordagens comunitárias sobre o tema da solidão, particularmente centradas na importância das relações sociais.

Em julho de 2024, foi aprovado o aumento de território para as freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, com o mesmo objetivo e forma de atuação do território do Bonfim. Prevê-se que 2025, seja um ano de consolidação da metodologia de intervenção.

Objetivos da UO/Serviço

Tendo por base a contextualização anterior, os objetivos estruturantes para 2025, são os seguintes:

1. Garantir o cumprimento dos objetivos contratualizados com a Fundação “la Caixa”;
2. Contribuir para a melhoria científica do PSA, através da implementação e medição de programas grupais temáticos
3. Criação de Grupo Técnico de Lordelo do Ouro e Massarelos e consolidação do Grupo Técnico do Bonfim
4. Desenhar e implementar Plano de Verão/25
5. Desenvolver um programa de voluntariado PSA
6. Implementar dinâmicas com entidades locais das duas freguesias, consolidando o trabalho em rede.

Indicadores, Metas e Fontes

N.º do Objetivo	Indicadores	Meta 2025	Fonte de dados
1	Número de admissões ao PSA	>= 140	
	Número de sessões grupais	20 sessões	
	Número de participantes	40 participantes	
2	Avaliação de impacto da intervenção	>= 80% (modificação positiva entre pré e pós teste)	Plataforma e Relatório e monitorização mensal
	Avaliação de satisfação	>= 85% taxa de satisfação	
3	Entidades parceiras – Bonfim	>= 10	
	Entidades parceiras – LOM	>= 8	
	Reuniões Grupo Técnico	8 (4/freguesia)	
4	Número de oficinas	>= 12	
	Participantes	>= 60	
	Visitas culturais realizadas	>= 8	
	Taxa de satisfação	>= 80%	
5	Voluntários	>= 6	Relatório de monitorização mensal
	Sessões capacitação para voluntários	>= 3	
6	Dinâmicas conjuntas inter-freguesias	>= 2	Mapas de monitorização

Área do Risco/Emergência Social

Re/Incorpora

O Programa Incorpora surgiu em 2018, impulsionado pela Fundação “la Caixa”, em parceria com o BPI e o IEFP, com o desafio de melhorar a integração sociolaboral de indivíduos em situação ou em risco de exclusão social. Esta iniciativa pioneira desenvolve-se num contexto onde fatores macroeconómicos e sociais desempenham um papel crucial na determinação das oportunidades e desafios enfrentados pelo programa. O Programa Incorpora baseia-se numa abordagem colaborativa entre o setor empresarial e o setor social, visando não apenas facilitar a inserção laboral de pessoas vulneráveis, mas também fortalecer as políticas de Responsabilidade Social Corporativa das empresas participantes. Nos últimos anos, o programa tem demonstrado um crescimento significativo na sua rede de parceiros e na eficácia das suas estratégias de intervenção. O cenário macroeconómico previsto para 2025 inclui mudanças regulatórias e económicas que podem influenciar a operação do programa, exigindo adaptações ágeis e estratégias flexíveis para manter a eficácia e a relevância das suas iniciativas. É crucial considerar possíveis alterações nas políticas de financiamento, legislação laboral e demandas do mercado de trabalho, que

poderiam afetar diretamente a capacidade de resposta do Incorpora. O Programa Incorpora pretende continuar a ser um agente de transformação social e económica, concentrando-se em:

- Expandir Parcerias e Redes de Colaboração - Fortalecer as parcerias existentes e estabelecer novas colaborações estratégicas com empresas e entidades sociais, visando ampliar as oportunidades de inserção laboral e aumentar o impacto social positivo nas comunidades atendidas;
- Inovação e Melhoria Contínua - Implementar práticas inovadoras e eficazes na integração sociolaboral, adaptando-se às necessidades específicas dos beneficiários e promovendo resultados sustentáveis ao longo do tempo;
- Promoção de Territórios Socialmente Responsáveis - Desempenhar um papel ativo na promoção de práticas de Responsabilidade Social Corporativa entre as empresas participantes, incentivando o desenvolvimento de territórios mais inclusivos e sustentáveis;

O sucesso contínuo do Programa Incorpora depende da colaboração eficaz entre todos os *stakeholders* envolvidos, incluindo a Fundação “la Caixa”, BPI, IEFP, beneficiários, rede Incorpora e empresas parceiras. Esta interconexão é fundamental para alcançar os objetivos comuns de facilitar a inserção laboral de pessoas vulneráveis e promover um impacto positivo duradouro na sociedade.

Em 2024 foi desenvolvido um programa piloto, na área metropolitana de Lisboa, com uma variante do programa Incorpora denominada ReIncorpora. Este programa é destinado à reinserção sócio-laboral de pessoas que se encontraram em condição de privação de liberdade. Em 2025, a Misericórdia do Porto será uma das instituições responsáveis pelo alargamento do programa. Assim, um dos eixos centrais de 2025, será a apropriação deste novo modelo de trabalho, em estreita articulação com o Estabelecimento Prisional, com vista ao desenho de mais um eixo de intervenção social da SCMP. Os objetivos específicos do ReIncorpora serão definidos oportunamente com a Fundação “la Caixa”, pelo que não serão apresentados nesta fase.

Objetivos da UO/Serviço

1. Aumentar o impacto do programa Incorpora na comunidade, quer ao nível dos parceiros, quer ao nível dos beneficiários;
2. Captar novas empresas parceiras até ao final de 2025, ampliando a rede de colaboração e oportunidades de emprego;
3. Assegurar que novas empresas parceiras se tornem contratantes efetivas até ao final de 2025, proporcionando novas vagas de emprego para os beneficiários;
4. Organizar e realizar ações de colaboração entre os agentes sociais ao longo de 2025, promovendo a cooperação e troca de boas práticas, concretamente ao nível das reuniões trimestrais Humanizar; das reuniões de discussão estratégica regional Norte e de Ações Empresas/Beneficiários;
5. Organizar um evento anual para promover a visibilidade e impacto do programa;
6. Promover sessões de formação/capacitação para colaboradores.

Indicadores, Metas e Fontes

N.º do Objetivo	Indicadores	Meta 2025	Fonte de dados
1	Ofertas geridas	>= 95	Plano de ação 2025
	Inserções	>= 55	Plano de ação 2025
	Beneficiários atendidos	>= 150	
2	Novas empresas	>= 20	Registos Plataforma “la Caixa”
3	Novas empresas contratantes	>= 8	
4	Reuniões trimestrais Humanizar	4	Mapa de monitorização
	Reuniões Norte	6	
	Ações Empresas/Beneficiários	10	
5	Evento anual		Relatório de execução
6	Ações de formação/capacitação	6	





EDUCAÇÃO



5.3.3. Educação

5.3.3.1. Colégio de Nossa Senhora da Esperança

Deve ter-se em consideração a especificidade desta Unidade Operacional, que, sendo uma escola, apresenta o seu Plano de Atividades Pedagógicas para o ano letivo, isto é, de setembro de 2024 a agosto de 2025.

O Plano Anual de Atividades 2025 visa concretizar três objetivos permanentes:

- Prestar uma educação e um ensino de qualidade;
- Aumentar os níveis de satisfação dos nossos alunos e potenciar as suas capacidades;
- Equilibrar o resultado financeiro do Colégio.

Simultaneamente, são também objetivos:

- Manter a elevada taxa de sucesso escolar;
- Aprofundar a aplicação da flexibilidade curricular;
- Consolidar os resultados obtidos em provas nacionais;
- Desenvolver as práticas pedagógicas recorrendo à inovação tecnológica;
- Transformar os espaços de aprendizagem em ambientes educativos inovadores;
- Incrementar o uso da tecnologia na relação com os encarregados de educação e nos serviços de apoio;
- Requalificar os espaços exteriores;
- Aprofundar os procedimentos de gestão e controlo da área financeira.

Situação atual

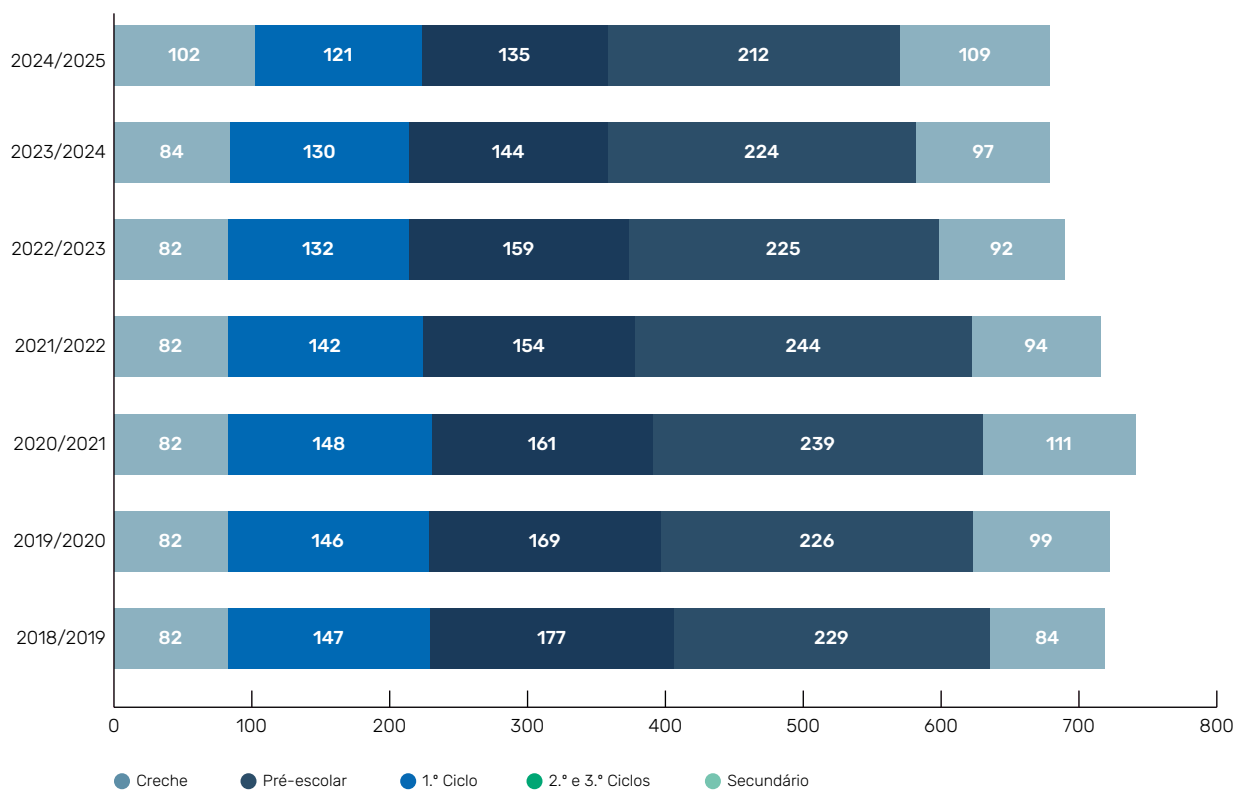
O ano letivo 2024/2025 iniciou com os mesmos alunos do ano letivo anterior, perspetivando que, ao longo do ano, se possa assistir à criação de um saldo positivo na comparação com o ano letivo anterior. Ao nível da Creche, o CNSE conseguiu uma taxa de ocupação total, beneficiando ainda da abertura de uma terceira sala de dois anos que permite um acréscimo de frequência na ordem dos 21%; no pré-escolar evidencia uma redução de 9 alunos, enquanto no 1.º, 2.º e 3.º ciclos a redução é de 24 alunos. Em sentido contrário, no ensino secundário há um crescimento de 12 alunos, o correspondente a 12%.

O Colégio trabalha para promover o desenvolvimento integral das suas crianças e dos seus alunos, contribuindo para a autonomia de cada um e para a sua consolidação como um cidadão(ã) responsável e interventivo(a) na sociedade. Promove ainda a qualidade e a excelência das aprendizagens dos seus alunos. Simultaneamente, mantém as suas marcas: promover a estabilidade, criar mais e melhores condições nas infraestruturas e assentar a intervenção em cada criança/aluno, na sua identidade, nas suas capacidades e competências. A qualidade do nosso ensino é comprovada com o reconhecimento, no final ano letivo 2023/2024, novamente pelos resultados obtidos nos exames nacionais. Nas 637 escolas secundárias do país, ficamos na 52.ª posição geral.



Alunos

Poder-se-á observar a evolução do número de alunos desde 2018/2019 através do gráfico seguinte:



	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025
Creche	82	82	82	82	82	84	102
Pré-escolar	147	146	148	142	132	130	121
1.º Ciclo	177	169	161	154	159	144	135
2.º e 3.º Ciclos	229	226	239	244	225	224	212
Secundário	84	99	111	94	92	97	109
Total	709	715	722	741	716	679	679

Recursos Humanos

Iniciámos o ano letivo 2024/2025 sem alterações significativas no quadro de pessoal do Colégio, apenas as decorrentes da abertura de uma terceira sala de 2 anos. Desta forma, foi contratada uma nova educadora de infância e uma ajudante de ação educativa. Entre os docentes, registou-se a entrada de um novo docente contratado a termo certo, com a devida redução nos docentes contratados em regime de prestação de serviços.

O ano de 2024/2025 dá continuidade a uma estrutura hierárquica assentada numa linha horizontal que agrega cada área de intervenção do Colégio.

Plano para 2025

Atingir o objetivo do equilíbrio financeiro do Colégio implica um crescimento substancial das receitas e a redução possível das despesas. O aumento da receita far-se-á pelo aumento das mensalidades e da promoção de serviços acessórios à nossa atividade principal. A aposta na diversificação das atividades extracurriculares, nas visitas de estudo, nos programas de atividades de férias, nos serviços de alimentação, reprografia e papelaria visam a captação de mais alunos e um efeito positivo na receita. A redução da despesa procurar-se-á com um controlo mais efetivo sobre todos os gastos, procurando usar de toda a parcimónia nas aquisições necessárias e de uma extrema responsabilidade nos mais variados consumos.



Na Creche foi possível acrescentar, aos acordos de cooperação, mais uma sala de dois anos, que se reflete num crescimento de mais de 20% no número de crianças em frequência. Também no ensino secundário, fruto da consistência nos resultados obtidos, há um acréscimo de 12% na frequência. No que concerne ao ensino básico mantém-se alguma queda na frequência, mercê da dificuldade em garantir uma transição dos alunos do pré-escolar, o que, ano após ano, se vai manifestando. No próximo ano, desenvolver-se-ão ações de promoção da nossa oferta, procurando reverter a diminuição de alunos nestes ciclos de ensino.

Os investimentos efetuados nas instalações, a aposta na constituição de um quadro de docentes com experiência e a aposta ao nível da formação/requalificação dos colaboradores visam contribuir para recolocar o colégio entre os estabelecimentos que melhores condições oferece na zona central do Porto. Após a requalificação do Sala dos Professores e da Biblioteca e a concretização de uma nova sala de TIC, temos como projeto próximo a criação de mais um espaço de recreio e um campo de jogos, junto ao atual parque de estacionamento. Expecta-se ainda o arranque das obras da terceira fase da recuperação integral do edifício antigo, com a instalação das creches no rés-do-chão.

A qualidade do serviço prestado é o aspeto mais importante para a atração de alunos. Manter-se-á a oferta de formação complementar em Expressão Musical, Expressão Físico-Motora e Educação Científica, no Pré-escolar. Ao nível do 1.º Ciclo, a aposta em áreas fundamentais, como as Ciências e Matemática, concretiza-se com a disciplina de oferta de escola CienciaMat, complementada com atividades de enriquecimento curricular que visam uma formação mais completa: Orquestra Orff, no âmbito da música; Olhares Artísticos, na área das Artes Visuais, Filosofia para Crianças e Programação, agora promovida pela Academia de Robótica, no âmbito da utilização das novas tecnologias. Nos 2.º e 3.º Ciclos, 2024/2025 mantém a aposta na promoção de clubes e com abrangências diferenciadas, como momentos de formação complementar e diversificada. O enfoque estará na consolidação de conhecimentos cuja aprendizagem tenha sido afetada com as condições especiais vividas pelos nossos alunos no período de pandemia. Ao nível do ensino secundário, continuar-se-á um caminho que visa aproximar os nossos alunos do ensino universitário. Pretende-se “trazer” o conhecimento para o Colégio e “transportar” os nossos alunos até ao conhecimento. Pretende-se apresentar diferentes abordagens, em contextos distintos do habitual, para trabalhar áreas de extrema importância, concretizando-se a diferenciação pedagógica que se exige para o alcance do sucesso.

Manter-se-á a participação em projetos como o Eco-Escolas, Coração Verde, Projeto Matemática Ensino (Universidade de Aveiro), *Millage School* (Universidade do Algarve) ou Olimpíadas da Matemática, História, Química, Física, Biologia e Economia. Como forma de promover a leitura, ampliar-se-á o projeto “10 minutos a ler” a várias disciplinas, garantindo que todos os alunos dedicam um pequeno período diário à leitura. Cumprindo com a dimensão da formação integral de um aluno do Colégio de Nossa Senhora da Esperança, promover-se-ão programas de solidariedade, levando os nossos alunos a experienciar verdadeiras ações de promoção do bem social, bem como atividades diversas com o intuito de fomentar o respeito pelo próximo, a sensibilidade para com o meio ambiente, materializando ainda momentos que promovam as datas festivas e a relação escola-família.

Com os alunos do ensino secundário concretizar-se-á um projeto de acompanhamento, que visa a monitorização, a ajuda na descoberta do caminho de cada um e o fomento do valor do trabalho, do empenho e da resiliência.

Com o intuito de aproximar o Colégio às famílias e elevar o nível de formação de toda a comunidade educativa, os Serviços de Orientação Vocacional vão promover ciclos de debates, para os quais convidarão profissionais qualificados para dinamização.

Para além das regulares atividades letivas e de enriquecimento curricular, o Colégio proporcionará atividades extracurriculares potenciadoras de incremento da receita. Em 2025 funcionarão aulas de *ballet*, *karaté*, *inglês*, *dança criativa*, *ioga*, *babyioga*, *musicoterapia*, *introdução à patinagem*, *introdução à robótica*, *futsal* e ensino de diversos instrumentos musicais.

As atividades desenvolvidas no Colégio de Nossa Senhora da Esperança expectam a concretização da missão do estabelecimento, cumprindo com as obrigações perante os seus utentes e alunos e procurando a sustentabilidade financeira por via do crescimento, da redução da despesa e da eficácia dos seus serviços. A evolução em cada uma das áreas atrás expostas visa a prossecução dos referidos desideratos.





**DEFICIÊNCIA
É INCAPACIDADE**

5.3.4. Deficiência e Incapacidade

5.3.4.1. CIAD | Centro Integrado de Apoio à Deficiência



O Centro Integrado de Apoio à Deficiência (CIAD) oferece serviços nas seguintes áreas: Lar Residencial, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, Escola Especial e Formação Profissional, todos destinados a apoiar pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

Esta UO desenvolve a sua operação num contexto ajustado às políticas e legislações focadas na inclusão social, igualdade de oportunidades e direitos das pessoas com deficiência, oferecendo atividades ocupacionais, terapêuticas e de desenvolvimento pessoal, alinhadas com os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O objetivo principal do CIAD é a promoção da inclusão plena e efetiva destes cidadãos na sociedade, proporcionando atividades que incentivem o desenvolvimento pessoal, social e profissional.

Um traço distintivo da intervenção do CIAD prende-se com a aposta na formação contínua e na troca de conhecimento para aprimorar o *know-how* das diferentes equipas. Por meio do desenvolvimento de parcerias e projetos com outras entidades, não apenas se replicam modelos de intervenção mais eficazes, mas, fundamentalmente, promove-se uma reflexão

sistemática e transversal sobre métodos e procedimentos de atuação, sempre com o objetivo de empoderamento global do modelo de atuação com vista a uma melhor qualidade de vida dos nossos clientes.

Atualmente o CIAD presta os seguintes serviços:

- Lar Residencial (LR) – Acolhimento de pessoas que necessitem de apoio a devido a limitações físicas, intelectuais ou sensoriais, tendo como objetivo principal proporcionar um ambiente seguro, acolhedor e inclusivo para as pessoas com deficiência, onde possam viver com dignidade, receber cuidados adequados e desenvolver suas potencialidades.
- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) – Ainda em processo de transição de CAO para CACI, desenvolve atividades ocupacionais dentro e fora das instalações e que variam de acordo com as potencialidades e necessidades individuais de cada pessoa, incluindo trabalho nas áreas: Atividades de Vida Diária, Oficina de Madeiras, Olaria, Tecelagem, Eco Oficina, Expressão Plástica, Expressão Dramática, Literatura e Atividade Física Adaptada.
- Escola Especial (EE) – Presta apoio individualizado e personalizado a alunos com necessidades educativas especiais e visa a promoção do seu desenvolvimento integral e harmonioso e a sua inserção social, de acordo com as suas capacidades e características específicas.
- Formação Profissional (FP) – Vocacionada para o desenvolvimento de cursos de Formação especialmente destinados a pessoas com deficiência e/ou incapacidade ou outros problemas no domínio da inserção socioprofissional. Em 2025 pretende-se dar continuidade aos cursos de percurso C – nomeadamente, Operador de Jardinagem, Atividades de Vida Hoteleira, Auxiliar Serviços Gerais e Carpinteiro de Limpos – e ao curso de Cozinheiro percurso B - dupla certificação. Pretende-se, também, iniciar mais 5 cursos de percurso C e um curso de percurso B, nomeadamente: Operador de Jardinagem, Atividades de Vida Hoteleira, Auxiliar Serviços Gerais, Carpinteiro de Limpos, Tratador de Equinos e curso de Cozinheiro (percurso B).

Seguindo o trajeto dos últimos anos, o CIAD prevê que em 2025 possa:

1. Concluir a reestruturação da resposta de CACI segundo o novo enquadramento legal, quer através da adaptação das dinâmicas ocupacionais na comunidade, como através da reformulação do quadro de recursos humanos definidos pela nova portaria.

2. Regularizar o seu quadro de pessoal técnico para cumprimento de acordo em Lar Residencial.

3. Aumentar e fortalecer parcerias com outras entidades congêneres para aumentar a rede de apoio.

4. Adotar novas tecnologias comunicação para melhorar a articulação com clientes e famílias.

5. Promover ações de sensibilização internos sobre os direitos e inclusão de pessoas com deficiência.

6. Realizar avaliações periódicas dos serviços prestados e implementar melhorias contínuas baseadas no *feedback* dos clientes e famílias.

Objetivos da UO/Serviço

1. Rever o Sistema de Gestão da Qualidade de modo a evidenciar o *compliance* e a excelência na prestação de serviços.

2. Melhorar as condições de trabalho em espaços específicos do CIAD, concretamente ao nível da insonorização acústica do Salão e do Refeitório.

3. Desenvolver estruturas de estimulação sensorial específica na sala ocupacional.

4. Requalificar espaços físicos específicos por forma a melhorar a oferta da Formação Profissional (criação de uma lavandaria).

5. Alargar a rede de equipamentos informáticos (computadores e *tablets*) para otimizar o processo de registo de atividades ocupacionais e de tarefas.

6. Otimizar a promoção de competências inerentes ao plano educativo individual recorrendo a materiais didáticos modernos e funcionais.

7. Contribuir positivamente para um maior equilíbrio financeiro das diferentes respostas sociais, mediante o desenvolvimento de atividades que promovam o mecenato.

8. Capacitar as equipas através do desenvolvimento contínuo dos colaboradores recorrendo ao projeto CIAD +.

9. Promover o *empowerment* e auto-representação no grupo de residentes com o objetivo de envolver ativamente os clientes no funcionamento, dinâmicas e atividades de lar resi-

dencial, promovendo responsabilização, autonomia e funcionalidade.

10. Fomentar a criação de novas parcerias com entidades da comunidade envolvente para a integração de clientes com níveis de autonomia e funcionalidade adequados à sua integração em Atividades Socialmente Úteis/Estritamente Ocupacionais e de Lazer.

11. Desenvolver um Projeto de Capacitação Familiar, tendo como objetivo a promoção da qualidade de vida das famílias das pessoas com deficiência e a inclusão da pessoa com deficiência na sua comunidade.

12. Dar continuidade ao ciclo de formação profissional aprovado para o período 2023/2026.

13. Iniciar o novo ciclo de formação profissional para o período 2024/2027.



Indicadores, Metas e Fontes

N.º do Objetivo	Indicadores	Meta 2025	Fonte de dados
1	Revisão de processos e procedimentos	>=80%	Reuniões com GQ
2	Intervenções de requalificação (acústica)	2	Relatório de execução
3	Estruturas desenvolvidas	>= 1	
4	Intervenções de requalificação (físico)	1	DGAP
5	Equipamentos informáticos	>= 3 computadores	DGOSI
	Taxa de registo de atividades	>= 4 tablets >= aumento de 5% em relação a 2024	Mapas de Monitorização
6	Materiais didáticos	>= 2	Plano e relatório de investimentos
	Taxa de cumprimento do PEI	>= 80%	
7	Atividades com a comunidade	>= 3	Relatório de execução
8	Ações de capacitação	>= 20	Mapas de monitorização
	Colaboradores envolvidos	>= 75%	
9	Ações desenvolvidas	>= 24	
	Taxa de clientes envolvidos	>= 70%	
10	Novas parcerias	>= 6	
11	Taxa de satisfação	>= 80%	Inquéritos de satisfação
12	Taxa de execução física anual	>= 90%	Mapas de monitorização
13	Taxa de execução física anual	>= 90%	

Centro Professor Albuquerque e Castro

O Centro Professor Albuquerque e Castro – Imprensa Braille (CPAC) é responsável pela produção de livros, revistas e outros materiais em Braille com caráter regular, desde 1956. Organicamente, encontra-se inserido no Centro Integrado de Apoio à Deficiência (CIAD) e assume-se como uma resposta social claramente atípica, não existindo outras Instituições que desenvolvam resposta similar.

A operação do CPAC tem sido desenvolvida num contexto de previsibilidade face aos meios que dispõe (humanos e físicos) e, em simultâneo, de escassez, i.e., em virtude da situação financeira que a Instituição atravessa, não tem sido possível efetuar os investimentos necessários para dotar o CPAC de novos equipamentos para garantir competitividade e inovação.

Assim, o potencial de crescimento encontra-se limitado, mas a sua manutenção, enquanto imprensa Braille, está ancorada no acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social (ISS) permitindo a produção de revistas e livros em formato Braille com caráter regular e permanente. Paralelamente,

existiu e existe a preocupação da procura da sustentabilidade do Centro, procurando harmonizar as receitas e as despesas inerentes à atividade do CPAC.

Operacionalmente, importa sublinhar a idade elevada dos equipamentos ao serviço, apresentando os mesmos inúmeros problemas de funcionamento, sendo este o maior fator condicionante à atividade do CPAC (e o que faz perigar a sua atividade). Neste sentido, 2025 deverá apresentar-se como um ano estratégico para o redesenho da operação. Tal é particularmente premente pela confluência de dois outros fatores: o quadro de pessoal, que antevê já situações de reforma com elevado impacto e, complementarmente, o término do *renting* em vigor com a Konica Minolta, o que implicará, obrigatoriamente, uma nova abordagem à operação.

Objetivos da UO/Serviço

Tendo como suporte a contextualização anterior, os objetivos estruturantes para 2025, são os seguintes:

1. Garantir, da parte da SCMP, as melhores condições à eventual revisão do Acordo de Cooperação;

2. Manter a parceria estratégica com a WOOK no âmbito do *e-commerce*;

3. Manter a parceria com o parceiro financiador do projeto Visão Braille, muito apreciado pelos leitores;

4. Manter a produção da revista Enigma, produção própria do CPAC e revista única no âmbito do lazer (jogos e passatempos em Braille);

5. Procurar possíveis alternativas de financiamento com vista à renovação dos equipamentos de produção.

Indicadores, Metas e Fontes

N.º do Objetivo	Indicadores	Meta 2025	Fonte de dados
1	Revistas produzidas – Poliedro	8100	Relatório de monitorização anual
	Revistas produzidas – Rosa dos Ventos	5500	
	Livros transcritos	40	
	Volumes transcritos	160	
		200	
	Livros reimpressos	600	
	Livros reimpressos (volumes)		
	Calendários produzidos	900	
2	Transações digitais e-commerce	>= 60	Mapas de monitorização
3	Revistas produzidas – Visão Braille	9.000	Plataforma e Relatório de monitorização mensal
4	Revistas produzidas – Enigma	300	
5	Ações de mercado	>= 5	Mapas de monitorização







DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

5.3.5. Desenvolvimento Agrícola

5.3.5.1. Quinta d'Alva

No atual contexto económico mundial, em que a produção competitiva, a qualidade dos produtos e as exigências legais determinam uma gestão competitiva, é necessário garantir padrões de qualidade e produtividade.

A dimensão e complexidade da Quinta d'Alva, em simbiose com a diversidade climática de cada ano, impedem a correção das imperfeições no curto prazo, tratando-se de um processo moroso.

A necessidade de mão-de-obra e custos elevados obrigam-nos a implementar uma política de gestão sustentável, reduzindo custos e mão-de-obra e apostando em tecnologia.

Nos últimos 10 anos a Quinta d'Alva viu-se obrigada a reduzir para metade o número de colaboradores e a apostar em tecnologia e contração de equipa em momentos de aperto. A mão-de-obra existente carece de responsabilidade e profissionalismo. As movimentações de colaboradores entre quintas é uma constante, não há perspectivas dos colaboradores se manterem a longo prazo no mesmo posto de trabalho.

Neste sentido, e de forma a haver menos impacto para a Quinta d'Alva, a melhor solução passará por ter sempre 3 tratoristas, pois esses são essenciais e existe escassez. Outra forma passa pela aquisição de moto 4, que qualquer pessoa facilmente pode manusear e substitui os tratores em determinados trabalhos (capinar erva, aplicação de fitofármacos, etc), com custos de manutenção mais baixos.

Analisando os resultados anuais ao longo dos anos, a componente da receita apresenta alternância anual, resultado de falhas no processo produtivo, plantas esgotadas por carência de água (ineficiência dos sistemas de rega), podas e nutrição.

Nos últimos anos o foco tem sido colmatar lacunas existentes, melhorando o processo produtivo com vista à estabilidade dos resultados.

Fruto das alterações climáticas, temos tido anos muito secos e quentes, provocando desgaste nas plantas por *stress* hídrico, que apenas pode ser minimizado com recurso à rega e aplicação de protetores solares.

As medidas já implementadas permitiram reduzir despesa, assegurando o normal funcionamento da Quinta d'Alva,

mas a redução foi absorvida pela subida vertiginosa dos custos de produção.

As vinhas apresentam idade avançada, com baixa produtividade mas alta qualidade, não resultando em maior valorização do fruto. Para a reconversão das vinhas terá que se proceder ao arranque de 1.2 hectares que se encontram com a classificação ilegal.

Em 2025 acreditamos que os custos com contratação de serviços externos para elaboração de podas da vinha venham a reduzir para metade, por aquisição de tesouras de poda elétricas.

A despampa/desladroar são custos que vamos ter de manter para assegurar melhores condições e sucesso da vinha.

A adução de água é insuficiente para as necessidades de rega da Quinta, havendo sempre que optar por regar determinadas partes do olival ou vinha.

Em 2024, verificaram-se resultados muito positivos nas videiras onde foi possível aplicar protetor solar, as plantas apresentam menor *stress* e uvas com menor percentagem de escaldão.

Estas medidas contribuem para a quantidade e qualidade das produções no curto e médio prazo.

No olival devem continuar a implementar-se medidas de recuperação para atingirmos a produtividade desejada e proceder-se à aquisição de uma nova máquina para substituição da antiga que se encontra obsoleta.

Por melhor produção que exista não há capacidade de colheita e valorização do fruto.

Os citrinos têm apresentado produção abaixo do espetável, resultante de problemas de nutrição, lavouras ou cortes de ineficiente tardios, por sobreposição dos trabalhos.

O amendoal está decrépito, os porta enxertos apresentam-se no fim de vida, mas estamos a criar novas áreas e replantar as falhas com plantas dos nossos viveiros. Para 2025 esperamos plantar amendoeiras dos nossos viveiros.

Em 2025 será retirada a cortiça virgem e poda dos restantes sobreiros, pois em 2024 o valor da cortiça era muito baixo e não houve interessados em tirar a cortiça em troca da cortiça retirada.

Quanto ao improdutivo e áreas abandonadas, que todos os anos requerem manutenção sem retorno devido aos incêndios, foram traçadas medidas no plano estratégico a longo prazo, mas a área será gradualmente plantada com recurso a plantas de amendoeira criadas em viveiros na própria Quinta.

A capacitação tecnológica é crucial para dar resposta às atuais plantações e poder apostar em força em novas plantações.

O lagar é um equipamento que deve laborar em contínuo para obter rentabilidade, as pequenas colheitas diárias levam-nos a perdas de tempo de limpezas entre laborações.

Uma vez que a quinta possui um vasto número de oliveiras centenárias poderia elaborar-se um azeite apenas dessas oliveiras e vender-se a um preço bastante elevado, pois, além de se vender o azeite, vendia-se a história, pois pretende-se recriar as histórias da Quinta ou locais para *marketing* dos produtos.

Todo este processo de modernização é necessário, pois uma quinta desta dimensão não possuiu uma marca, o que lhe retira valor.

A eletricidade produzida pelos painéis fotovoltaicos está a ser vendida à EDP, que paga muito pouco, justificando o autoconsumo, mas a alteração para autoconsumo ficaria muito dispendiosa.

A rega é dos fatores mais importantes para assegurar a vitalidade das plantas, desta forma deve assegurar-se maior eficiência.

Os problemas no sistema de rega traduzem-se em diferentes portes das plantas com igual idade, no bem-estar da planta, na quantidade e qualidade do fruto. A água de adução não é suficiente para suprimir as necessidades da Quinta, a solução passa pela execução de um furo.

O efeito “bola de neve” gerado por sobreposição de trabalhos tem vindo a promover a falta de valorização destes equipamentos e obtenção de retorno em vida útil.

Na vertente dos apoios agrícolas devemos acompanhar o seu ritmo, tirando o máximo proveito em função do contexto e enquadramento da exploração.

Temos conseguido nos últimos 9 anos a distinção em modo de produção biológico, com exceção da vinha que está no modo de produção integrada.

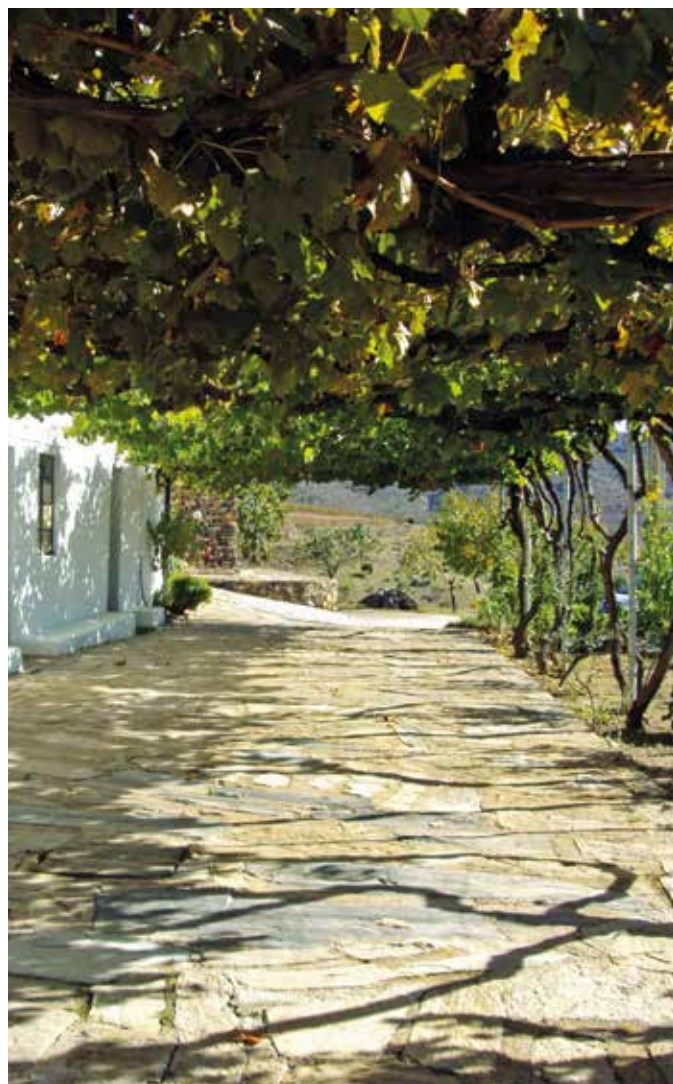
A par da componente agrícola temos o hotel composto por 5 quartos e uma envolvente única. É necessário alargar ho-

rizontes e perscrutar todo o potencial e recursos, nomeadamente a transformação de produtos, a hotelaria e o lazer.

Uma vez que o hotel se reveste de alguma beleza, localização ímpar e espaço envolvente com características históricas, paisagísticas e ambientais, onde são servidos pratos típicos da região, deve ser valorizado.

A falta de divulgação do hotel leva à ausência de clientes, sendo necessário criar uma dinâmica, promovendo a divulgação através do *site* da SCMP e loja *on-line*, podendo-se criar pacotes ou fins-de-semana temáticos.

Esta medida irá criar uma dinâmica diferente e valorativa da Quinta e dos seus espaços e equipamentos, realizando receita para amortizar os investimentos realizados.



Sabemos onde estamos e onde queremos chegar, urge a necessidade de planejar, fixar metas e resultados, monitorizar para poder melhorar continuamente.

Apesar de se implementarem melhorias ano após ano, estamos muito longe da competitividade e produtividade desejadas, perdurando falhas no processo produtivo, especificamente relacionadas com ausência de meios tecnológicos, fatores de produção e colheita.

A reconversão das vinhas, o melhoramento dos sistemas de rega/gestão da água, novas adubações das culturas, alteração do processo produtivo e simplificação de processos passam a ser os fatores chave.

Contexto Atual

A gestão dos trabalhos com a melhoria tecnológica e mudança no quadro de Recursos Humanos conduz-nos a:

- Colheita de azeitona (Outubro Novembro, Dezembro);
- Poda da vinha (Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março) – em 2025 esperamos não ter custos externos;
- Despampa da Vinha extensa (Abril, Maio, Junho)- Em 2024 os custos irão aumentar.

A par dos trabalhos anteriores:

- Substituição de arame e postes partidos da vinha;
- Replantação das falhas de plantas e enxertias;
- Adubações;
- Lavouras;

- Correção de anomalias no sistema de rega;
- Arranjos nas paredes caídas;
- Corte de bravos do olival;
- Podas do olival, citrinos, amendoal, ameixeiras, pessegueiros e figueiras;
- Tratamentos fitossanitários;
- Manutenção de jardins e espaço envolvente às casas;
- Arranjo e limpeza de caminhos;
- Manutenção diária e melhoria do sistema de rega;
- Novas plantações;
- Avarias em tratores;
- Trabalho de escritório;
- Trabalho de hotel;
- Limpeza das nascentes;
- Plantação e manutenção de hortas;
- Manutenção dos tratores;
- Lavouras/Capinar erva
- Colheitas
- Etc.

Composição da Quinta

A Quinta d'Alva, situada em pleno Douro vinhateiro e coração do Parque Natural do Douro Internacional, apresenta uma área de aproximadamente 400 hectares.

Desses 400 hectares, 193 hectares são explorados (SAU) e 207 hectares não são explorados. Em seguida são analisadas em separado a área explorada e a área não explorada.

Áreas exploradas e não exploradas

Sobreiros > 65 ha
 Olival > 78 ha
 Vinha > 32 ha
 Citrinos > 8 ha
 Amendoal > 5,10 ha
 Ameixa > 0,78 ha
 Pêssego > 0,22 ha
 Hortas > 0,5 ha
 Choupos > 1,61 ha



● Área explorada ● Área não explorada

Amendoal abandonado
 Olival abandonado
 Incultos
 Mato
 Escarpas

Área cultivada improdutivo com cultura

A cultura do sobreiro situada na exposição sul pode ser encarada como improdutivo por inaptidão da cultura ao local, o que representa uma área de 65 hectares.

A legislação impede o arranque total e substituição por outra cultura.

Área improdutivo por falta de cultura ou cultura abandonada

Estas áreas serão progressivamente plantadas de olival ou alvo de candidatura a apoios comunitários.

Área improdutivo devido a fatores geológicos e orográficos

O Douro vinhateiro, devido à sua orografia, remete a atividade agrícola para exploração do terreno em socalcos. Já noutros casos as escarpas e afloramentos rochosos impossibilitam de todo a atividade agrícola.

Atendendo a que uma área não tem aptidão agrícola, deve explorar-se o turismo de natureza, aliado ao hotel, culto e gastronomia.

A Quinta e seu espaço envolvente revestem-se de um património histórico, paisagístico e biodiversidades únicos, que aliados ao lazer (pesca, caminhadas, passeios de barco e participação em atividades agrícolas) podem fazer da visita um palco de sensações único.

A observação de aves em muitos países é um complemento perfeito para a agricultura, sem grandes custos. Nos rochedos da Quinta nidificam várias espécies em vias de extinção.



Áreas de horta

No que diz respeito às hortas é de salientar que existem 0,5 hectares, que têm sido aproveitados para produção de hortícolas, suprimindo necessidades do hotel e para venda aos colaboradores.

Ao longo destes anos viemos a realizar experiências e sabemos quais os produtos agrícolas com boa aptidão e escoamento assegurado na Instituição.

CULTURAS

Olival

A aposta tecnológica veio alterar o paradigma da cultura do olival, libertando mão-de-obra para a realização de tarefas que anteriormente não havia capacidade de realizar.

Pretende-se executar podas e corte de ramos ladrões em aproximadamente 30 hectares ano, um afolhamento a 3 anos. A ausência de podas, adubações e corte dos bravos conduz a um esgotar progressivo das plantas, declínio e alternâncias de produções.

Desta forma, pretende-se que as plantas proporcionem o seu máximo rendimento. Para tal é imprescindível executar podas de renovação devido ao excesso de madeira envelhecida, o que dificulta a passagem da seiva e conduz à morte da rama produtiva.



Azeitona negrinha a 50% do seu desenvolvimento



Olival com necessidade de corte de ladrões



Área de olival abandonado em recuperação, antes e depois.

A ausência de plantas em algumas áreas não impede que os custos e os trabalhos sejam quase os mesmos, mas com rentabilidade inferior. Os custos de rega e lavoura são os mesmos, o que difere são os custos de poda, limpeza dos bravos e colheita.

Existem áreas que não apresentam qualquer cultura no meio do olival, mas de forma a evitar incêndios é lavrado anual ou bianualmente.

Existem períodos críticos em que a rega é imprescindível, para obter maior quantidade e qualidade. A reduzida pluviosidade no inverno/primavera impede as plantas de se recomparam entre a colheita e a floração. Os invernos e primaveras chuvosos são favoráveis ao desenvolvimento da azeitona.

Atendendo a que o número de colaboradores é reduzido, definem-se prioridades, apesar de haver trabalhos que deveriam ser executados.

Em 2022 a aquisição de um trator e vibrador para colheita de azeitona com apara frutos foi a chave que abriu a porta do sucesso da quinta, através da economia de mão-de-obra, valorização da totalidade do fruto e execução de trabalhos no momento certo.

Atualmente é necessária mais uma máquina para substituição da antiga.

O futuro será focado em adubações, melhoria do sistema de rega, poda e corte de ramos ladrões.

Vinha

Dos atuais 32 hectares, apenas 25 hectares são detentores de produção de mosto generoso, os quais valem a pena explorar devido ao retorno proporcionado.

Os restantes 7 hectares são de uva de mesa (2 hectares) e vinho de consumo (5 hectares). Apesar de darem para a despesa, o retorno proporcionado não é tão aliciante.

A cultura da vinha, apesar de não ser das áreas mais significativas, é aquela que apresenta maior retorno, maiores custos e maior necessidade de mão-de-obra.

Salienta-se que existem falhas de plantas e necessidade de substituir postes partidos.

Em 2023, como projetado, tentou-se apresentar um Vitis para a reconversão de 5 hectares de vinha e percebemos que a maioria da vinha estava com problemas burocráticos e uma área de 1,18 hectares está ilegal e tem de ser arrancada, para se poder efetuar a reconversão da restante. Ainda não houve intervenção por avaria da retroescavadora.

O envelhecimento das vinhas traduz-se em perda de produção, sendo necessário reconverter as vinhas com apoios Vitis.

Pretende-se realizar correções nutricionais de acordo com as análises ao solo realizadas.

A poda e despampa absorvem toda a mão-de-obra desde dezembro até julho. Com a aposta tecnológica (trator e equipamento de colheita de azeitona) está a ser possível a libertação de mão-de-obra que realiza a poda sem con-



Videiras de uvas de mesa branca

tratação externa, mas a máquina antiga tem apresentado muitos problemas e não consegue colher.

Ao longo dos anos temos vindo a analisar o processo produtivo a proceder a experiências, avaliando resultados de forma a combater a baixa produtividade e alterações climáticas. A baixa produtividade está mais associada à falta de água para a planta aguentar a uva saudável até à colheita, à execução de determinados trabalhos no período certo e a alterações climáticas, do que propriamente à idade da vinha ou à ausência de plantas.

Para a despampa da vinha em tempo útil é impreterível a contratação de mão-de-obra, para melhor desempenho da mesma. A despampa realizada nas fases iniciais economiza tempo e dinheiro, uma vez se desenvolve muito trabalho. Em contrapartida, com plantas já desenvolvidas demora até 5 vezes mais tempo, promove desgaste, dificuldade de se vestir novamente e risco de escaldão. A despampa mais cedo permite, também, melhor resposta em termos de revegetação e cobertura dos cachos, evitando escaldão.



Falha de plantas na vinha e primeira área a reconverter

Por experiência, as plantas e uvas alvo de aplicação de caulino suportaram melhor o escaldão.



Ramada junto ao hotel



Área de vinha com lavoura a necessitar de desladramento.



Despampa em valados alternados de forma a poder realizar tratamentos fitossanitários. Forma adotada de forma a evitar contratação externa em períodos mais críticos.

Amendoal



Amêndoa quase pronta para a colheita

O amendoal é a cultura do Douro que menos mão-de-obra requer e que melhor retorno estava a proporcionar, mas ultimamente o valor desceu drasticamente. O amendoal é das culturas que apresenta baixo custo de manutenção, acabando por se tornar uma cultura rentável, sendo que ao fim do 3.º ano pode começar a produzir.

Para se perceber melhor a cultura do amendoal:

- não necessita de podas todos os anos ou se necessárias são rápidas;
- necessita de lavoura/capinar erva;
- o período de colheita é antes da vinha;
- pode ter ou não rega;
- colheita;
- valor do fruto baixou drasticamente.

O amendoal existente na quinta apresenta uma área reduzida e o escoamento da amêndoa produzida apenas era em grão, dentro da Santa Casa da Misericórdia do Porto e organização de produtores para obter maior valorização nos projetos.

Até ao momento, mais plantações de amendoal ou outro tipo de cultura não eram solução para o atual problema, uma vez que iria agravar e sobrepor trabalhos. Em 2025 pretende-se plantar amendoeiras dos viveiros da Quinta d'Alva, pois estava programado para 2024, mas a escassez de mão-de-obra e a avaria da retroescavadora não o permitiram.

Citrinos

A área de citrinos, apesar do valor comercial ser bastante reduzido, apresenta baixos custos de manutenção e bons subsídios agrícolas anuais.

É de salientar que existiam cloroses (azoto, ferro e magnésio), plantas decrépitas e ausência de podas, o que levou a progressivas reduções de produção.

O abandono progressivo do pomar levou a um estado muito caótico, o que juntamente com a desregularão nutricional conduziu a uma situação difícil de inverter. Com os esforços que temos feito, são neste momento evidentes melhorias, nomeadamente na coloração e renovação.

Pretende-se replantar 200 falhas de citrinos com variedades Ancore, Daumau, Dom João e Baia.

A baixa produtividade do pomar está associada à falta de intervenção nas infestantes e ao iniciar a rega no momento certo.



Área sem qualquer tipo de cultura entre 2 pomares de laranjeiras



Problemas nutricionais nos citrinos

Sobreiros

A área de sobreiros é uma das mais significativas em termos de área, mas não se adaptou ao clima e exposição, com exceção dos sobreiros expostos a norte.

A plantação foi efetuada em 1994 e após várias retanchas o insucesso perdurou, o que levou a uma reposição 60.000,00 euros ao Ministério da Agricultura devido à fraca densidade, com exceção dos sobreiros expostos a norte.



Área de sobreiros exposição sul – fraca e com baixa densidade



Área de sobreiros com 20 anos exposta a norte

A manutenção da área de sobreiro é difícil e demorada por se encontrar em patamares, acarretando custos que nunca serão amortizados pelo lucro, o que se deve ao pequeno porte que apresentam com 30 anos

Em 2025 iremos retirar a cortiça virgem da área exposta a norte.

Será solicitada autorização ao ICNF para abate de toda a área exposta a sul.

Choupos

A área de choupos atualmente apresenta uma área de 5 ha, sem grande significado, mas que pode proporcionar algum rendimento através da venda da madeira.



Choupos junto ao rio

Uma vez que os choupos se encontram em desenvolvimento, os trabalhos realizados e a realizar são basicamente de manutenção dos caminhos envolventes de forma a minimizar os riscos de incêndio.

O corte será realizado assim que seja permitido e que a empresa de corte tenha disponibilidade.

Pomar de Abrunhos e Pessegueiros

O pomar possui plantas em plena produção, mas apresenta algumas falhas, sendo que existem plantas que ainda não entraram em produção.

O único problema que se observa é existirem várias plantas da mesma variedade, o que dificulta o seu escoamento, que coincide com as férias dos clientes.

Estamos a realizar plantações de pequena envergadura, mas com diferentes variedades de modo a tentar valorizar o fruto.



Figueira em plena produção

Plantação de Outras Árvores de Fruto

A plantação de árvores de fruto pode ser uma boa solução em subsídios agrícolas e novos rendimentos, através da plantação de novas frutas de diferentes variedades que produzem em diferentes épocas do ano.

Salvaguarda-se sempre que sem resolver os problemas atuais não se deve pensar em grandes plantações, porque apenas estaremos a agudizar os problemas.

Deve proceder-se à replantação das falhas das laranjeiras, amendoeiras e olival.

Sistema de Rega

O sistema de rega apresenta várias debilidades, nomeadamente na distribuição do caudal nos setores, diferenças de pressão dentro dos setores, incorporação de resíduos no sistema e ausência de ligação entre os motores.

Tem vindo a ser criada uma planta do sistema de rega, mas não se sabe a dimensão e localização de algumas condutas.

Têm sido corrigidas inúmeras anomalias e lacunas relacionadas com problemas de pressão e distribuição, mas ainda há muito trabalho a desenvolver.

A instalação do sistema de rega foi feita sem quaisquer conhecimentos técnicos, não tendo em conta caudais, pressões e cotas, o que é visível pela diferença de tamanho entre as plantas que eram regadas e as que não eram.

Devido ao caudal de adução ser insuficiente tem que se deixar de regar o olival para regar a vinha, e mesmo assim o caudal não é suficiente. A resolução passa pela elaboração de um furo e melhoria das pressões dentro dos setores.

A distribuição de água dentro de cada sector é desigual, atendendo a que a pressão é maior nos pontos de menor cota, onde menos é precisa, o que se deve à ausência de redutores de pressão.

A água das nascentes, que apresenta um caudal de 50 m³ por dia ao longo do inverno, não está totalmente aproveitada, existindo tanques e charca ao abandono a uma cota estratégica, capazes de regar qualquer ponto da quinta por gravidade.

Existem 4 tanques e 1 charca que podem servir para armazenar água, bem como implementar a condução da água dos telhados da chuva para dois dos tanques.

Pretende-se a recuperação de todos os tanques da Quinta d'Alva.

Os 3 motores do rio a bombear água para rega deveriam es-



Regulação de caudal à entrada no setor

tar interligados para evitar ausências de rega quando surge uma avaria.

À medida que vamos procedendo à resolução de problemas vamos deparando-nos com situações inesperadas que carecem de resolução.

Uma vez que a orografia do terreno é caracterizada por montanhas e vales, os cumes são as áreas que necessitam de maior quantidade de água.

A distribuição de água dentro do setor é realizada com tubo de 16mm e gotejador canelado que se divide ao meio. Com qualquer excesso de pressão o gotejador abre, nas cotas inferiores há desperdício de água e os cumes ficam sem regar, o que é controlável regulando a pressão.

Uma vez que a água do rio acumula muito lixo nas tubagens na entrada de cada setor estarem instaladas torneiras de duas polegadas apenas é ser necessário abrir uma pequena ranhura que facilmente entope, causando dificuldade de acerto da pressão e caudal, levando a redução de caudal, filas do topo sem rega.

Ambas as duas situações anteriores levam a desperdícios de água e consumo de energia elétrica não valorizada.

Deve efetuar-se a manutenção da envolvente de saídas de água, casas de rega e cabos elétricos.

Colaboradores

Nos últimos anos reduziram-se 3 colaboradores e apenas foi contratada 1 colaboradora, sendo dada preferência a contratação de serviço externo para os momentos de maior pico de trabalho. Deste modo foi reduzida em 25 % o número de colaboradores e dos quais apenas pretendemos gastar 12,5 % em contratação de serviço externo.

Em 2024 saíram colaboradores por reforma e iniciamos um novo ciclo com jovens, sendo cada vez mais difícil a sua permanência a longo prazo num local de trabalho. Até serem encontradas as pessoas certas será necessário algum tempo.

Os operadores de máquinas são os que temos que segurar e ter no maior número possível, por ser um trabalho mais especializado.

Existe necessidade de criação de espírito de equipa e responsabilização.

Máquinas e Alfaias

Na vertente das máquinas agrícolas, os dois tratores adquiridos nos últimos anos demonstram que com máquinas operacionais se desenvolve mais trabalho.

Em 2025 é necessário adquirir um sistema de recolha de azeitona completo, em substituição da máquina antiga que está constantemente a avariar.

A capacitação tecnológica veio mudar todo o paradigma da Quinta d'Alva, verificável pela redução do número de colaboradores.

Apoios Agrícolas

No âmbito dos apoios agrícolas é necessário acompanhar as tendências. Em 2023, teve início um novo quadro comunitário que deve ser estudado em profundidade de modo a valorizar ao máximo a Quinta d'Alva nos próximos anos.

A agricultura biológica, apesar do impedimento de aplicação de determinados fitofármacos, adubos e regras de elaboração dos trabalhos, tem a vantagem da maior valorização económica.

O tipo de culturas exploradas na Quinta d'Alva são as corretas, com exceção do sobreiro, pois as grandes culturas do Douro são a vinha, amendoal, olival, laranjal e algumas frutas.

A Quinta d'Alva, para ter maior valorização em apoios agrícolas, necessita de maior extensão de amendoal de sequeiro, olival (sequeiro) e fruteiras (sequeiro e regadio), aumentando também o rendimento proporcionado pelo fruto.

Em 2025 acreditamos que os apoios agrícolas possam sofrer um aumento.

Transformação do Fruto

O azeite e azeitona produzidos são embalados e devem cumprir a legislação. Desta forma, deve criar-se uma marca e sala de embalagem em 2025.

A certificação do lagar em modo de produção biológico é de total interesse, criando valias para venda do azeite biológico, possibilitando gerar valor acrescentado e pensar em novos mercados, o que poderá ser o ponto de partida para a independência em relação a intermediários da azeitona.

O valor da azeitona deverá reduzir ou mesmo estabilizar num valor abaixo de 2023, o azeite poderá reduzir, mas a descida não deverá ser tão pronunciada.

No que concerne às culturas já existentes, é necessário explorar a vertente da transformação, criando valor acrescentado. Um dos casos concretos é curtir a azeitona. Atualmente são curtidos 1500 a 2000 kg, que apresentam a mesma rentabilidade que 8000 kg vendida ao armazenista.

No que concerne às frutas existe alguma quantidade que acaba por se estragar, uma vez que existe um desfasamento do momento de produção com as vindas da carrinha à Quinta, quando quantidades reduzidas não justificam essa vinda.

A elaboração de compotas é uma forma de dar valorização ao fruto.

Turismo e Lazer

No que diz respeito ao turismo e lazer existe um leque variado de hipóteses a explorar: pedestrianismo, observação de paisagem, observação de aves, pesca e turismo religioso.

Atendendo que a Quinta d'Alva tem boas condições para quem pretende relaxar em contacto com a natureza, exemplifica-se com um conjunto de fotografias colhidas na propriedade da Quinta d'Alva.



Quanto ao hotel verifica-se ausência de clientes, conexão do hotel com o espaço envolvente e ausência de produtos disponíveis ao cliente.

Os clientes que frequentaram o hotel pensavam que estava fechado ou não sabiam da existência.

A criação de pacotes turísticos pode ser a chave para atração de clientes.

Existe uma parceria com a Douro Events para receção de turistas dos barcos para lanches, jantares e visitação do espaço, capela e lagar, mas ainda não iniciou atividade.



PLANO DE AÇÃO HOTEL

A estratégia segue a seguinte ordem:

- Criação de dinâmica e criação de pacotes de fim-de-semana;
- Reservar um pequeno espaço no salão para venda de produtos da quinta.

Propostas / Estudo de rentabilidade do hotel

- Criação de uma ementa a disponibilizar na loja *on-line* (arroz de pato, carne no tacho com batata no forno e arroz, javali estufado com batata cozida/frita/alourada, bacalhau à casa, cozido à portuguesa, feijoada à transmontana e vitela estufada com batata frita/cozida/alourada e arroz).
- Aumento dos preços da dormida e refeições;
- Reservar um pequeno espaço do salão para mostra e venda dos produtos da Quinta aos clientes do hotel, a serem pagos juntamente com a estadia;
- Pacote de 24 horas na Quinta d' Alva que inclui 1 dormida, 1 pequeno-almoço e 2 refeições; (single 65.00 euros e duplo 115,00 euros) desconto de 10 % para irmãos.

PLANO DE AÇÃO AGRICULTURA

1. Capacitação tecnológica (máquina de colheita de azeitona) que irá permitir redução de tempo pela eficiência e eficácia;
2. A mão-de-obra libertada permitirá realizar os trabalhos que anteriormente não eram realizados, preparando as plantas para produções dentro da média das outras explorações;
3. Contratação de mão-de-obra para a poda (em último recurso) e despampa da vinha, a fim de realizar outros trabalhos necessários dentro do período correto;
4. Melhoria nos sistemas de rega para melhorar a saúde das plantas e a qualidade e quantidade do fruto;
5. Armazenamento de água para poupança de energia, que irá ser empregue na rega das novas plantações. Medida mitigadora de alterações climáticas.
6. Libertação do tempo do responsável para realização e acompanhamento de outros trabalhos;

7. Reconversão das vinhas e plantação das áreas entre culturas;

8. Plantação das áreas mais afastadas e resolução da ausência de produtividade dos sobreiros. Podar os sobreiros e retirar a cortiça virgem.

Propostas / Estudo de rentabilidade Agricultura

- Explorar novas formas de elaboração dos trabalhos da quinta que coincidam com a mão-de-obra existente;
- Melhoria da produtividade de todas as culturas;
- Criação de planos de prevenção de riscos;
- Apostar na poda e corte de ramos ladrões do olival;
- Nutrição das plantas;
- Valorização e retorno de equipamentos dentro da vida útil;
- Capacitação tecnológica que irá permitir funcionalidade, operacionalidade, eficácia e eficiência, reduzindo tempo de execução de tarefas para trabalhar as novas plantações sem acréscimos de custos em relação aos custos atuais.
- A economia global não será refletida nos custos, uma vez que serão aplicados nas novas áreas a plantar da presente proposta.
- As novas plantações permitirão diluição de custos do investimento a realizar e realizado no passado, aumentar a receita via subsídios e venda do fruto.
- Melhor aproveitamento da água;
- Redução dos custos com eletricidade na bombagem de água de rega;
- Resolução dos problemas com diferenças de pressão dentro dos setores do olival;
- Resolução com problemas de acerto de caudal e passagem de lixo nas torneiras de entrada dos setores do olival e valorização e retorno do investimento na vida útil;
- Aumento do caudal de água de adução;

Propostas

- Apresentação de uma candidatura à medida 3.2.1- Investimentos na Exploração Agrícola – com o objetivo de promover capacitação e competitividade;
- Criar plano de fertilização anual de 5000,00 euros ano. (3840,00 euros de 10-10-10 e 980,00 euros de aminoácidos);
- Aquisição de fitofármacos 5000,00 euros;
- Criar plano de rega;
- Resolução dos problemas de pressão e distribuição de água;
- Manutenção e revisão de máquinas de 1000,00 euros;
- Aquisição de 6 tesouras elétricas. Total 3000,00 euros;
- Elaboração de um furo à cota superior da vinha (incluindo compra de bomba, eletrificação e tubagem), 10000,00 euros;
- Armazenar água nos momentos de chuva. Custo 50,00 euros;
- Plantação de amendoal e criação de novos viveiros de amendoeiras e oliveiras;
- Plantação de 200 laranjeiras 1500,00 euros;
- Aquisição de 100 postes para a vinha 500,00 euros;
- Criação de uma marca, certificação do lagar para produção biológica e criação de sala de embalagem. Enchedor de azeite de 1 bico (800,00 euros), 3 bancadas em inox (600,00 euros), converter o lagar a biológico (500,00 euros anuais);
- Apresentação de candidatura à reconversão de 5 hectares de vinha 150.000,00 euros;
- Contratação externa para poda (pode não ser necessário) e despampa;
- Impermeabilização dos tanques;
- Estudo de mudança de painéis solares para junto do hotel.

Os resultados económicos serão graduais e refletidos nos anos seguintes.

Monitorização de resultados e processo de melhoria contínua

Após implementação do plano de ação os resultados devem ser monitorizados, assegurando que vão de encontro com o resultado esperado, avaliado o desvio e implementado um plano de medidas corretivas, assegurando a melhoria contínua.

A capacitação tecnológica veio mudar todo o paradigma da Quinta d'Alva quer pela capacidade de colheita em tempo útil da azeitona, quer pela redução do número de colaboradores necessários. Neste momento é necessário substituir a máquina de colheita de azeitona antiga.

A contratação de mão-de-obra para poda da vinha e despampa permitirá a realização das tarefas em tempo útil e execução de outras tarefas imprescindíveis não realizadas até ao momento.

Ao nível da cultura de citrinos, além dos trabalhos de manutenção, está previsto um estudo de reformulação do sistema de rega e criação de um plano de adubações de modo a resolver as carências nutricionais, o que no curto prazo irá aumentar a quantidade e qualidade das produções. Os citrinos necessitam de um sistema de rega independente porque carecem de água mais cedo.

A cultura do amendoal deve ser valorizada replantando falhas e plantando novas áreas, pois não carece de grande mão-de-obra e aumenta a área produtiva. O escoamento está assegurado através da SCMP e organização de produtores.

No que se refere às culturas de ameixa, pêsego e figo, a fruta não valorizada através do envio deve seguir para transformação em compota. Deve continuar-se a avaliar variedades com produções planeadas, rentabilizando ao máximo, juntamente com produtos hortícolas, através do envio para a sede da SCMP.

Relativamente à cultura dos sobreiros, as lavouras e limpezas de aceiros serão realizadas a fim de minimizar o impacto por incêndio e será iniciada a retirada de cortiça virgem e poda dos restantes.

Os choupos devem sofrer corte ainda em 2024, mas na impossibilidade deverá realizar-se em 2025.

Quanto ao improdutivo e áreas abandonadas é necessário ressaltar que a área está progressivamente a reduzir, dando lugar a área cultivada.

Para a replantação de falhas de olival e amendoal, a criação de viveiros economizará muito dinheiro e trará, além de maior produção, outra valorização à Quinta. A ausência de plantas em algumas áreas não impede que os custos de rega e lavoura sejam os mesmos, mas com rentabilidade inferior; o que difere são os custos de poda, limpeza dos bravos e colheita.

Relativamente ao sistema de rega é necessário um furo, a impermeabilização de tanques/charca, para armazenamento de água no inverno, e a resolução das diferenças de pressão e distribuição.

As alterações climáticas que estamos a viver devem ser tidas em consideração e mitigadas, com recurso a operações culturais ou aplicação de protetores solares.

No contexto da racionalização e otimização, esperamos armazenar água à cota onde os custos de bombagem são significativos, fazendo face às necessidades de água das culturas a cota mais elevada.

As adubações e melhorias a introduzir no sistema de rega com dimensionamento dos sectores, pressões, incorporação de resíduos no sistema e mau aproveitamento da água das nascentes, sobreposição de motores, para bombeamento a cotas inferiores ao segundo motor, são situações a resolver e que irão contribuir para a quantidade e qualidade das produções.

Espera-se que as medidas a implementar no sistema produtivo sejam capazes de aumentar em 30 a 40 % as produções e receita anual de cada cultura em 2 a 3 anos.

A transformação é a forma de conseguir o maior retorno económico e a criação de uma marca será uma mais-valia para a loja *on-line* e a criação de novos mercados, resultando num acréscimo de vendas.

Na vertente dos apoios agrícolas devemos acompanhar o seu ritmo, tirando o máximo proveito em função do contexto e enquadramento da exploração no novo quadro comunitário.

Temos conseguido nos últimos 9 anos a distinção em modo de produção biológico, com exceção da cultura da vinha em que deixou de ser vantajoso devido às fracas produções e custo de manutenção.

A par da componente agrícola temos o hotel composto por

5 quartos, salão e uma envolvente única. É necessário alargar horizontes e perscrutar todo o potencial e recursos, nomeadamente: transformação de produtos, hotelaria e lazer.

Uma vez que o hotel se reveste de alguma beleza, localização ímpar, espaço envolvente com características históricas, paisagísticas e ambientais, e é um local onde são servidos pratos típicos da região, deve ser valorizado. É necessário criar dinâmica, promovendo a divulgação interna através do *site* da SCMP e loja *on-line*, podendo-se criar pacotes ou fins de semana temáticos.

Esperamos oferecer um serviço único, atrativo e que haja regresso, que a satisfação sentida pelos clientes seja transmitida aos colegas e amigos.

Uma vez que somos aproximadamente 1200 colaboradores queremos cativar no mínimo 10 % para clientes, permitindo a venda de produtos da quinta.

O objetivo geral desejado é obter menores custos de produção e conseguir ter capacidade tecnológica capaz de criar eficiência, eficácia, funcionalidade, operacionalidade, racionalização e otimização.

Estes são os pontos-chave que medem o sucesso ou a sua falta, com a implementação do plano de ação.

Sabemos onde estamos e onde queremos chegar, urge a necessidade de planear, fixar metas e resultados, monitorizar para poder melhorar continuamente.

Uma nota final pode ficar registada, a qual não compete a este Plano de Atividades, que será uma reflexão participada sobre a Quinta d'Alva e qual o seu melhor modelo de desenvolvimento e de rentabilidade económica face aos investimentos necessários.



CULTO E CULTURA



5.3.6. Culto e Cultura

5.3.6.1. Gabinete Religioso e Culto

Desde 1499, a Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP) cumpre as 14 Obras de Misericórdia; 7 Corporais e 7 Espirituais. Esta é uma matriz que esteve incessantemente presente neste percurso de 525 anos.

A missão do Gabinete Religioso e Culto (GRC) pode ser expressa nos seguintes elementos principais: zelar pela perseverança institucional da SCMP no seu ideário espiritual, ou seja, continuamente originada pela caridade cristã; imbuir a gestão institucional dos princípios que decorrem da ética evangélica, para que a competência humana seja permeada pela graça divina; garantir a iniciação e formação de Utentes e Servidores no horizonte do humanismo cristão; fazer da SCMP, pela sua dimensão e pela sua história, um lugar de inovação dos cuidados, pela abertura ao Espírito e pela invenção contínua de um modo melhor de o fazer. Neste sentido, o GRC continua a propor uma reflexão sobre a possibilidade de incluir nos órgãos de decisão da SCMP de algum contributo de ética teológica que possa orientar as grandes decisões da instituição.

O GRC está envolvido e pretende continuar no processo de Humanização no sentido em que as necessidades emocionais, sociais e espirituais dos Utentes e Colaboradores devem estar na linha da frente das prioridades da Instituição.

O uso de técnicas de comunicação efetiva, a criação de um ambiente de cuidado seguro e confortável, fornecimento de cuidados clínicos eficazes, a oferta de suporte emocional e social aos doentes, colaboradores e famílias criam benefícios ímpares.



Para o ano de 2025, o GRC apresenta as seguintes linhas de ação:

1. Incluir ainda mais, nesta missão, os utentes e outros servidores da SCMP. Deste modo, devem ser multiplicados os espaços de oração e reflexão, mesmo quando os capelães não têm disponibilidade para comparecer, por constrangimentos conjunturais, nas unidades respetivas. Dar formação aos outros servidores da SCMP para poderem desenvolver um serviço que inclua também a componente espiritual e religiosa. Prestar o serviço espiritual em favor dos cuidadores da SCMP e não apenas dos utentes. Visando o futuro, capacitar os capelães no sentido de usarem os meios tecnológicos para a sua ação. Ao promover a vivência espiritual e religiosa, também para lá do culto, estamos a imbuir os espaços da Misericórdia com uma faceta que, mais do que fundacional, é expectável e aguardada.
2. Identificar, formar e instituir um corpo de Ministros da Comunhão que possam levar a Eucaristia aos utentes que o desejarem.
3. É também imperioso cuidar do património promovendo o zelo, preservação, organização, utilização e divulgação dos espaços de culto, dando relevância aos dois magníficos órgãos de tubos, na Igreja Privativa e na Igreja de Nossa Senhora da Esperança, mantendo o acompanhamento musical das Missas dominicais, que tanto agrado e enaltecimento propiciam.
4. Produzir conhecimento na área da espiritualidade cristã, do cuidado e da relação de ajuda. Impõe-se a necessidade de pensar a identidade cristã da SCMP, sem prejuízo de ter em conta as novas exigências da Liberdade Religiosa e do Diálogo Inter-religioso.
5. Estando a Igreja Privativa da instituição integrada no percurso museológico do Museu e Igreja da Misericórdia do Porto (MMIPO), temos de continuar a boa articulação com a área da Cultura, a qual tem sido muito frutífera, tanto para a instituição, como para o público em geral.
6. A parceria com o Parque Avides Moreira (PAM), permite cortar os custos em termos de adornos florais, aproveitando os recursos internos, no sentido de dignificar os espaços de culto.
7. Um trabalho de dignificação e reestruturação está a ser levado a cabo e continuará em 2025 em todos os locais de culto da SCMP.

8. Em 2018, o Observatório Internacional de Direitos Humanos (OIDH) escolheu a SCMP para acolher o “Centro Mundial de Solidariedade Humana”. O Dia Internacional da Solidariedade Humana (20 de dezembro), passou a ser assinalado universalmente, numa ação conjunta, entre o OIDH e a SCMP, por intermédio desta representação do OIDH. Sendo a responsável pelo GRC a secretária-geral do “Centro Mundial de Solidariedade Humana”, os laços entre estas duas entidades continuarão, em 2025, a ser fortes e concertados.

9. A responsável pelo GRC supervisiona e assegura as condições necessárias para a realização das reuniões da Comissão de Ética da SCMP, que se realizam, mensalmente, na Rua das Flores.

10. Para o ano de 2025, o GRC seguirá o mote definido pela Diocese do Porto: “Com todos e para o bem de todos, PEREGRINOS DE ESPERANÇA”. O GRC vai estar atento aos aspetos em que poderá cooperar.



5.3.6.2. MMIPO | Museu e Igreja da Misericórdia do Porto - Conde de Samodães

O ano de 2025 marcará a efeméride do décimo aniversário do Museu e Igreja da Misericórdia do Porto.

Nestes 10 anos, o MMIPO marcou o panorama cultural da cidade e do país, sendo reconhecido nacional e internacionalmente. Deu a conhecer mais de cinco séculos de história a milhares de visitantes que, desta forma, (re)descobriram uma instituição fulcral na sociedade portuense.

Não obstante os desafios que sempre se colocam nesta meritória área cultural, planeamos o ano de 2025 com racionalidade, esperança e espírito de missão. Continuemos na senda da perpetuação da nossa memória coletiva, para que não mais ela se esvaneça na linha do tempo vindouro.

Programação Cultural

A programação cultural do MMIPO para o ano de 2025 espera-se diversa, com várias temáticas e diferentes tipologias, tendo em conta os públicos e seus interesses, com o objetivo de oferecermos um produto cultural de referência na cidade. Onde visitar o MMIPO, mais do que permitir conhecer a história da instituição e da cidade, é experienciar, refletir e sentir um espaço de memória coletiva, de todos, todos, todos.

Assim como o público, as parcerias são o foco do plano do próximo ano. Aliar projetos de outras instituições com objetivos similares desemboca no aumento de sinergias e na consequente diminuição de custos. Com as exposições temporárias, em que para além do trabalho em cooperação, outra forma que torna estes projetos mais sustentáveis, é o aumento da duração das mesmas. Por isso, propomos três exposições temporárias, com quatro meses de duração e temática base da memória histórica e coletiva de importância nacional, da cidade, e do papel dos museus como guardiões e protetores dessa reminiscência.

Incluída nesta linha de organização está também a referência que a Essência do Vinho vai trazer ao MMIPO. Acolheremos mais uma parceria, em regime de cedência de espaço, a um evento WTW- Wine & Travel Week, para profissionais do Enoturismo.

Como programação paralela, vamos manter as atividades extra, os workshops, oficinas e apresentações, como momentos mais intimistas, onde, com grupos de pessoas limitados, conseguimos proporcionar experiências artísticas

nas nossas instalações e, através da utilização das nossas temáticas, favorecemos artistas, professores e estudantes, dando-lhes a oportunidade de exporem o seu conhecimento e aptidão com conteúdos de interesse para ambos. Cumprimos, desta forma, os objetivos e a missão institucional; prestar um serviço de excelência e com qualidade, preservando e difundindo o nosso património.

Gestão de Coleções

O serviço Gestão de Coleções faz o tratamento do acervo dos bens móveis da SCMP, com preocupação pelo bem-estar físico e pela segurança a longo prazo. Inclui conservação, acesso e utilização, inventário e registo, movimentação e exposição, assim como a gestão da composição geral do acervo em relação à missão e objetivos do MMIPO. Organizado por coleções tipológicas e temáticas, o acervo encontra-se maioritariamente reunido no museu e nas suas Reservas, mas também nos diversos edifícios da SCMP, e em instituições externas como o Centro Hospitalar Universitário do Porto e o Museu Nacional da Imprensa, nestes últimos, ao abrigo de contratos de depósito de longa duração.

Colabora em várias fases dos projetos de exposições temporárias que se realizam na Galeria dos Benfeitores do MMIPO, como na movimentação de acervo, pedidos de empréstimo, e criação dos suportes gráficos, quer nas iniciativas internas, quer nas parcerias externas.

No ano de 2025, o serviço de Gestão de Coleções pretende dar continuidade ao carregamento do inventário do acervo na nova base de dados Inarte, e para divulgação *on-line* no *Inweb*.

Misarte | Conservação e Restauro

O espaço Misarte tem como função primordial o restauro do acervo da SCMP, que décadas de negligência remeteram para um estado de grande vulnerabilidade. São ainda largas as dezenas de telas pintadas a óleo que aguardam a intervenção. A realização de exposições temporárias no MMIPO e os pedidos de observação das peças têm ditado as prioridades da larga lista.

A política social dum museu passa pela promoção do conhecimento e desenvolvimento da comunidade. O Misarte pretende continuar a promover a salvaguarda do património privado através de ações de formação em Conservação Preventiva, convidando especialistas de diversas áreas, e simultaneamente fazer receita.

Serviço de Públicos

O Serviço de Públicos do MMIPO prevê, para o ano de 2025, realizar atividades educativas à semelhança de anos anteriores, nomeadamente através da realização de:

Visitas orientadas para escolas/docentes com as temáticas:

a. À Descoberta do MMIPO: Esta visita procura desvendar um pouco da história da Santa Casa da Misericórdia do Porto e dos seus propósitos institucionais.

b. A Misericórdia do Porto no Liberalismo: Visita orientada que permite conhecer a história do Liberalismo e o papel da Misericórdia do Porto durante o Cerco do Porto. A visita integra ainda o papel de D. Pedro IV enquanto Provedor da Misericórdia e enquanto rei Soldado em pleno Cerco. São ainda abordadas as biografias de D. Miguel, D. Maria II e Marquês Sá da Bandeira.

c. Visitas temáticas sobre rodas (parceria com a Gray Line); visita temática em autocarro para escolas | Percurso pelo Porto Liberal;

d. *Peddy-Paper* à descoberta dos animais nas obras do MMIPO: A atividade permite que os participantes percorram cada sala do Museu à descoberta dos animais presentes nas pinturas.

e. *Peddy-Paper* à Descoberta do MMIPO: Esta atividade procura desvendar um pouco da história da Santa Casa da Misericórdia do Porto através de perguntas relacionadas com o acervo que compõe o percurso museológico.

f. Apresentação do MMIPO em escolas e outras instituições culturais e educativas: O Serviço de Públicos desloca-se às Escolas, às Universidades e a outros estabelecimentos de ensino do Porto e do Grande Porto para apresentar o Museu.

g. *Fons Vitae*, o quadro misterioso da Misericórdia do Porto: Atribuído a Colijn de Coter, pintor flamengo, o *Fons Vitae* é, possivelmente, o painel central de um retábulo cujos volantes se perderam. O painel terá sido encomendado na Flandres e pintado entre 1515 e 1517. O contexto histórico e artístico em que esta obra se insere, a iconografia, a encomenda e o percurso da obra constituem alguns dos aspetos abordados nesta visita.

h. *Peddy-Paper* Casa e Quinta da Prelada – Esta atividade permite aos alunos explorarem a Casa e a Quinta da Prelada de forma autónoma.

Comemoração de datas e efemérides:

- Dia Nacional dos Centros Históricos;
- Dia Internacional dos Museus;
- 10.º Aniversário do MMIPO;
- Jornadas Europeias do Património.

Visitas Especiais de Autor sobre rodas (parceria com a Gray Line):

- O MMIPO prevê realizar quatro visitas especiais de autor em 2025.

Visitas orientadas em números

Durante ano letivo de 2023-2024 o MMIPO recebeu cerca de 2000 alunos, de diferentes níveis de ensino e que participaram nas demais atividades que o Serviço de Públicos oferece.

Para o próximo ano letivo, 2024-2025 o MMIPO prevê um aumento considerável de alunos para as atividades do MMIPO uma vez que a divulgação junto das escolas, e dos docentes em concreto, tem-se refletido nas visitas dos mesmos ao Museu.

As visitas especiais de autor sobre rodas, em parceria com a Gray Line, realizaram-se em 2024, com lotação esgotada. Assim, o MMIPO continua a oferecer estas visitas em 2025, prevendo a realização de quatro visitas orientadas.

Para além da oferta que o Serviço de Públicos já vinha a oferecer aos diferentes grupos, no próximo ano letivo e civil, o MMIPO irá realizar visitas orientadas sobre rodas com escolas tendo como mote “A Misericórdia do Porto no Liberalismo”. Esta atividade tem como objetivo percorrer a Rota Porto Liberal, dando destaque a edifícios e ruas que evocam o Liberalismo. A título de exemplo: Praça da Liberdade, Praça Mártires da Pátria, rua do Heroísmo, Praça da República, Cemitério do Prado Repouso (espaço privativo da SCMP) onde estão sepultados os 12 Mártires da Liberdade.

Parcerias e Outras Atividades

Ao longo dos últimos anos, o Serviço de Públicos desenvolveu parcerias com outros Museus e Instituições Culturais e Educativas. Estas parcerias têm como objetivo aumentar a oferta para os públicos, fomentando o trabalho em rede.

Tal irá manter-se no ano de 2025, sendo previsto a parceria com Museus fora da Área Metropolitana do Porto.

Estudos e Investigação

O SEI – Serviço de Estudos e Investigação do MMIPO tem como principal propósito, para 2025, aprofundar o conhecimento sobre o rico e multifacetado acervo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, conferindo mais conteúdos e novas perspetivas de entendimento das coleções, do património arquitetónico e integrado da instituição.

A investigação levada a cabo tem permitido e permitirá uma maior contextualização do acervo com a história local e nacional.

Através da continuação de ações colaborativas com entidades externas (Universidades, Centros de Investigação e Museus congéneres) será possível o desenvolvimento de projetos específicos, concretizados em exposições temporárias, por vezes com a curadoria do Serviço, na participação em colóquios e conferências, na produção de conteúdos digitais, na edição de livros, de brochuras e outras publicações, e na realização de visitas e percursos temáticos dirigidas não só ao público em geral, mas também a públicos específicos.

Não obstante, importa salientar o contínuo objetivo, tal como tem vindo a ser efetuado, de ações como a orientação de investigações académicas, o apoio técnico aos vários serviços do Museu, do Arquivo Histórico e do Gabinete Religioso e Culto, e a representação no projeto – Rota Porto Liberal.

5.3.6.3. Casa da Prelada | D. Francisco de Noronha e Menezes e Arquivos

O ano de 2025 será o início de um novo ciclo na vida dos Arquivos da SCMP, na sequência da realização em 2024 do concurso que visou a externalização do Arquivo Intermédio. Este estava provisoriamente instalado, desde 2019, no n.º 667 da Rua da Alegria, onde ocupava uma casa de grande interesse patrimonial, mas muito pouco adaptada à função. A alteração é justificada não só pelas condicionantes das instalações na Rua da Alegria, mas também pelo muito diminuto quadro de pessoal e pela elevada faixa etária dos colaboradores que exercem funções nos Arquivos.

A externalização do Arquivo Intermédio foi um “Projeto Especial” desenvolvido nos últimos dois anos e representa um passo muito significativo não só em termos de gestão documental, como possibilita a libertação de um imóvel, que poderá agora ser rentabilizado de forma mais vantajosa para a Instituição.

Nos mais diversos setores e no exercício da sua atividade, a SCMP produz continuamente consideráveis volumes de documentação em suporte papel. Terminada a fase ativa, e sempre que a sua preservação se justifica, a documentação prossegue a sua “vida” no setor dos arquivos. A alteração agora operada, ao nível do Arquivo Intermédio, faz deslocar para instalações de uma empresa da especialidade a guarda e a gestão da documentação em fase semi-ativa, sempre com a supervisão da Casa da Prelada que mantém inalterada a sua missão. Manter-se-ão as rotinas de classificação da

documentação por parte dos serviços produtores, ainda que com apoio técnico da Casa da Prelada, às quais se seguirá a entrega à entidade externa selecionada que garantirá a sua gestão, nomeadamente a custódia, a consulta (presencial ou remota), as incorporações anuais e as eliminações, sempre que necessárias e volvidos os prazos legais estabelecidos. Todos estes aspetos foram devidamente previstos e salvaguardados em sede do concurso realizado.

Esta é sem dúvida uma alteração que vai beneficiar das aprendizagens e da implementação das recentes rotinas junto dos serviços produtores. Espera-se contribuir para o aumento do grau de tecnicidade dos diversos serviços e para uma maior consciencialização do papel que esta área do conhecimento pode desempenhar no funcionamento da Santa Casa.

No que respeita ao Arquivo Histórico são garantidas nas instalações da Casa da Prelada as condições de guarda, preservação e valorização da documentação reunida ao longo de séculos, compatibilizadas com a garantia da acessibilidade do público leitor aos documentos. Também a divulgação do acervo, nomeadamente através da publicação de inventários e outros instrumentos de pesquisa, de trabalhos científicos e da realização de exposições, é uma vertente de atividade que tem de merecer a nossa redobrada atenção. Nas salas de leitura, o acesso à informação é garantido, por prévia marcação, através da consulta direta da documentação ou, sempre que possível, por imperativos de conservação, pela sua digitalização.



Manteremos a realização das ações de carácter permanente que garantam a qualidade dos serviços prestados e que decorrem do cumprimento das seguintes linhas orientadoras:

- Tratamento técnico do acervo documental Histórico, incluindo o Arquivo de Fotografia e Imagem;
- Atualização permanente dos Inventários, Planos de Classificação e Folhas de Registo de Dados e sua gestão em suporte digital;
- Realização de ações de sensibilização e de formação direccionadas aos diversos departamentos da SCMP;
- Manutenção das rotinas anuais de eliminações programadas;
- Disponibilização dos acervos documentais para consulta presencial mediante marcação prévia;
- Expansão e aprofundamento da descrição arquivística da documentação histórica custodiada na Casa da Prelada e sua disponibilização na plataforma AtoM;
- Atualização e carregamento progressivo de imagens na plataforma AtoM;
- Conservação e restauro de documentos gráficos, recorrendo a empresas da especialidade;

- Digitalização de fundos documentais através de parcerias com entidades de reconhecida competência técnica;

- Aumento da capacidade de guarda do depósito e instalação de mobiliário adequado.

Este conjunto muito alargado e diversificado de ações é garantido atualmente com um número muito limitado de colaboradores. Situação que nos levou a reduzir significativamente o período em que é possível assegurar aos leitores externos a consulta da documentação. Só pela redução do período de funcionamento das salas de leitura e com necessidade de agendamento prévio, foi possível compatibilizar o trabalho técnico realizado na Casa da Prelada com as restantes ações levadas a efeito em outros locais, nomeadamente nos arquivos do CHCF e do HP. É, pois, este um aspeto que exige alguma atenção de forma a ser possível garantir a continuidade dos serviços, numa altura em que urge começar a preparar os recursos humanos que num futuro muito próximo garantirão o funcionamento desta unidade operacional.

Complementarmente ao arquivo instalado na Casa da Prelada, existe uma biblioteca especializada que, no ano de 2024, foi objeto de profunda reestruturação. Foi um ano em que se registou um número acrescido de recebimento de publicações, pelo que houve a necessidade de reavaliar os títulos presentes adequando-os ao perfil deste equipamento. Futuramente procurar-se-ão manter os esforços de atualiza-



ção, nomeadamente alimentando as coleções existentes e incorporando publicações de manifesto interesse cultural, ancorados numa política de trocas com outras entidades e numa correta gestão de ofertas.

Ainda no domínio da arquivística, mas em outros espaços da Santa Casa, merecem especial referência pela dimensão dos acervos e pela sua especificidade, os arquivos das unidades de saúde Centro Hospitalar Conde de Ferreira e Hospital da Prelada. Como sabemos, ambos os hospitais têm arquivos próprios, localizados nas suas instalações e que foram sujeitos nos anos recentes a grande trabalho de organização enquanto “Projetos Especiais” coordenados e implementados pelo setor Cultural - Casa da Prelada.

Em ambas as unidades operacionais, foi possível iniciar um caminho de articulação regular com a Casa da Prelada, no sentido de se estabilizar um modelo de funcionamento que garanta por um lado os meios técnicos e administrativos necessários ao desenvolvimento da operação e, por outro lado, uma dependência técnica do setor cultural no que à arquivística respeita.

Não podemos esquecer que estes são dois arquivos muito distintos. No CHCF reúne-se documentação produzida desde a origem do hospital até aos nossos dias, incluindo os processos clínicos de todo esse período. Trata-se de um acervo com documentação histórica e documentação “intermédia”. No HP, mais propriamente no seu 9.º piso, reúne-se a documentação não clínica, desde a entrada em funcionamento do hospital até à atualidade. No HP existe ainda um arquivo clínico localizado no piso -1, que está totalmente na esfera de responsabilidade do hospital, tanto em termos administrativos como técnicos, sem qualquer articulação com o setor cultural - Casa da Prelada.

Como temos vindo a referir, é necessário aproximar e uniformizar procedimentos em todos estes espaços, garantindo a adoção de medidas praticas de manutenção e valorização dos acervos, pondo-os ao dispor das respetivas comunidades hospitalares e dos investigadores interessados, salvaguardadas as muitas condicionantes previstas na legislação e decorrentes da natureza especial e muitas vezes sensível desta informação.

Ainda na esfera do património documental, são anualmente realizadas e/ou coordenadas pela Casa da Prelada algumas outras ações com duração limitada e que designamos por “Projetos Especiais”. O planeamento que havíamos realizado, estabelecia que todos esses projetos terminassem até ao final do ano, de forma a se iniciar um novo ciclo sem qualquer “pendência”. Este objetivo foi conseguido em todos os proje-

tos desenvolvidos, com a exceção do cumprimento do Despacho n.º 23/2022 que prevê a constituição de uma biblioteca no HP. A necessidade de reorganização espacial operada em 2024 no piso zero do Hospital da Prelada, teve como consequência que permaneça em aberto a definição do local para instalação da biblioteca desta unidade de saúde. Esperamos no próximo ano retomar e concluir este projeto.

A Casa da Prelada é um equipamento cultural aberto ao público e ao serviço da coesão local pelo que se propõe prosseguir e intensificar um relacionamento regular com os agentes sociais, culturais, académicos e económicos da cidade/região. Mantem-se o propósito de acolhimento e promoção de atividades compatíveis com as valências instaladas e com a qualidade patrimonial do conjunto Casa e Jardins. Dar-se-á especial atenção a atividades que possam contribuir para o estabelecimento de parcerias de longa duração e para a diversificação das fontes de financiamento.

O conjunto patrimonial da Prelada enquanto Imóvel de Interesse Público e como Jardim Histórico, reconhecido pela Associação Portuguesa de Jardins Históricos, impõe especiais cuidados na manutenção e valorização da qualidade ambiental presente. Será mantida uma particular atenção aos jardins envolventes da Casa, por forma a realizar ações de manutenção, restauro e valorização quer dos caminhos e da cobertura vegetal, quer de identificação de um circuito de visita, complementado por suportes informativos adequados. Mantêm-se alguns dos problemas de carácter fitossanitário de que temos vindo a dar conta. Antevemos a necessidade de atuar sobre algumas espécies de forma mais radical, situações que aguardam ainda relatórios e pareceres finais das autoridades competentes. Registamos com agrado a melhoria de alguns aspetos claramente associados aos serviços de manutenção do espaço verde, trabalho garantido por empresa da especialidade. Este esforço tem de ser continuado e em certa medida intensificado pela conjugação de uma manutenção regular, e de qualidade, com a realização de alguns investimentos, sobretudo na recuperação de caminhos, volvidos que foram 11 anos após a abertura ao público deste equipamento cultural. Sendo ultrapassadas essas condicionantes, e à semelhança do que acontece em outros Jardins Históricos, é possível e desejável enveredar por uma exploração comercial de visitas quer em autocondução, quer visitas guiadas, uma vez que as temáticas ambientais estão cada vez mais presentes no dia a dia de residentes e de visitantes.

A scenic view of a pond in a park. The water is calm and reflects the surrounding greenery. A large, dense evergreen tree stands prominently on the right side of the frame. In the background, a small bridge with a green railing spans across the pond. The sky is clear and blue. The word "AMBIENTE" is overlaid in the center of the image in a bold, white, sans-serif font.

AMBIENTE

5.3.7. Ambiente

5.3.7.1. Parque da Prelada

O Parque da Prelada é um espaço verde de dimensões consideráveis e características únicas, parcialmente ocupado por entidades externas. Neste momento encontra-se em funcionamento no local o Sport Club do Porto e estão a decorrer as obras decorrentes da cedência à Associação de Futebol do Porto.

Pretende-se, em primeiro lugar, garantir as atividades de manutenção e gestão corrente dos espaços, nomeadamente:

- Manutenção dos espaços verdes;
- Poda e abate de árvores em risco de queda;
- Plantação de árvores;
- Registo de entradas e saídas de pessoas e viaturas;
- Portaria 24h;
- Limpeza das zonas dos balneários e secretaria;
- Acompanhamento das obras da Associação de Futebol do Porto na área dos espaços verdes;
- Acompanhamento da atividade do Sport Club do Porto, com especial atenção às regras de utilização do espaço, nomeadamente, zonas disponibilizadas, limpeza dos espaços, colocação de dejetos de animais, etc.



5.3.7.2. Parque Avides Moreira

O Parque José Avides Moreira disponibiliza várias valências, nomeadamente hortas comunitárias, zona de viveiro, pomar, camélias e espaço de lazer.

Para além da normal manutenção dos espaços verdes associados, há um conjunto de atividades que são realizadas, a saber:

- Formações em agricultura biológica e compostagem;
- Sessões de esclarecimentos;
- Esclarecimento de dúvidas aos utilizadores;
- Limpeza dos talhões para entrega aos novos utilizadores;
- Atribuição de talhões e desistências;
- A avaliação dos talhões com uma periodicidade mensal;
- Faturação dos talhões;
- Visitas;
- Gestão da biodiversidade do lago;
- *Workshops* com outras entidades sobre temas ambientais (ex: charcos com vida);
- Flores de corte - plantação de flores de corte de várias espécies, para fornecimento ao Gabinete Religioso e Culto (ornamentação de espaços de culto) e outras unidades operacionais da SCMP que necessitem.

Para além das atividades de manutenção e gestão corrente dos espaços, pretende-se também implementar as seguintes ações de melhoria:

- Redimensionar a pilha de compostagem de forma a ter as medidas ideais;
- Colocar placas de identificação das hortas (números dos talhões, "proibido alimentar os animais", "proibido fumar", entre outras...);
- Reparar a casa de abrigo, para a colocação das ferramentas (novos cavaletes, estantes...);
- Na zona onde era o parque infantil - colocar bancos, mesas, guarda-sol - criando uma zona de descanso para os utilizadores da horta;
- Zona junto ao muro da VCI - colocação de sebes de loureiro devido à poluição do tráfego da via e colocação de plantas e arbustos de pequeno porte.



**JUSTIÇA
E REINSERÇÃO
SOCIAL**

5.3.8. Justiça e Reinserção Social

5.3.8.1. Estabelecimento Feminino Prisional de Santa Cruz do Bispo

Serviços Clínicos

Os cuidados de saúde em meio prisional são, globalmente, planeados e executados em função de requisitos legais, normativos e regulamentares, emanados por documentos enformadores fulcrais a essa atividade, destacando-se o *Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade*, disposto na Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, e o *Manual de Procedimentos para a Prestação de Cuidados de Saúde em Meio Prisional*, da DGRSP.

Para além de desígnios gerais, os cuidados de saúde no EPSCB-F obedecem, ainda, a requisitos essenciais definidos pelo *Contrato de Gestão Partilhada do EPSCB-F*, celebrado entre a *Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais* (DGRSP) e a *Santa Casa da Misericórdia do Porto* (SCMP), compromisso que vigora desde 2020 e que cursa, nesta etapa, o seu segundo triénio.

Numa outra perspetiva, ao procurar satisfazer não apenas os requisitos *standard* mas, indo mais além, visando superar as expectativas da população reclusa e descendentes a cargo do EPSCB-F, os Serviços Clínicos procuram delinear áreas de investimento, de interesse acrescido, em linha com um dos princípios da *Gestão da Qualidade*: a melhoria contínua. Foi, desse modo, procurando garantir a manutenção (desde 2018) da Certificação do seu *Sistema de Gestão da Qualidade* (SGQ), com base na *Norma NP EN ISO 9001:2015*, que os Serviços Clínicos definiram o *Plano de Atividades - 2025*.

Neste preâmbulo, merece realce a enorme complexidade de se projetar um plano de atividades, pelo caráter diferenciado do meio prisional e, em particular, por não se disporem de dados integrais relativos às atividades em curso (em 2024) – no limite, estão disponíveis os dados relativos ao 1º semestre. Nessa premissa, para a definição de metas para 2025, foi, genericamente, considerado o *histórico* das metas alcançadas nos últimos 6 anos (sempre que disponível), resultando, por norma, como critérios de definição de metas, o *desvio-padrão* e a *média*.

A estrutura documental manteve-se similar nos últimos anos, sob uma disposição de conteúdos que assenta nas áreas:

- *Produção em Saúde*;
- *Prevenção da Doença e Promoção da Saúde*;
- *Serviços Farmacêuticos*; e
- *Programa de Melhoria Contínua*.

Atendendo a que os *Indicadores de Desempenho* dos Serviços Clínicos tiveram, ao longo dos anos, uma linha comum aos dispostos no *"Bilhete de Identidade dos Indicadores de Contratualização dos Cuidados de Saúde Primários"*, definido pela *Administração Central do Sistema de Saúde, IP* (ACSS), considerou-se, no *Plano da Qualidade 2023-2024*, a necessidade de *"Implementar medidas de revisão dos Indicadores de Desempenho dos Serviços Clínicos do EPSCB-F, com base nos mais recentes Indicadores de Desempenho das USF"* (Objetivo 3 do PQ 2023-2025). Assim, este é um processo complexo, moroso, que se antevê em curso ao longo dos próximos anos, e que terá claro impacto, sucessivo, em futuros *Planos de Atividades*.

Para concluir, importa ser reconhecida uma medida compensatória fulcral para que os Serviços Clínicos detenham condições fundamentais de satisfação global dos objetivos traçados nos mais diversos Planos de Atividades, podendo satisfazer superiormente os compromissos contratualizados: um reforço de horas de laboração de algumas valências dos Serviços Clínicos, como sendo as de Enfermagem, de Psicologia e de Trabalho Técnico de Farmácia.

Produção de Saúde

Saúde Mental

PROGRAMA / PROJETO

Programa de Prevenção do Suicídio no EPSCB-F

Introdução/Fundamentação

O Programa de Prevenção do Suicídio no EPSCB-F visa promover, de forma hábil e eficiente, a implementação de medidas de prevenção do suicídio na população reclusa deste estabelecimento prisional. O Programa em apreço atende, substancialmente, às recomendações do Programa Integrado de Prevenção do Suicídio (PIPS), da DGRSP, documento enformador de elevada relevância, para o contexto prisional, versando esta problemática. Não obstante, serve-se complementarmente de um leque de estratégias adicionais, operacionalizadas no EPSCB-F, em prol da manutenção do bem-estar e da integridade da vida humana, em meio prisional.

População alvo

População reclusa do EPSCB-F, com enfoque sobre o sub-grupo que detém diagnósticos de patologias na esfera da saúde mental e/ou que evidencie ideação suicida e/ou propensão (ou historial) de comportamentos autolesivos.

Atividade	Programa de Prevenção do Suicídio no EPSCB-F
Quem	Médicos, Psicólogos e Enfermeiros
Como	Prevenir e identificar precocemente casos de comportamento autolesivo PIPS_Operacionalização_no_EPSCB-F.2020 _ VF oficial Docs Normativos Programa Integrado de Prevenção do Suicídio (PIPS), da DGRSP Procedimento Operacional: Internamento e Alta Clínica de Utente nos Serviços Clínicos do EPSCB-F Procedimento Operacional: Admissão de Utente nos Serviços Clínicos do EPSCB-F
Onde	No EPSCB-F
Quando	Ao longo do ano, implicando consultas e/ou intervenções (em conformidade com procedimentos operacionais)
Avaliação	Anual. Indicador n.º 1

Objetivos	Indicadores	Meta - Data	Meta - Valor	Detalhes
Promover a implementação de medidas de prevenção do suicídio na população reclusa do EPSCB-F.	1) Proporção de utentes com episódios de comportamento autolesivo ao longo do período em apreço.	31/12/2025	≤ 14%	(Número de utentes com adoção de comportamento autolesivo / Número de utentes que estiveram no EPSCB-F, no ano em apreço) * 100

PROGRAMA / PROJETO

Unidade Funcional – Patologias Aditivas

Introdução/Fundamentação

As patologias aditivas constituem uma área fulcral de atenção, em termos de Saúde Mental, ao nível prisional. No EPSCB-F, a UF Patologias Aditivas visa identificar e dar resposta às necessidades da população prisional que padece, de algum modo, deste tipo de patologias. Assim, procura não apenas a compensação de fenómenos de privação ou de abstinência mas, de um modo transversal, a redução dos eventos de recaída, sob a premissa de se considerar o EPSCB-F, desde logo, como uma “*grande unidade livre de drogas*”. Para este efeito, em articulação com a Direção do EP e demais setores, adotou-se uma política de “*tolerância zero*” aos consumos, mas sobretudo, intensificaram-se estratégias concertadas visando a abstinência. Aliás, esta visão é considerada, de tal modo relevante para esta Unidade de Saúde que, para 2025, se instituem 2 novos *Indicadores de Desempenho* (12 e 13), que se espera virem a refletir, de forma significativa, a ausência de consumos de drogas ilícitas por parte da população reclusa do EPSCB-F (ou, no limite, um consumo ilícito residual e pouco expressivo).

População alvo

População reclusa do EPSCB-F, com especial enfoque nas utentes com antecedentes prévios à reclusão de consumos de drogas ilícitas e/ ou de consumo abusivo de álcool, podendo estes serem prevalentes durante a reclusão e apresentando risco de desenvolver sintomatologia de privação / abstinência. De um modo complementar, são, ainda, consideradas as utentes com hábitos tabágicos.

Atividade	Programa de Desabilitação de Drogas e Álcool
Quem	Enfermeiros, Médicos e Psicólogos
Como	Efetuar esquema de desabilitação e prevenção de sintomatologia de privação
	Procedimento Operacional: UF Patologias Aditivas
Docs Normativos	Procedimento Operacional: Internamento e Alta Clínica de Utente nos Serviços Clínicos do EPSCB-F
	Procedimento Operacional: Admissão de Utente nos Serviços Clínicos do EPSCB-F
Onde	Internamento - Serviços Clínicos
Quando	Substancialmente, no momento de admissão
Avaliação	Anual. Indicador n.º 1

Atividade	Programa de Prevenção da Recaída _ Álcool [PPR_Álcool]
Quem	Psicólogos, Médicos e Enfermeiros
Como	Efetuar <i>grupo terapêutico</i> em conformidade com a <i>Instrução de Trabalho</i> ; <i>acompanhamento em consultas de follow-up</i> .
	Procedimento Operacional: UF Patologias Aditivas
Docs Normativos	Instrução de Trabalho: PPR_álcool
Onde	Sala de Formação - Serviços Clínicos
Quando	Ao longo do ano, em conformidade a <i>Instrução de Trabalho</i>
Avaliação	Anual. Indicadores n.º 2; 3; 4

Atividade dependente do acréscimo de RH (carga horária) a expensas da SCMP

Atividade		Programa de Prevenção da Recaída Toxicodependência [PPR_Drogas]
Quem		Psicólogos, Médicos e Enfermeiros
Como		Efetuar grupo terapêutico em conformidade com a <i>Instrução de Trabalho</i> ; <i>acompanhamento em consultas de follow-up</i> .
	Docs Normativos	Procedimento Operacional: UF Patologias Aditivas
		Instrução de Trabalho: PPR_DROGAS
Onde		Sala de Formação - Serviços Clínicos
Quando		Ao longo do ano, em conformidade com a <i>Instrução de Trabalho</i>
Avaliação		Anual. Indicador n.º 7; 11; 13

Atividade dependente do acréscimo de RH (carga horária) a expensas da SCMP

Atividade		Programa de Controlo de Consumo de Drogas Ilícitas
Quem		Enfermeiros, Psicólogos e Médicos
Como		Efetuar testes de despistagem de drogas ilícitas a reclusas incluídas no programa; intervenções breves; e entrevistas motivacionais
	Docs Normativos	Procedimento Operacional: UF Patologias Aditivas
		Instrução de Trabalho: Programa de controlo de consumo de drogas ilícitas
Onde		Nos Serviços Clínicos
Quando		Mensalmente (periodicidade média randomizada), 3 a 5 utentes / dia
Avaliação		Anual. Indicadores n.º 5; 6; 10; 12

Atividade dependente do acréscimo de RH (carga horária) a expensas da SCMP

Objetivos	Indicadores	Meta - Data	Meta - Valor	Detalhes
Promover respostas adequadas à problemática aditiva, neste contexto prisional, desenvolvendo estratégias de intervenção direcionadas para a prevenção, redução de riscos e minimização de danos, bem como para a abstinência, através de programas concertados.	1) Proporção de "Drop-Outs" em programa de desabilitação de drogas ilícitas e/ou álcool	31/12/2025	≤ 0,4%	(N.º de "Drop-Outs" em programa de desabilitação de drogas ilícitas e/ou álcool/N.º de utentes submetidas a programa de desabilitação de drogas ilícitas e/ou álcool)*100
	2) Proporção de utentes presentes a 31/12, com quantificação do consumo de álcool registado	31/12/2025	100%	Indicador ACSS código: 5.27; ID 53, modificado para contexto prisional: (N.º de utentes com registo de quantificação do consumo de álcool prévio à reclusão/N.º de utentes)*100
	3) Proporção de utentes com problemas de "consumo excessivo de álcool", a quem foi realizada pelo menos uma consulta relacionada nos últimos 3 anos	31/12/2025	≥ 98,5%	Indicador ACSS código: 6.29; ID 54, modificado para contexto prisional: Proporção de utentes com diagnóstico ativo de "Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool", a quem foi realizada pelo menos uma consulta relacionada nos últimos 3 anos
	4) Número de grupos terapêuticos em curso no âmbito do programa de prevenção de recaída _ Álcool	31/12/2025	1 grupo terapêutico	Número de grupos terapêuticos em curso no âmbito do programa de prevenção de recaída _ Álcool
	5) Proporção de utentes presentes a 31/12, com quantificação do consumo de drogas ilícitas registado	31/12/2025	1 grupo terapêutico	Número de grupos terapêuticos em curso no âmbito do programa de prevenção de recaída _ Álcool
	6) Proporção de utentes com consumos de drogas ilícitas há menos de 1 ano, inseridas em programa de controlo de consumos de drogas ilícitas	31/12/2025	≥ 99,6%	(N.º de utentes com consumo de drogas ilícitas há menos de um ano, inseridas em programa de controlo de consumos de drogas ilícitas/ N.º de utentes com consumo de drogas ilícitas há menos de um ano)*100
	7) Número de grupos terapêuticos em curso no âmbito do programa de prevenção de recaída Drogas ilícitas	31/12/2025	1 grupo terapêutico	Número de grupos terapêuticos em curso no âmbito do programa de prevenção de recaída _ Drogas ilícitas
	8) Proporção de utentes presentes a 31/12 com quantificação dos hábitos tabágicos	31/12/2025	100%	Indicador ACSS código: 5.25; ID 47, modificado para contexto prisional: (N.º de utentes com registo de quantificação dos hábitos tabágicos/N.º de utentes)*100
	10) Reportar semestralmente à DGRSP/CCGCS o Modelo 214 _ "Mapa de dados relacionados com dependência" _	Julho e Janeiro	2 reportes	Os Serviços Clínicos elaboram e enviam o modelo 214 para o CCGCS.
	11) Proporção de utentes com diagnóstico ativo de consumo de drogas, a quem foi realizada pelo menos uma consulta relacionada no último ano	31/12/2025	≥ 75%	Proporção de utentes com diagnóstico ativo de "Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de drogas ilícitas", a quem foi realizada pelo menos uma consulta relacionada no último ano
	12) Proporção de utentes inseridas no PCCDI há mais de 3 meses com resultado positivo nos testes de despistagem, no período em apreço	31/12/2025	≤ 5%	(N.º de utentes inseridas no PCCDI há mais de 3 meses com resultado positivo nos testes de despistagem / N.º de utentes inseridas no PCCDI há mais de 3 meses) * 100
	13) Proporção de utentes com permanência no EP superior a 12 meses com resultado positivo em testes de despistagem, no período em apreço.	31/12/2025	≤ 4%	(N.º de utentes com permanência no EP superior a 12 meses, com resultado positivo em testes de despistagem / N.º de utentes com permanência no EP superior a 12 meses) * 100

Doenças Infecciosas

PROGRAMA / PROJETO

Unidade Funcional – Doenças Infecciosas

Introdução/Fundamentação

A UF Doenças Infecciosas define, como foco de atenção, a caracterização geral da população reclusa do EPSCB-F, em termos de patologias infecciosas, intervindo ativamente sobre aquelas que requerem ação primordial, como o VIH, as *Hepatites virais*, a *Sífilis*, a *Tuberculose Pulmonar* (TP) e a *Gripe Sazonal*. A atividade assistencial desta UF é enquadrada em disposições do "Manual de Procedimentos para Prestação de Cuidados de Saúde em Meio Prisional"¹), da DGRSP, em linha com documentos normativos internos que regem a atividade assistencial nos Serviços Clínicos do EPSCB-F.

Dedica ainda a sua atenção às respostas em meio prisional, sob salvaguarda das orientações das unidades de Saúde Pública e das demais entidades reguladoras²).

População alvo

População reclusa do EPSCB-F, com enfoque sobre utentes portadoras de patologia infecciosa.

Atividade		Rastreio de patologias infecciosas
Quem		Articulação com o SNS _ consulta de Infeciologia
Como		Procedimento Operacional: Encaminhamento de Utente dos Serviços Clínicos do EPSCB-F para Consulta de Infeciologia
		Procedimento Operacional: Rastreio de Doenças Infecciosas no EPSCB-F
	Docs Normativos	Procedimento Operacional: Protocolo Analítico e Radiológico de Admissão (de Utente nos Serviços Clínicos do EPSCB-F)
		Procedimento Operacional: Articulação Interinstitucional (com Estruturas do SNS)
Onde		Nos Serviços Clínicos
Quando		Ao longo do ano, implicando consultas e/ou intervenções (em conformidade com Procedimentos Operacionais)
Avaliação		Anual. Indicadores n.º 1; 2; 7

As metas desta atividade encontram-se dependentes do acréscimo de RH (carga horária) a expensas da SCMP

¹Manual de Procedimentos para Prestação de Cuidados de Saúde em Meio Prisional

² <https://www.dgs.pt/>

Atividade	Programa de Vacinação
Quem	Enfermeiros e Médicos
Como	Definir o estado vacinal de todos os utentes; Promover a adesão à vacinação por parte de todos os utentes; Vacinar todos os utentes com vacina anti-Td <i>em atraso</i> ; Assegurar o cumprimento do PNV; Proceder à vacinação de grupos de risco contra a <i>hepatite B</i> ; Administrar as vacinas extra PNV a grupos de risco em que estejam indicadas.
	Procedimento Operacional: Procedimento Gestão do Boletim de Vacinação de Utente dos Serviços Clínicos do EPSCB-F
	Procedimento Operacional: Operacionalização do Plano Nacional de Vacinação de Utente (Adulto) dos Serviços Clínicos do EPSCB-F
Onde	Nos Serviços Clínicos
Quando	Ao longo do ano
Avaliação	Anual. Indicadores n.º 3 e 4

As metas desta atividade encontram-se dependentes do acréscimo de RH (carga horária) a expensas da SCMP

Atividade	<i>Screening</i> e vigilância da Tuberculose
Quem	Médicos e Enfermeiros
Como	Dar cumprimento ao protocolo entre a DGS e a DGRSP ³) para a definição dos procedimentos de deteção e prevenção da tuberculose nos estabelecimentos prisionais; Dar resposta às solicitações superiores da DGRSP, sob a forma de relatórios Assegurar o cumprimento do PNV;
	Procedimento Operacional: Protocolo Analítico e Radiológico de Admissão (de Utente nos Serviços Clínicos do EPSCB-F)
	Protocolo DGRSP-DGS Tuberculose
Onde	Nos Serviços Clínicos
Quando	Ao longo do ano
Avaliação	Trimestral e Semestral. Indicadores n.º 5; 6; 7

³ https://www.dgs.pt/ficheiros-de-upload-2013/tb-protocolo_pnt_-dgrsp.aspx

Objetivos	Indicadores	Meta - Data	Meta - Valor	Detalhes
Manter atividades continuadas de planeamento estratégico;	1) Proporção de utentes com estudo analítico completo de doenças infecciosas há menos de 5 anos.	31/12/2025	≥ 98,6%	(N.º de utentes com estudo analítico completo de doenças infecciosas efetuado há menos de cinco anos/N.º de utentes)*100
Garantir uma gestão adequada do controle analítico, conforme procedimentos instituídos (rastreios periódicos VHB; VHC; VIH; Sífilis);	2) Proporção de utentes com patologia infecciosa em seguimento por Infeciologia no SNS.	31/12/2025	≥ 98,6%	(N.º de utentes com patologia infecciosa em consultas de infeciologia no SNS/N.º de utentes com patologia infecciosa)*100
	3) Proporção de utentes que têm a vacina antitetânica actualizada.	31/12/2025	≥ 90,0%	Indicador ACSS código:6.01.08; ID 98, modificado para contexto prisional: (N.º de utentes com vacina antitetânica atualizada/ N.º de utentes)*100
Zelar pela eficiente realização do rastreio radiológico da TP, "screening" e tratamento da Tuberculose;	4) Proporção de utentes com indicação da DGS e vacina da gripe prescrita ou efetuada nos últimos 12 meses.	31/12/2025	≥ 99,6%	Indicador ACSS código:6.01.04; ID 30, modificado para contexto prisional: (N.º utentes com indicação da DGS e vacina da gripe prescrita ou efetuada nos últimos 12 meses /n.º utentes com indicação da DGS)*100
	5) Proporção de utentes admitidas no ano e m apreço com inquérito de sintomas TB.	31/12/2025	100%	(N.º de utentes admitidas com inquérito de sintomas TB/N.º de utentes admitidas)*100
Consolidar a prossecução do <i>Plano Nacional de Vacinação</i> ;	6) Realizar avaliação trimestral do rastreio de tuberculose em estabelecimentos prisionais (anexo 7 do protocolo entre a DGS e a DGRSP para a definição dos procedimentos de deteção e prevenção da tuberculose nos estabelecimentos prisionais).	janeiro; abril; julho e outubro	4	Os Serviços Clínicos elaboram e enviam o anexo 7 para o CCGCS
Encaminhar e articular com a consulta externa especializada de infeciologia;	7) Reportar semestralmente à DGRSP/CCGCS o Modelo 212 _ "Mapa de dados relacionados com as doenças infecciosas".	julho e janeiro	2	Os Serviços Clínicos elaboram e enviam o modelo 212 para o CCGCS.
Divulgar resultados e resumos mínimos de dados solicitados pelas diversas entidades (DGRSP, Saúde Pública, entre outros);	8) Proporção de utentes com HCV , sinalizadas para seguimento por Infeciologia, ao abrigo do Protocolo de Colaboração com a ULSM, no ano em apreço.	31/12/2025	≥ 80%	(N.º utentes com HCV sinalizadas para seguimento por Infeciologia, ao abrigo do Protocolo de Colaboração com a ULSM, no ano em apreço / N.º utentes com diagnóstico HCV ativo)*100
	9) Proporção de utentes com HIV sob terapêutica dirigida em curso.	31/12/2025	≥ 96,5%	(N.º utentes com HIV a efetuar terapêutica antirretroviral /n.º utentes com HIV)*100

Doenças Cardiovasculares

PROGRAMA / PROJETO

Unidade Funcional – Doenças Cardiovasculares

Introdução/Fundamentação

A UF Doenças Cardiovasculares dedica-se à identificação precoce e ao tratamento clínico das patologias do foro cardiovascular, assumindo estas determinadas condições clínicas que maior morbidade e mortalidade provocam a nível do indivíduo adulto. Neste âmbito, alguns fatores de risco, como a *Hipertensão Arterial* (HTA) e a *Obesidade*, merecem particular atenção. Para o cumprir, esta UF implementa os cuidados de saúde de forma multidisciplinar, definindo tipologias de *screening* e de vigilância preconizada, sob respeito de normas e orientações da DGS (como a *Norma da Avaliação do Risco Cardiovascular*, N.º 005/2013, atualizada a 21-01-2015)⁴ e das disposições das *“European Guidelines on Cardiovascular Disease Prevention in Clinical Practice”*⁵) da *European Society of Cardiology* (ESC), da ATP III (*Adult Treatment Panel III - prevenção das doenças coronárias*)⁶.

População alvo

População reclusa do EPSCB-F, com ênfase em utentes com patologia cardiovascular.

Atividade	Rastreio cardiovascular
Quem	Médicos e Enfermeiros.
Como	Pré-triagem: em conformidade com a Norma 005/2013 da DGS, são detetadas as situações de <i>“Risco CV Alto ou Muito Alto”</i> sem necessidade de avaliação de Score. Triagem: Nesta etapa, é calculado o <i>risco cardiovascular</i> em conformidade com a norma 005/2013 da DGS. Complementarmente, poder-se-á recorrer aos seguintes parâmetros de avaliação: Escala de Framingham; Índice de Massa Corporal; Síndrome metabólica.
	Docs Normativos
	Procedimento Operacional: Risco Cardiovascular no EPSCB-F
	Procedimento Operacional: Consulta Cardiovascular de Utente dos Serviços Clínicos do EPSCB-F
Onde	Nos Serviços Clínicos
Quando	Ao longo do ano, em contexto de consulta criada para o efeito.
Avaliação	Anual. Indicadores n.º 1; 2; 4

Atividade dependente do acréscimo de RH (carga horária) a expensas da SCMP

⁴ <https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/normas-e-circulares-normativas/norma-n-0052013-de-19032013-jpg.aspx>

⁵ <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17726406>

⁶ <http://www.nhlbi.nih.gov/files/docs/guidelines/atglance.pdf>

Atividade	Consulta cardiovascular e avaliações periódicas
Quem	Médicos e Enfermeiros
Como	Efetuar intervenções programadas em conformidade com processo operacional.
Docs Normativos	Procedimento Operacional: Consulta Cardiovascular de Utente dos Serviços Clínicos do EPSCB-F
	Procedimento Operacional: Risco Cardiovascular no EPSCB-F
Onde	Nos Serviços Clínicos
Quando	Ao longo do ano, implicando 2 consultas de Clínica Geral; 2 consultas de Enfermagem e/ou avaliações periódicas (em conformidade com procedimento operacional)
Avaliação	Anual. Indicador n.º 3

Atividade dependente do acréscimo de RH (carga horária) a expensas da SCMP

Objetivos	Indicadores	Meta - Data	Meta - Valor	Detalhes
Promover estratégias de rastreio global da população visando a prevenção do risco cardiovascular;	1) Proporção de hipertensos com IMC (12 meses)	31/12/2025	≥ 99,5%	Indicador ACSS código: 5.13.01; ID 18
	2) Proporção de hipertensos com PA em cada semestre	31/12/2025	≥ 99,5%	Indicador ACSS código: 5.10.01; ID 19
Acompanhar e monitorizar os casos sinalizados/detetados conforme procedimentos operacionais.	3) Proporção de utentes hipertensos presentes a 31/12 com 2 consultas médicas de vigilância cardiovascular no ano em apreço	31/12/2025	≥ 90,0%	Indicador ACSS código: 6.01.08; ID 98, modificado para contexto prisional: (N.º de utentes com vacina antitetânica atualizada/N.º de utentes)*100
	4) Proporção de utentes com hipertensão arterial (sem doença cardiovascular nem diabetes), com determinação de risco cardiovascular nos últimos 3 anos (ACSS ID 23)	31/12/2025	≥ 55%	Indicador ACSS ID 23

Vigilância de diabéticos

PROGRAMA / PROJETO

Unidade Funcional – Diabetes

Introdução/Fundamentação

A UF *Diabetes* tem, como objetivos, identificar precocemente e atuar de forma eficiente sobre todas as manifestações endocrinológicas da *Diabetes Mellitus*, passíveis de atingir a população reclusa do EPSCB-F. Para esse desempenho, esta UF recorre a orientações emanadas pela DGS⁷., no âmbito desta patologia metabólica.

População alvo

Todo o grupo de doentes portadoras de *Diabetes Mellitus* no EPSCB-F.

Atividade	Consulta da diabetes
Quem	Médicos e Enfermeiros
Como	Realização de 2 consultas médicas e 2 consultas de Enfermagem e avaliações programadas em conformidade com o <i>Programa Nacional Para a Diabetes</i> ⁸), incluindo a avaliação do pé diabético, o despiste de retinopatia diabética e o controlo semestral de HbA1c, o controlo anual de microalbuminúria e o perfil lipídico.
Docs Normativos	Procedimento Operacional: Consulta de Diabetes de Utente dos Serviços Clínicos do EPSCB-F
Onde	Nos Serviços Clínicos
Quando	Ao longo do ano, em contexto de consultas e/ou através de intervenções planeadas
Avaliação	Anual. Indicador n.º 1

As metas desta atividade encontram-se dependentes do acréscimo de RH (carga horária) a expensas da SCMP

Objetivos	Indicadores	Meta - Data	Meta - Valor	Detalhes
Reforçar a qualidade do tratamento da diabetes, dando cumprimento ao plasmado no <i>Programa Nacional de Diabetes</i> .	1) Proporção de diabéticos com acompanhamento adequado	31/12/2025	≥ 99,5%	Indicador ACSS código: 5.13.01;ID 18
	2) Proporção de utentes com diabetes, com pelo menos uma referenciação ou pelo menos um registo de realização de exame à retina, no último ano	31/12/2025	≥ 82,5%	Indicador ACSS código: 5.09 ID 040 (Modificado) (Número de utentes com diabetes, com pelo menos uma referenciação ou pelo menos um registo de realização de exame à retina, no último ano/ Número de utentes com diagnóstico de diabetes ativo)*100

⁷ <https://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/normas-e-circulares-normativas/norma-n-0022011-de-14012011.aspx>

⁸ <http://www.dgs.pt/programa-nacional-para-a-diabetes.aspx>

Saúde da Mulher

PROGRAMA / PROJETO

Unidade Funcional – Saúde da Mulher / Planeamento Familiar

Introdução/Fundamentação

A *UF Saúde da Mulher / Planeamento Familiar* dedica a sua atenção à população reclusa do EPSCB-F, sendo esta exclusivamente feminina, maioritariamente em idade fértil e com um histórico de elevada paridade. Importa saber, ainda, que a população não recorre, regularmente, a métodos anticoncecionais (e de prevenção das IST) em moldes adequados, envolvendo-se em comportamentos de risco. Assim, um dos objetivos fulcrais desta UF é o de dotar a população de conhecimentos e capacidades que fomentem vivências saudáveis, globalmente responsáveis, com vista a facilitar o processo de reintegração familiar, comunitária e social.

População alvo

Toda a população reclusa do EPSCB-F, com maior atenção sobre as utentes em idade fértil.

Atividade	Consulta de Saúde da Mulher
Quem	Médicos e Enfermeiros.
Como	Efetuar intervenções programadas, em conformidade com as orientações normativas da DGS, com especial enfoque na vigilância oncológica ⁹ , (cancros do colo do útero; mama e colo-retal), ao: - promover hábitos de vida saudáveis e fomentar a vigilância e o autodiagnóstico; - estimular a adesão a programas de rastreio de patologias diferenciadas da mulher.
Docs Normativos	Consenso sobre infeção por HPV e neoplasia intraepitelial do colo vulva e vagina
Onde	Procedimento Operacional: Consulta de Saúde da Mulher nos Serviços Clínicos do EPSCB-F Nos Serviços Clínicos
Quando	Ao longo de todo o ano, implicando consultas e/ou intervenções (em conformidade com as orientações normativas da DGS), tais como, sessões em grupos terapêuticos ou programas de rastreio.
Avaliação	Anual. Indicadores n.º 1; 2; 4

As metas desta atividade encontram-se dependentes do acréscimo de RH (carga horária) a expensas da SCMP

⁹ <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22531/1/Programa%20Nacional%20para%20as%20Doen%C3%A7as%20Oncol%C3%B3gicas%202017.pdf>

Atividade	Consulta de Planeamento Familiar
Quem	Médicos e Enfermeiros.
Como	Intervenções programadas, em conformidade com as orientações técnicas da DGS – “Saúde Reprodutiva / Planeamento Familiar” ¹⁰), que visam: - assegurar o acesso à informação relativa à expressão da sexualidade, contraceção e planeamento familiar; - preparar para uma maternidade responsável; - disponibilizar métodos de contraceção e de prevenção eficaz das IST; - contribuir para uma vivência da sexualidade de forma segura e saudável.
Docs Normativos	Procedimento Operacional: Consulta de Planeamento Familiar
Onde	Nos Serviços Clínicos
Quando	Ao longo de todo o ano
Avaliação	Anual. Indicador n.º 3

As metas desta atividade encontram-se dependentes do acréscimo de RH (carga horária) a expensas da SCMP

Objetivos	Indicadores	Meta - Data	Meta - Valor	Detalhes
Reforçar a qualidade dos cuidados no seguimento da “Saúde da Mulher” e do “Planeamento Familiar”, garantindo a equidade no acesso e na qualidade de serviços prestados com os cidadãos em meio livre.	1) Percentagem de mulheres entre os 25 e 60 anos com colpocitologia atualizada (1 nos últimos 3 anos)	31/12/2025	≥ 85%	Indicador ACSS código: 5.2.2M: ID 45
	2) Percentagem de mulheres entre os 50 e 69 anos com registo de mamografia nos últimos dois anos	31/12/2025	≥ 72%	Indicador ACSS código: 5.1.2; ID 44
	3) Taxa de utilização de consultas de médicas ou de enfermagem em planeamento familiar	31/12/2025	≥ 63%	Indicador ACSS código 3.22.01: ID 8
	4) Proporção de utentes com idade entre 50 e 75 anos, com rastreio de cancro do cólon e reto efetuado	31/12/2025	≥ 40%	Indicador ACSS ID 45

¹⁰ <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/saude-reprodutiva-planeamento-familiar-orientacoes-tecnicas-9-edicao-revista-e-actualizada-pdf.aspx>

Saúde Materno-Infantil

PROGRAMA / PROJETO

Unidade Funcional – Saúde Materna

Introdução/Fundamentação

A UF Saúde Materna dedica a sua atenção a etapas, ou condições clínico-obstétricas, como a gestação, o parto e o puerpério. Como foco, tem em vista capacitar a população-alvo com plenos conhecimentos e competências que permitam adotar padrões de vivência sexual e de procriação de forma saudável e segura.

No que concerne aos cuidados ginecológicos e obstétricos, a DGS volta a apresentar-se como entidade reguladora de referência, disponibilizando um vasto leque de Normas e de Orientações, o que permita a abordagem em contextos clínicos tão complexos e diferenciados como a gravidez, o puerpério e a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG).

População alvo

Toda a população reclusa do EPSCB-F, com maior atenção sobre as utentes em idade fértil.

Atividade	Consulta de Saúde Materna e Revisão do Puerpério
Quem	Médicos e Enfermeiros
Como	Consultas e intervenções programadas, em conformidade com as normas da DGS ¹¹); Encaminhamento para o SNS; Preparação para o parto; Consulta de obstetria de revisão do puerpério até aos 42 dias pós-parto.
Docs Normativos	Procedimento Operacional: Consulta Saúde Materna & Revisão do Puerpério
Onde	Nos Serviços Clínicos.
Quando	Ao longo do ano.
Avaliação	Anual. Indicador n.º 1.

As metas desta atividade encontram-se dependentes do acréscimo de RH (carga horária) a expensas da SCMP

Objetivos	Indicadores	Meta - Data	Meta - Valor	Detalhes
Promover respostas de qualidade no âmbito da saúde materna, proporcionando uma elevada taxa de cobertura durante a gravidez e puerpério.	1) Índice de acompanhamento adequado em saúde materna e revisão de puerpério	31/12/2025	≥ 99,6%	Indicador ACSS código: 6.33.02 ID 270

¹¹ <https://www.dgs.pt/em-destaque/programa-nacional-para-a-vigilancia-da-gravidez-de-baixo-risco.aspx>

PROGRAMA / PROJETO

Unidade Funcional – Saúde Infantil

Introdução/Fundamentação

A *UF Saúde Infantil* dedica a sua atividade à vigilância da saúde e bem-estar psicossocial da criança, bem como o tratamento precoce de patologias e a adoção de estilos de vida mais saudáveis, assentes nas recomendações da DGS, com ênfase para o *Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil* (PNSIJ).

De um modo complementar, atenta ao cumprimento do *Plano Nacional de Vacinação* (PNV), com interesse simultâneo na inclusão de outras vacinas não contempladas nesse documento, prática que se tem mantido em vigor.

População alvo

Utentes em idade pediátrica (do nascimento aos 5 anos).

Atividade	Consulta de saúde infantil
Quem	Médicos e Enfermeiros
Como	Intervenções programadas, em conformidade com o Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil (PNSIJ) ¹² .
	Docs Normativos
	Procedimento Operacional: Admissão de Criança nos Serviços Clínicos do EPSCB-F
	Procedimento Operacional: Consulta de Saúde Infantil
Onde	Nos Serviços Clínicos
Quando	Ao longo do ano
Avaliação	Anual. Indicador n.º 1

As metas desta atividade encontram-se dependentes do acréscimo de RH (carga horária) a expensas da SCMP

Atividade	Cumprir o PNV
Quem	Enfermeiros e Médicos
Como	Verificar o estado vacinal de todos os utentes com idade pediátrica; Promover a adesão à vacinação por parte de todos os utentes com idade pediátrica; Convocar todas as crianças com vacinas em atraso; Assegurar o cumprimento do PNV ¹³ Administrar as vacinas extra-PNV nos grupos de risco em que estejam indicadas.
	Docs Normativos
	Programa Nacional de Vacinação
Onde	Nos Serviços Clínicos
Quando	Ao longo do ano
Avaliação	Anual. Indicador n.º 2

¹² <http://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/programa-tipo-de-atuacao-em-saude-infantil-e-juvenil.aspx>

¹³ <https://www.dgs.pt/em-destaque/novo-programa-nacional-de-vacinacao2.aspx>

Atividade	Consulta de Saúde Oral Infantil
Quem	Médicos Dentistas
Como	Observar o estado de saúde oral da criança; Informar a mãe sobre atitudes preventivas; Detetar hábitos nocivos; Estabelecer um programa adequado ao grau de risco de cada paciente pediátrico; Investir na <i>Educação Para a Saúde</i> , com ênfase nos hábitos alimentares.
	Docs Normativos Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral
Onde	Nos Serviços Clínicos
Quando	Ao longo do ano, em contexto de consultas e/ou através de intervenções planeadas ¹⁴
Avaliação	Anual. Indicador n.º 3

As metas desta atividade encontram-se dependentes do acréscimo de RH (carga horária) a expensas da SCMP

Objetivos	Indicadores	Meta - Data	Meta - Valor	Detalhes
Reforçar a qualidade no acompanhamento da saúde infantil, em conformidade com o <i>Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil</i> (PNSIJ).	1) Proporção de crianças com consultas médicas de vigilância de saúde infantil conforme definido no "PNSIJ"	31/12/2025	≥ 98,5%	(N.º de crianças com acompanhamento em conforme definido no "PNSIJ" /N.º de crianças)*100
	2) Proporção de crianças, com PNV atualizado de acordo com a idade	31/12/2025	≥ 99,6%	(N.º de crianças com PNV atualizado de acordo com a idade/N.º de crianças)*100
	3) Proporção de crianças, presentes a 31 de dezembro com mais de três anos com pelo menos uma consulta de medicina dentária	31/12/2025	≥ 99,6%	(N.º de crianças, com mais de três anos com pelo menos uma consulta de medicina dentária/N.º de crianças, com mais de três anos)*100

¹⁴ <http://www.dgs.pt/directrizes-da-dgs/orientacoes-e-circulares-informativas/orientacao-n-0072011-de-25032011.aspx>

Internamento

PROGRAMA / PROJETO

Internamento

Introdução/Fundamentação

O internamento nos Serviços Clínicos continua a ser uma mais-valia da atividade assistencial no EPSCB-F, permitindo uma abordagem clínica ampla e consistente, nos mais diversos contextos multidisciplinares. Estes, não raramente complexos e morosos, beneficiam de cuidados disponibilizados nas 24 horas do dia, nos 7 dias da semana, originando ganhos ao nível da população reclusa e descendentes a cargo. É de frisar que uma boa parte dos contextos torna-se alvo de compensação e tratamento clínico no próprio estabelecimento prisional, sendo que, em simultâneo, o *Corpo da Guarda Prisional* (CGP) vê reduzidas as solicitações no âmbito das saídas custodiadas de reclusos ao exterior. O ganho torna-se, assim, institucional, algo apenas tangível ao valorizar-se a amplitude e transversalidade dos cuidados de saúde, no EPSCB-F, nas 24 horas do dia.

População alvo

Todas as utentes internadas nos Serviços Clínicos do EPSCB-F.

Atividade	Gestão do Internamento
Quem	Enfermeiro, Médico e Psicólogo (com a colaboração intersectorial /SCMP: Educação Física; Terapia Ocupacional; Biblioteca)
Como	Elaboração de programas terapêuticos de atividades multidisciplinares (e intersectoriais) dirigido às reclusas internadas por médios/longos períodos, privilegiando a componente de apoio psicossocial, associada à da promoção de saúde. Tais programas permitem um acompanhamento mais dinâmico e personalizado, conforme preconizado no <i>"Manual de Procedimentos para a Prestação de Cuidados de Saúde em Meio Prisional"</i> ¹⁵ . Sem prejuízo do ponto anterior, todas as utentes internadas terão um modelo assistencial de enfermagem planificado, assente em linguagem padronizada e classificada (CIPE) ¹⁶ .
Docs Normativos	Normalização da prestação de cuidados de saúde no Internamento
Onde	Nos Serviços Clínicos
Quando	Ao longo do ano
Avaliação	Anual. Indicadores n.º 1; 2

As metas desta atividade encontram-se dependentes do acréscimo de RH (carga horária) a expensas da SCMP

Objetivos	Indicadores	Meta - Data	Meta - Valor	Detalhes
Garantir a qualidade na assistência clínica à utente internada, estimulando a planificação de cuidados.	1) Proporção de utentes internadas com planificação de cuidados e registos de intervenções.	31/12/2025	100%	(N.º de utentes internadas com planificação de cuidados e registos de intervenções/N.º de utentes internadas)*100
	2) Proporção de utentes em internamento de média/longa duração com Programa Terapêutico Personalizado.	31/12/2025	100%	(N.º de utentes com internamento nos Serviços Clínicos superior a 1 mês [30 D] com Programa Terapêutico Personalizado/ N.º de utentes com internamento superior a 1 mês [30 D] nos Serviços Clínicos)*100

¹⁵ Manual de Procedimentos para Prestação de Cuidados de Saúde em Meio Prisional

¹⁶ <https://www.ordemenfermeiros.pt/noticias/conteudos/cipe-2015-dispon%C3%ADvel-online/>

Promoção da Saúde e Prevenção da Doença

Formação

PROGRAMA / PROJETO

Unidade Funcional – Núcleo de Formação e Investigação

Introdução/Fundamentação

O “Plano de Promoção da Saúde e Prevenção da Doença” (PPSPD) é um pilar fulcral desta Unidade Funcional, ao definir estratégias e intervenções específicas, coordenadas em linha com uma prévia identificação de necessidades formativas ao nível da população-alvo. Este tipo de iniciativas, dirigidas a toda a população reclusa do EPSCB-F ou, por vezes, apenas a um grupo elegível, torna-se um dos reconhecidos contributos que o meio prisional poderá proporcionar à pessoa reclusa, ao estimular a aquisição de conhecimentos e de competências. A esse propósito, pretende-se que esses ganhos tenham impacto não somente ao longo da reclusão mas, sobretudo, ao perdurarem, ao longo da etapa de ressocialização.

População alvo

Todas as utentes do EPSCB-F (com especial atenção a grupos nos quais foram identificadas necessidades formativas especiais).

Atividade	Plano de Promoção da Saúde e Prevenção da Doença
Quem	Equipa de Saúde
Como	<p>O processo metodológico de elaboração do <i>Plano de Promoção da Saúde e Prevenção da Doença</i> (PPSPD) contempla:</p> <ul style="list-style-type: none">- Análise diagnóstica da situação de saúde;- Definição de necessidades;- Definição de critérios para elencar prioridades;- Definição de objetivos;- Definição da metodologia;- Programação/Calendarização;- Previsão da avaliação. <p>Relativamente à execução, podem ser agrupadas as seguintes categorias de intervenções de educação em saúde:</p> <p>Individuais Ocasionais (p.ex: educação para a saúde dirigida à queixa/sintomatologia em contexto de consulta);</p> <p>Individuais Programadas (p.ex: educação para a saúde estruturada em contexto de rastreios);</p> <p>Grupais Programadas (p.ex: educação para a saúde estruturada em contexto de grupo).</p>
	Docs Normativos Plano_Promoção_Saúde_e Prevenção da Doença Modelo DGRSP
Onde	Nos Serviços Clínicos
Quando	Ao longo do ano
Avaliação	Anual. Indicadores n.º 1; 2; 3

Objetivos	Indicadores	Meta - Data	Meta - Valor	Detalhes
Promover uma responsabilização consciente das reclusas relativamente à saúde, com a finalidade da mudança de atitudes e comportamentos, relativamente a cada temática a focar.	1) Taxa de concretização das ações agendadas no PPSPD.	31/12/2025	100%	(N.º de utentes internadas com planificação de cuidados e registos de intervenções/N.º de utentes internadas)*100
	2) Reportar semestralmente à DGRSP/ CCGCS o Modelo 218 _ "Mapa das intervenções e projetos/ações desenvolvidos na área da saúde".	Janeiro; julho	2	Os Serviços Clínicos elaboram e enviam o modelo 218 para o CCGCS.
	3) Apresentar e propor anualmente o PPSPD à DGRSP	7/05/2025	1	Os Serviços Clínicos elaboram e enviam o PPSPD para aprovação.

Serviço Farmacêutico

Farmácia

PROGRAMA / PROJETO

Gestão da Farmácia

Introdução/Fundamentação

A Farmácia dos Serviços Clínicos do EPSCB-F visa a prestação de cuidados farmacêuticos de excelência, procurando assegurar altos níveis de qualidade, em observância da máxima relação custo-benefício. Esta Unidade encontra-se licenciada pelo INFARMED (desde 2005), cumprindo os normativos legais fixados pelas Entidades Reguladoras do setor.

A Farmácia do EPSCB-F encontra-se integrada na macro estrutura dos Serviços Farmacêuticos da SCMP¹⁷, cuja política organizacional assenta em quatro princípios base:

Atuar no sentido da garantia e melhoria contínua da qualidade dos cuidados farmacêuticos prestados, prevenindo erros de medicação e promovendo a utilização segura e racional da terapêutica medicamentosa;

Participar numa política de racionalização de custos com medicamentos e outros produtos farmacêuticos;

Contribuir para o desenvolvimento da melhoria contínua da qualidade no âmbito dos sistemas da qualidade; e

Colaborar em projetos de investigação e de formação pré e pós graduada.

População alvo

Toda a população reclusa do EPSCB-F (e descendentes a cargo) que requeira cuidados farmacêuticos.

¹⁷ Manual de Procedimentos dos Serviços Farmacêuticos _ 2014, SCMP [documento regulador do universo dos Serviços Farmacêuticos da SCMP]

Atividade	Monitorização do circuito do medicamento / Promover o uso racional do medicamento
Quem	Farmacêutico, Técnico de Farmácia, Médico e Enfermeiro
Como	<p>Aquisição direta de medicamentos; Controlo logístico informatizado e rastreabilidade do medicamento; Formulário interno de medicamentos (F.I.M.); Controlo de Benzodiazepinas, segundo normas do INFARMED; Medidas de controlo e responsabilização do utente no uso da medicação; Proibição de posse de medicação por parte das reclusas, exceto se clinicamente autorizado; Circuito de preparação/administração com prescrição médica "online"; sistema de dose unitária; dupla confirmação da medicação e ainda TOD (<i>toma com observação direta</i>); Registo dos episódios de recusa de medicação e de não comparência à medicação prescrita, com atuação em conformidade, sob algoritmo próprio; Gestão adequada dos prazos de validade, evitando desperdícios com medicação com validade expirada; Gestão adequada do stock ideal, evitando desperdícios com custos associados à acumulação de fármacos; Análise e monitorização da atividade, com base no <i>Sistema de Gestão da Qualidade</i>.</p>
	<p>Docs Normativos</p> <p>Manual de Procedimentos dos Serviços Farmacêuticos / SCMP</p>
Onde	Nos Serviços Clínicos
Quando	Ao longo do ano
Avaliação	Mensal. Indicador n.º 1

Objetivos	Indicadores	Meta - Data	Meta - Valor	Detalhes
Garantir serviços farmacêuticos de excelência, em harmonia com as boas práticas do setor.	1) Análise de consumos.	31/12/2025	Mensal	Reporte mensal no NQ

Programa de Melhoria Contínua

Qualidade

PROGRAMA / PROJETO

Unidade Funcional – Núcleo da Qualidade

Introdução/ Fundamentação

O *Núcleo da Qualidade* dos Serviços Clínicos (NQ) é uma UF que visa garantir altos padrões de qualidade, nas mais diversas áreas de atividade assistencial. Para tal, detém uma constituição categoricamente multiprofissional e multidisciplinar. A criação e o aperfeiçoamento do *Sistema de Gestão da Qualidade* (SGQ) foram sustentados por decisões estratégicas tomadas ao mais alto nível, com vista a satisfazer as necessidades e expectativas dos clientes da Organização, logrando melhorar o seu desempenho global. Nesse âmbito, a adoção da metodologia *PDCA* e a abordagem por processos, bem como o pensamento baseado em *riscos e oportunidades*, facilitam o processo de tomada de decisão e tornam-se fulcrais no processo de melhoria contínua do desempenho.

Em 2018, os Serviços Clínicos obtiveram a *Certificação do SGQ pela Norma ISO 9001:2015*, tornando-se, em Portugal, a primeira unidade de saúde em meio prisional dotada de um Sistema de Gestão Global da Qualidade em Saúde, devidamente certificado. O caminho percorrido incluiu vários ciclos de qualidade¹⁸, sendo que a meta tem reconhecido, anualmente, o constante investimento na qualidade assistencial, com base em processos de melhoria contínua.

Como nota de realce, nesta etapa, merece-nos ser enfatizada a adoção de novo *Indicador de Desempenho* (N.º11), ao nível da eficiência da comunicação com as instituições de saúde no exterior, pós-reclusão – esta visão reflete, de sobremaneira, a preocupação da Organização com a reinserção pessoal e comunitária da utente, após a sua passagem pelo EPSCB-F (e, em concreto, no seguimento dos cuidados de saúde prestados pelos Serviços Clínicos).

População alvo

Todas as *Partes Interessadas* dos Serviços Clínicos do EPSCB-F.



¹⁸ Entre outros destacam-se: I Jornadas Nacionais de Saúde em Meio Prisional (2006); II Jornadas Nacionais de Saúde em Meio Prisional (2009), sublinha-se neste âmbito a sessão “Certificação/Acreditação dos Serviços Clínicos SCMP/EPESCB” ministrada pela Dr.ª Sónia Silva em representação da empresa “SGS”, referência mundial em inspeção, verificação, testes e certificação; “Master Class: A Emergência Clínica em Contexto Prisional” (2013); Educação Para a Saúde em Meio Prisional (2016); Reflexão sobre Saúde em Meio Prisional: contextualização no EPESCB-F, a experiência e os resultados (2016); III Jornadas Nacionais de Saúde em Meio Prisional (2017); Certificação dos Serviços Clínicos pela Norma ISO 9001:2015 (2018); “II Master Class “Emergências em Meio Prisional” (04/2023); Auditoria de Recertificação pela Norma ISO 9001:2015 (2023).

Objetivos	Indicadores	Meta - Data	Meta - Valor	Detalhes
Contribuir para a melhoria contínua da qualidade assistencial, através da implementação de processos de trabalho, estimulando a participação, e a mudança de atitudes e comportamentos na equipa.	1) Grau de cumprimento das metas dos indicadores operacionais.	31/12/2025	≥ 90,5%	(N.º metas atingidas/ n.º metas planeadas/*100
	2) Índice de satisfação dos clientes.	31/12/2025	≥ 3	Aplicação e análise de inquérito de satisfação à população reclusa presente a 31/12/2020, resultados expressos de 1 – 4
	3) Taxa de resposta às reclamações até 10 dias úteis.	31/12/2025	≥ 98,5%	(N.º reclamações respondidas até 10 dias úteis/n.º reclamações)*100
	4) Taxa de reclamações com procedência.	31/12/2025	N/A (monitorizar)	(N.º reclamações com procedência/n.º total de reclamações)*100
	5) Taxa de consultas de admissão de Clínica Geral (CG) realizadas até às 72H.	31/12/2025	100%	(N.º de consultas de admissão de CG realizadas até às 72H/n.º total de consultas de admissão de CG)*100
	6) Taxa de consultas de admissão de Enfermagem realizadas até às 24H.	31/12/2025	100%	(N.º de consultas de admissão de Enfermagem realizadas até às 24H/n.º total de consultas de admissão de Enfermagem)*100
	7) Cronograma de Auditorias ao SGQ.	31/12/2025	1	Planificação anual de Cronograma de Auditorias ao SGQ
	8) Taxa de utilização global de consultas médicas [MGF/CG] no último ano.	31/12/2025	≥ 85%	Indicador ACSS ID 6 /ADAPTADO
	9) Proporção de consultas de enfermagem, realizadas no próprio dia, por iniciativa dos utentes.	31/12/2025	≥ 70%	Indicador ACSS ID 342 /ADAPTADO
	10) Score [0-2] para avaliação da dimensão "participação do cidadão".	31/12/2025	≥ 1,3	Indicador ACSS ID 430 /ADAPTADO
	11) Proporção de utentes libertadas que foi sujeita a articulação com Entidades de Saúde no exterior.	31/12/2025	≥ 80 %	(N.º de utentes libertadas que foram sujeitas a articulação com Entidades de Saúde no exterior / N.º de utentes libertadas), no ano em apreço. * 100

Serviços de Educação e Ensino

O Plano do Serviço de Educação e Ensino assenta em práticas que apontam para a qualidade, a eficácia, o diálogo, a responsabilidade e a interação entre os diferentes setores do Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo – Feminino (EPSCB-F)

Procuramos contribuir para a execução dos objetivos do E.P. no âmbito do Tratamento Penitenciário, promovendo competências nas reclusas que as tornem mais esclarecidas, respeitadoras da pessoa humana e que lhes permitam uma readaptação à sociedade livre.

SEE

Ensino e Biblioteca

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Apoio à concretização das atividades previstas no Projeto Educativo 2024/2025

Introdução/Fundamentação

Permitir a concretização das atividades apoiando a sua operacionalização no contexto prisional.

População alvo

Reclusas a frequentar a escola.

Atividade	Organização das atividades escolares e circum-escolares
Quem	Técnica do Ensino e equipa de Professores
Como	Apoio à implementação das atividades: pedidos de autorizações, aquisição e disponibilização de materiais, articulação com os diferentes setores do EP.
Onde	Setor escolar
Quando	Sempre que sejam apresentadas atividades enquadradas no PE
Avaliação	Avaliação em cada atividade.

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Programação do Projeto Educativo 2025/2026

Introdução/Fundamentação

Permitir a concretização das atividades apoiando a sua operacionalização no contexto prisional.

População alvo

População do EPSCB(F)

Atividade	Caraterização escolar do EPSCB(F)/elaboração do Projeto Educativo 2025/2026
Quem	Técnica do Ensino e coordenadores das escolas associadas
Como	Inquérito de caracterização escolar à população escolar.
Onde	Setor escolar
Quando	Maio/Junho
Avaliação	Elaboração do PE com as escolas associadas para posterior validação por parte do EP

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Organização dos diferentes níveis de ensino

Introdução/Fundamentação

Controlo de assiduidade das alunas, articulação com os professores, distribuição e controlo do material escolar.

População alvo

Reclusas integradas no Ensino.

Atividade	Controlo diário da atividade escolar
Quem	Técnica do Ensino
Como	Gestão diária da assiduidade e da operacionalidade da atividade lectiva.
Onde	Setor escolar
Quando	Diariamente ao longo do ano letivo.
Avaliação	Avaliação do cumprimento do regulamento escolar e da efectividade das atividades letivas no encerramento do ano escolar.

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Apoio à atividade escolar das alunas a frequentar o Ensino Superior/Formações Modulares e-learning

Introdução/Fundamentação

No ano letivo 2024/2025 encontram-se nove alunas a frequentar o ensino superior - Curso de Ciências Sociais, Ciências do Ambiente e Educação na Universidade Aberta - e quatro alunas a frequentar formações modulares em instituições de ensino profissional em regime de e-learning. Revela-se necessário acompanhar as alunas no acesso à plataforma Moodle e no contacto institucional com a faculdade e demais instituições.

Para o ano letivo 2025/2026 temos mais uma reclusa candidata ao ensino superior e três reclusas candidatas a formações profissionais.

População alvo

Alunas a frequentar o ensino superior e em preparação para candidatura. Alunas a frequentar formações pós-universitárias e profissionais.

Atividade	Apoio às alunas a frequentar o ensino superior e outras formações profissionais.
Quem	Técnica do Ensino
Como	Ligação semanal às plataformas Moodle, articulação com os serviços académicos e com os professores no sentido de garantir as condições necessárias para que as reclusas possam estudar à distância. Apoio à candidatura ao ensino superior e formações pós-universitárias ou profissionais (inscrição nos exames de acesso, apoio na preparação escolar e organização da candidatura ao ensino superior).
Onde	Setor escolar. Dado o aumento do número de alunas nesta tipologia de ensino considera-se fundamental atribuir horário em sala de aula para que as atividades possam ter lugar sem prejudicar o acesso à Biblioteca.
Quando	Ligação online sempre que se revele necessário.
Avaliação	Avaliação no final do ano lectivo.

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Organização do serviço de leitura.

Introdução/Fundamentação

Organizar o espólio da Biblioteca e o serviço de empréstimo, em função das necessidades da população reclusa.

População alvo

População reclusa.

Atividade	Organizar o serviço de leitura.
Quem	Técnica do Ensino
Como	Organizar o serviço de leitura e o espólio bibliográfico de modo a que as reclusas possam ter acesso à bibliografia que procuram. A organização bibliográfica tradicional é difícil de implementar na Biblioteca, pelo que implementamos a organização por etiquetas, organizando a tipologia dos livros por cores. Apoio ao setor de segurança (oferta semanal de livros)
Onde	Biblioteca
Quando	Ao longo do ano
Avaliação	Auscultação da população reclusa que frequenta a Biblioteca e a faxina afeta aquele setor.

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Angariação de livros para a Biblioteca

Introdução/Fundamentação

A Biblioteca do EPSCB (F) dispõe de cerca de 10000 títulos, no entanto e apesar de nos depararmos com a falta de espaço, tentamos angariar livros que correspondam aos interesses literários das reclusas.

Mantemos a parceria com a Biblioteca Itinerante o que nos permite receber livros diferentes todos os meses.

População alvo

População reclusa

Atividade	Angariação/aquisição de livros
Quem	Técnica do Ensino
Como	Angariação e ou aquisição de livros que sejam do interesse da população reclusa que frequenta a Biblioteca. Manter a articulação com a Biblioteca Itinerante Florbela Espanca
Onde	Biblioteca
Quando	Ao longo do ano
Avaliação	Aumentar o n.º de títulos existentes na Biblioteca e que sejam do interesse das reclusas.

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Atividades de dinamização da Biblioteca

Introdução/Fundamentação

Ao longo do ano procuramos dinamizar a Biblioteca com atividades de leitura, promovendo o Clube de Leitura e convidando autores com interesse cultural, promovendo assim atividades que desenvolvam competências pessoais, culturais e sociais na população reclusa.

O Clube de Leitura tem vindo a ser uma atividade consistente na Biblioteca e que conta com um número crescente de reclusas inscritas. O convite a autores/escritores depende da adesão voluntária e generosa dos participantes.

População alvo

População reclusa

Atividade	Dinamização de atividades culturais no espaço Biblioteca
Quem	Técnica Responsável pela Biblioteca e convidados
Como	Clube de Leitura/apresentações e palestras
Onde	Biblioteca
Quando	Ao longo do ano
Avaliação	Avaliação no final do projeto.

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Projeto EPRIS

Introdução/Fundamentação

O projeto EPRIS, aprovado em janeiro de 2014, resultou da vontade política do Ministério da Justiça Português no incentivo a projetos inovadores a implementar nos Estabelecimentos Prisionais e decorreu do estabelecimento de um protocolo de cooperação entre o Ministério da Justiça, através da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a Santa Casa da Misericórdia do Porto e o Instituto Piaget. A intenção é apresentar uma nova edição do Programa, no entanto aguarda-se resultado de candidatura a financiamento.

População alvo

População reclusa

Atividade	Formação e inclusão digital e tecnológica
Quem	Instituto Piaget, Técnica do Ensino (mediação e acompanhamento)
Como	Cursos de formação tecnológica
Onde	Escola
Quando	Ao longo do ano
Avaliação	Avaliação no final do projeto.



Terapia Ocupacional

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Programa de Reabilitação Psicossocial – Transição para a Vida Ativa

Introdução/Fundamentação

Pretende-se com este programa capacitar as reclusas de forma que consigam compensar e, ou diminuir os défices funcionais, promovendo a capacidade de cumprir tarefas. É uma reabilitação baseada no empreendedorismo para o desenvolvimento social e inclusão, no qual se proporciona atividades de âmbito terapêutico, de modo a promover o bem-estar Bio-Psico-Social e reabilitação funcional e desenvolver a autonomia pessoal, social, e equilíbrio emocional.

Pretende-se desenvolver a autonomia pessoal, social e equilíbrio emocional, desenvolver a assiduidade, a pontualidade, e restabelecer rotinas diárias e objetivos.

É estabelecido um horário fixo com atividades, tais como treino de competências sociais, relaxamento, jardinagem, atividades de estimulação cognitiva, atividades de pintura, e atividades sócio-recreativas, atividade física e adaptada, aulas de música, aulas de TIC, aulas de expressão plástica. Caso as reclusas participantes não tenham ajuda financeira do exterior, é proposto uma bolsa de assiduidade.

População alvo

O programa está dirigido a reclusas que necessitam de uma intervenção terapêutica específica, nomeadamente que apresentem poucas capacidades cognitivas e funcionais, e/ou com sintomatologia psicopatológica, e/ou com dificuldades no relacionamento interpessoal e pessoal, dificuldades na estruturação e realização das atividades da vida diária e/ou no exercício de uma atividade laboral/escolar.

As reclusas são selecionadas em equipa e/ou pela direção do EP, pelos Serviços Clínicos e por técnicos de reeducação.

As reclusas do Serviço de Internamento dos Serviços Clínicos participam no programa.

Atividade	Treino Competências Sociais Básicas
Quem	Terapeuta Ocupacional
Como	Pretende-se nestas sessões treinar as competências sociais básicas, através de pequenas dramatizações e role-plays. As reclusas participantes representam situações de vida real e simultaneamente treinam e desenvolvem competências sociais. Pretende-se desenvolver a consciência social.
Onde	Ginásio
Quando	Semanalmente
Avaliação	Avaliação contínua

Atividade	Arterapia
Quem	Terapeuta Ocupacional
Como	Usar várias formas de expressão artística como finalidade terapêutica; pinturas em grupo, pinturas de mandalas, etc.
Onde	Ginásio
Quando	Semanalmente
Avaliação	Avaliação contínua

Atividade	Atividades de estimulação cognitiva
Quem	Terapeuta Ocupacional
Como	Exercícios de atenção, concentração e memória
Onde	Ginásio
Quando	Semanalmente
Avaliação	Avaliação contínua

Atividade	Treino de competências pessoais
Quem	Terapeuta Ocupacional
Como	Exercícios/dinâmicas que melhorem o desenvolvimento pessoal (Autoconfiança, autoconsciência)
Onde	Ginásio
Quando	Semanalmente
Avaliação	Avaliação contínua

Atividade	Participação UFCD
Quem	Terapeuta Ocupacional/Escola do EP
Como	Incentivar a participação nas Unidades Formação de Curta Duração (música, artes plásticas, TIC)
Onde	Escola
Quando	Semanalmente
Avaliação	Avaliação contínua

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Programa Reabilitação Psicossocial com reclusas do Setor Segurança

Introdução/Fundamentação

Devido à especificidade deste Setor é extremamente importante e útil o apoio da Terapia Ocupacional. Assim, pretende-se essencialmente assegurar e promover estabilidade emocional, física e mental às reclusas e estabelecer rotinas e diminuir o sedentarismo.

População alvo

Reclusas do setor segurança.

Atividade	Sessões de grupo
Quem	Terapeuta Ocupacional
Como	Sessões presenciais em grupo. Realização de diversas atividades, desde dinâmicas de grupo, <i>role-plays</i> , arte-terapia, relaxamento, Consciência Social, treino assertividade.
Onde	Ginásio
Quando	Bissemanais
Avaliação	Avaliação contínua.



PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Programa de Relaxamento e Estabilização Emocional

Introdução/Fundamentação

Uma vez que os níveis de ansiedade são muito elevados na população reclusa o objetivo principal deste programa passa pela redução da ansiedade e permitir às participantes aprenderem a relaxar as funções automáticas do organismo. Para além do bem-estar físico e psicológico e da consciência corporal pretende-se diminuir o ritmo cardíaco e respiratório, diminuir a tensão arterial e melhorar a oxigenação das células do corpo. Pretende-se ainda a incentivar as reclusas a praticarem os exercícios de relaxamento na sua cela, de forma a treinarem os exercícios. Os objetivos gerais passam por diminuir os níveis de ansiedade e stress, desenvolver o autoconhecimento, aumentar o bem estar emocional e mental e melhorar a qualidade do sono.

População alvo

É destinado a toda população reclusa, nomeadamente reclusas que apresentam níveis elevados de ansiedade, e/ou com perturbações no sono e comportamentos agressivos. As reclusas com doença mental grave, ou dificuldades cognitivas muito notórias não deverão fazer parte deste programa. O grupo deve ser constituído por 20 reclusas.

Atividade	Programa de Relaxamento e Estabilização Emocional
Quem	Terapeuta Ocupacional
Como	O programa contempla cerca de 16 sessões. Dependendo das características do grupo o programa poderá compreender mais sessões. As técnicas de relaxamento que são utilizadas neste programa são Exercícios de Respiração, Treino Autogéneo de Schultz, Relaxamento baseado na Imaginação Guiada e Relaxamento Muscular Progressivo de Jacobson. Tem como conteúdos a consciencialização e controlo de respiração, Treino do Mindfulness, dinâmicas para fortalecer a conexão, a auto-estima e concentração e dinâmicas para viver com optimismo e gratidão.
Onde	Ginásio
Quando	As sessões são bissemanais com a duração de 60 minutos cada.
Avaliação	São aplicados diversos instrumentos, no início e no fim do programa, a fim de avaliar os efeitos do mesmo nos seguintes indicadores: nos estados emocionais e de humor e nos níveis de ansiedade e depressão.



PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Terapia Assistida por Animais – Pelos2 (sujeito a aprovação de financiamento)

Introdução/Fundamentação

A 'Pelos 2' é uma Iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social que é apoiada pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, juntamente com a Missão Continente e a Câmara de Gaia.

'Pelos Dois' incide no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e emocionais do recluso, apostando na sua reabilitação, através de Intervenções Assistidas por Cães.

A Iniciativa desafia as reclusas selecionadas a cuidar, educar e treinar cães "sem família", provenientes dos Centros de Recolha Oficiais (antigamente denominados de Canis Municipais), tornando-os mais "adaptados" à vida em comunidade. Com isto, promove a (re)inserção do cão, via adoção, numa fase posterior à Intervenção; e a (re)inserção da reclusa, pois aumenta as competências sociais que facilitarão a sua integração na comunidade, melhora ainda a sua capacidade de comunicação e reduz a perceção de sentimentos negativos como isolamento e solidão.

População alvo

Reclusas inscritas no projeto.

Atividade	Pelos 2- Projeto com cães
Quem	Terapia Ocupacional, Empresa <i>Dogs Training Concept</i> , Aplixar (Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto)
Como	As sessões serão dinamizadas por uma equipa multidisciplinar, constituída por um treinador de cães e um psicólogo. Cada reclusa tem um cão atribuído e tem de cumprir os objetivos específicos e orientações dos formadores.
Onde	Espaço exterior do EP
Quando	Sessões bissemanais
Avaliação	São aplicados diversos instrumentos, no início e no fim do programa, a fim de avaliar os efeitos do projeto.

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Atividades ergoterapêuticas

Introdução/Fundamentação

Pretende-se desenvolver competências pessoais e sociais.

População alvo

Reclusas dos Programas da Terapia Ocupacional

Atividade	Terapia do Riso, crocheterapia, etc
Quem	Entidades da sociedade civil
Como	Sessões com grupos reclusas, dependendo do projeto
Onde	Ginásio
Quando	Semanal/mensal ou pontual
Avaliação	Avaliação contínua

Educação Física

A Educação Física (EF) continuará a desenvolver um trabalho colaborativo com a terapia ocupacional, com intuito de promover atividades para o maior número de reclusas e com um especial foco nas que não têm qualquer ocupação. A nomenclatura das atividades atualizou-se, concretamente: expressão física e motora; Programa de atividade física adaptada (PAFA) no setor de segurança; EF de reabilitação; Jogos e dança; Projeto de voça nas Prisões e EF Pós-laboral.

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Expressão física e motora

Introdução/Fundamentação

As crianças, em meio prisional, necessitam de atividades que estimulem o desenvolvimento de capacidades físicas e motoras. Assim, as aulas são baseadas em contos e músicas adequadas à idade e à cultura, com o intuito de melhorar a motricidade geral, a lateralidade, a memória de curto e médio prazo, o equilíbrio e de destrezas específicas, através da dança jogos e iniciação a alguns desportos.

População alvo

Crianças a partir dos 18 meses.

Atividade	Expressão física e motora
Quem	Técnica de Desporto
Como	Aulas adequadas à idade mental e cronológica, com o devido acerto
Onde	Pavilhão gimnodesportivo/ sala na creche
Quando	Todo o ano, uma vez por semana
Avaliação	Avaliação periódica à educadora

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Educação Física de Reabilitação (EFR), em setor de segurança, com trabalho colaborativo com a Terapia ocupacional.

Introdução/Fundamentação

O desenvolvimento da Educação física de Reabilitação, surge quando a direção e a técnica de reeducação propõem uma intervenção de caráter desportivo, a uma reclusa que se encontra, em regime de segurança.

No sentido de maximizar essa intercessão há uma entrevista semiestruturada, com intuito de perceber as motivações da pessoa em causa e de usar as palavras-chave que tornarão o delineamento de uma planificação realizável. No entanto, esse plano não pode ser estanque e requer contínuas mudanças de acordo com o estado anímico e da motivação da aluna às atividades propostas.

População alvo

Aluna (s) com necessidade de intervenção desportiva, no setor de segurança

Atividade EFR, no pavilhão com reclusas do setor de segurança

Quem Técnica de Desporto

Como EFR e orientação para hábitos de vida saudável

Onde Setor de segurança

Quando Todo o ano, duas vezes por semana

Avaliação Assim que solicitada

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

EF de Reabilitação (EFR)

Introdução/Fundamentação

O movimento é fundamental para que o nosso organismo se mantenha saudável, porém, grande parte desta população é sedentária e com estilos de vida pouco saudável.

População alvo

Reclusas com necessidades especiais (NE), tais como, diabéticas, obesas, com problemas osteoarticulares, hipertensão, entre outras doenças, do foro físico e psicológico (ansiedade, depressão), sinalizadas pela terapeuta ocupacional e pelos serviços clínicos.

Atividade Aulas de Educação Física de Reabilitação (EFR) com mindfulness e meditação guiada.

Quem Técnica de Desporto

Como Uma turma com um Programa de EFR e orientação para hábitos de vida saudável

Onde Pavilhão gimnodesportivo

Quando Todo o ano, duas vezes por semana

Avaliação No final do semestre e sempre que solicitada

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Dança

Introdução/Fundamentação

As danças são um veículo de aprendizagem comportamental e cultural. O respeito pela diferença e o ensino de valores conducentes com o dever cívico são uma constante nestas aulas.

População alvo

Reclusas com gosto e motivação para a dança.

Atividade	Danças
Quem	Técnica de Desporto
Como	Coreografias que apelem às culturas e à ginástica
Onde	Pavilhão gimnodesportivo
Quando	Ao longo do ano, duas vezes por semana
Avaliação	No final do semestre e sempre que solicitada



PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Jogos e Treino Funcional

Introdução/Fundamentação

O ensino de jogos não se trata somente do domínio de técnicas, mas também, e principalmente, em abordar problemas táticos, sociais, emocionais, psicológicos, físicos, pois, ensinando a lidar com os altos e baixos das competições, desenvolvem a autoconfiança e a autoestima. Os jogos são, sem dúvida, um veículo de intervenção reeducativa. A implementação de regras e de disciplina são uma constante. Além disso, a sua prática contribui para o desenvolvimento de capacidades motoras gerais e específicas que se relacionam com a melhoria da aptidão física e consecutivamente da saúde, de aspetos psicossociais e cognitivos que tanto favorecem o equilíbrio emocional e a diminuição do stress.

Os objetivos psicossociais no EP coadunar-se-ão com a noção da equipa através do espírito de colaboração, cooperação, entreaajuda, subordinação dos interesses pessoais aos interesses do grupo, bem como o conceito de fairplay (respeito pelo regulamento de jogo tendo em consideração o respeito pela professora, colegas, adversários e árbitros). Os objetivos cognitivos apelarão à noção de adaptação e adequação da melhor forma possível às situações com que as jogadoras se depararão em jogo.

O processo de implementação dos jogos decorre ao longo do ano com o *andebol/ basquetebol*, no 1.º trimestre; com o *voleibol*, no 2.º trimestre; com o *futsal*, no 3.º trimestre; com o *badminton*, no 4.º trimestre, e tem como principal objetivo prestar apoio, sempre que solicitada, aos técnicos com avaliações dos comportamentos psicossociais.

De forma a dar resposta a um maior número de reclusas e naquilo que é a oferta dos jogos coletivos, abrimos também a possibilidade de dentro da mesma aula, fazer um *small group training* – Treino Funcional – que pretende melhorar os aspetos da sua aptidão física e bem-estar através da prática de Exercícios de Força, coordenação, mobilidade e flexibilidade, onde existe um cuidado de respeitar a individualidade biológica e a especificidade de cada uma, aperfeiçoando o sistema sensorio-motor e proprioceptivo, com controlo do sistema músculo-esquelético de modo progressivo.

População alvo

Alunas com gosto e motivação para os jogos e Treino Funcional.

Atividade	Jogos e Treino Funcional
Quem	Técnica de Desporto
Como	Trimestralmente há mudança da unidade temática
Onde	Pavilhão gimnodesportivo
Quando	Ao longo do ano, duas vezes por semana
Avaliação	No final do trimestre e sempre que solicitada.

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Projeto de "Almaz &Prision Yoga Project"

Introdução/Fundamentação

O projeto em causa tem por objetivo promover a autorreflexão e autoconhecimento através da prática do Yoga, fornecendo as ferramentas necessárias para a identificação e controlo da agressividade e da impulsividade, contribuindo, dessa forma, para a responsabilização individual numa perspetiva de alteração de comportamentos e atitudes conducentes à adequada reinserção social.

População alvo

Todas as reclusas que se inscrevam no Projeto

Atividade	Yoga e Meditação
Quem	Técnicos de yoga e meditação. Quando o técnico de yoga falta a técnica de Desporto assume a aula e ainda dá uma das aulas do projeto (Meditação/Pilates)
Como	Três aulas, duas de yoga e outra de meditação/pilates
Onde	Pavilhão gimnodesportivo e ginásio
Quando	Terça-feira e quinta-feira- yoga e quarta-feira -meditação/pilates
Avaliação	No final do semestre e sempre que solicitada

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Projeto "Rugby com Partilha"

Introdução/Fundamentação

O projeto em causa tem por objetivo promover e proporcionar a prática regular de rugby nos estabelecimentos prisionais, nas suas várias variantes, contribuindo par a formação, educação e reinserção social através do desporto e promover interação social entre reclusos, ex-reclusos, clubes/ associações desportivas que praticam rugby.

População alvo

Todas as reclusas que se inscrevam no Projeto

Atividade	Rugby
Quem	Técnicos de Rugby
Como	Uma aula de 15 em 15 dias.
Onde	Pavilhão gimnodesportivo e ginásio
Quando	Sexta-feira de 15 em 15 dias.
Avaliação	No final do semestre e sempre que solicitada

Setor Laboral

O Setor Laboral tem como missão proporcionar à população reclusa uma experiência de trabalho idêntica a um emprego no meio exterior, dotando as reclusas de competências e hábitos de trabalho. Pretende-se, também, minimizar o empobrecimento provocado pelo cumprimento da pena de prisão, possibilitando às reclusas alguma independência económica face ao exterior. Para contribuir para o tratamento penitenciário, o Setor Laboral trabalha em articulação com os restantes serviços do Estabelecimento Prisional (EP).

PROGRAMA / PROJETO/ATIVIDADE

Ocupação Laboral

Introdução/Fundamentação

Para 2025, o objetivo do Sector Laboral consiste em organizar e promover a ocupação laboral e aumentar a taxa de ocupação laboral no EP. Para tal, propõe-se subcontratar todos os espaços existentes no Setor Oficial (composto por 7 salas e complementado pelo uso da sala do parlatório 1/2).

População alvo

Reclusas que pretendam ter uma atividade laboral

Atividade	Operacionalização do Sector Laboral
Quem	Dois (2) técnicos afetos a este sector
Como	Articular com as empresas externas dadoras de trabalho; Articular com o EP a fim de dar resposta às respetivas necessidades da instituição. Colocação laboral, por forma a dar resposta às respetivas solicitações da população reclusa; Constituição e orientação de brigadas para a execução dos trabalhos contratualizados; Articulação com os vários sectores de atividade para o tratamento penitenciário.
Onde	Espaço do Sector Laboral e diversos serviços no EP (a saber: serviço de cabeleireiro, serviços de limpeza, serviço de lavandaria, serviço de jardinagem, serviço de ajudante biblioteca e serviço de distribuição de roupa).
Quando	Ao longo de todo o ano
Avaliação	Acompanhamento diário

O Plano de Atividades visa a continuidade e a expansão das parcerias e ocupações laborais, fortalecendo o tratamento penitenciário e proporcionando melhores condições e oportunidades às reclusas.



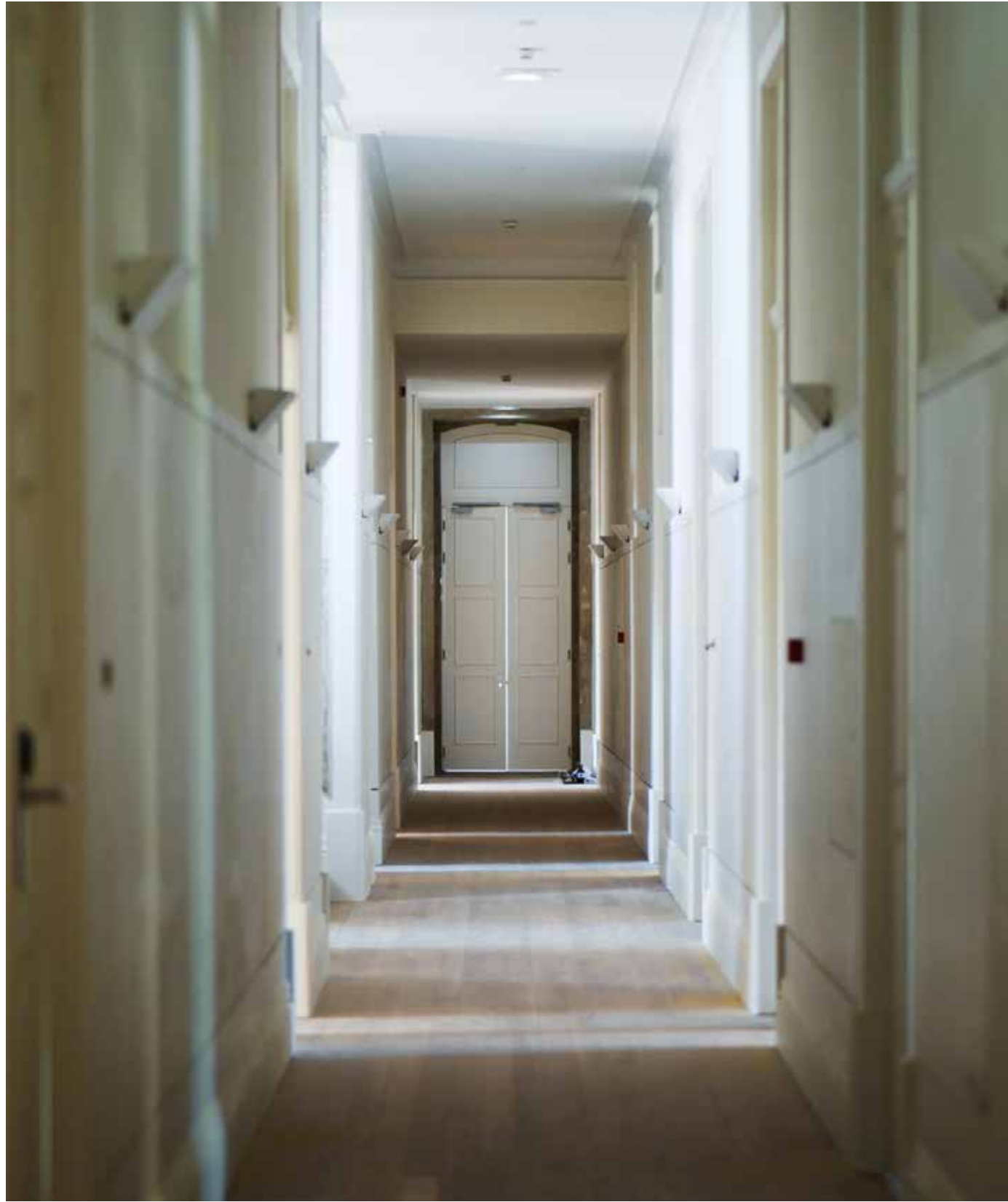


5.4.

PARTE II

SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS





5.4.1. Recursos Humanos e Formação Profissional

O Plano de Atividades e Orçamento para 2025 consubstanciar-se-á numa linha de continuidade.

Torna-se necessário assegurar uma continuidade dos esforços resultantes do cumprimento do Plano de Atividades deste ano, e compaginar as mesmas com um sempre imprescindível incremento da atividade institucional e regulamentarmente adstrita ao DRHFP.

No domínio da Área Administrativa, empreender as ações necessárias para que se permita, entre outros, atingir os seguintes desideratos:

- Continuar a realização permanente do levantamento das categorias dos colaboradores de forma a identificar os desajustamentos existentes entre as funções desempenhadas e as respetivas categorias, com vista às adequadas reclassificações profissionais;
- Prestar o apoio necessário às Unidades Operacionais e de Saúde na gestão e resolução de aspetos relacionados com a área de Recursos Humanos, designadamente na produção de indicadores e relatórios conexos com a atividade administrativa;
- Publicitar junto dos colaboradores na sua plenitude os IRCT aplicáveis à SCMP e que recentemente entraram em vigor;
- Incrementar sessões informativas junto dos colaboradores sobre assuntos relacionados com as políticas internas em vigor, de particular interesse para os mesmos, assim como de esclarecimento sobre legislação laboral mais relevante, com o objetivo único de mitigar a conflitualidade;
- Definir linhas de orientação para implementar programas de incentivo à renovação dos quadros da Instituição (saídas de colaboradores mais velhos ou por outros motivos).

Relativamente à área da Academia:

- Dar cumprimento às orientações da Mesa Administrativa para a área dos Recursos Humanos;
- Promover o alinhamento da dimensão operacional e humana com a estratégia da Instituição;
- Prestar o apoio necessário às Unidades Operacionais e de Saúde na gestão e resolução de aspetos relacionados com a área de Recursos Humanos, designadamente na produção de indicadores, relatórios, estudos e procedimentos inerentes aos processos do sistema de gestão da qualidade e de certificação, por forma a garantir o cumprimento dos requisitos legais e de certificação, em consonância com as necessidades de operação e de gestão;
- Expandir e potencializar o uso da plataforma de formação à distância - Moodle, permitindo uma maior otimização de custo e tempo despendido para frequência de formação pro-

fissional, abrangendo uma maior diversidade de temáticas, unidades operacionais e categoria profissionais;

- Otimizar o desempenho dos colaboradores, através do planeamento, implementação e monitorização da atividade formativa;
- Apoiar os processos de reestruturação de equipas, transferência de conhecimento e promoção de cultura e identidade da instituição;
- Reestruturar o Sistema de Gestão e Avaliação de Desempenho, assegurando a otimização do processo e resultados, enquanto instrumento de gestão estratégica e de desenvolvimento dos Recursos Humanos, – com base nos níveis funcionais (operacional, técnico e de coordenação) – e acompanhamento da transição digital;
- Preparar/Desenvolver um modelo de Avaliação de Desempenho e Gestão por objetivos, que potencie a análise de indicadores de performance/desempenho dos colaboradores;
- Desenvolver um plano de ação para a gestão do talento e carreiras, potenciando o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores;
- Promover práticas socialmente responsáveis, elevando os níveis de satisfação e assegurando o bem-estar de todos os colaboradores;
- Consolidar a auscultação da satisfação dos colaboradores, promovendo a motivação e garantindo um equilíbrio entre as necessidades e expectativas;
- Promover uma cultura de *feedback* e monitorização de resultados através do reforço da comunicação, nomeadamente ao nível do desempenho do colaborador, da satisfação do colaborador e do desempenho organizacional;
- Promover atividades de *team building* dirigidas a todos os colaboradores, que potenciem a comunicação e interação e estimulem os sentimentos de pertença e de compromisso institucional;
- Dar resposta às necessidades de capital humano, prosseguindo com a respetiva organização e melhoria dos processos de Recrutamento e Seleção;
- Reestruturar os processos de receção de candidaturas e atração de talento – atualização do *link* na página institucional da SCMP, com inclusão da divulgação dos processos de recrutamento em curso
- Desenvolver iniciativas que permitam fomentar o sentimento de pertença dos colaboradores à organização (encontros temáticos, por categoria profissional, etc.).

No domínio das atividades formativas do DRHFP, prevê-se a realização de formação transversal, sistemática e periódica, de forma a maximizar a taxa de execução do Plano Anual de Formação 2024, nomeadamente nas seguintes temáticas:

- Gestão de Processos
- Gestão de Tempo e Organização do Trabalho
- Trabalho em Equipa e Gestão de Conflitos
- Sistema de Gestão da Qualidade
- Legislação no 3.º Setor – Atualização
- Gestão e Avaliação de Desempenho
- RGPD
- Novas metodologias de execução e prestação do trabalho
- Averiguação de Acidentes de Trabalho (SST)
- Avaliação do cumprimento da legislação de segurança e saúde no trabalho (SST)

Para o ano de 2025, são objetivos da SST:

- Reduzir a sinistralidade laboral;
- Continuar a implementar uma estratégia transversal de Gestão da Segurança no Trabalho em toda a SCMP;
- Abranger mais unidades nas iniciativas de Prevenção de Lesões Músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho – ginástica laboral;
- Implementar o Programa de Promoção da Saúde Mental decorrente do diagnóstico efetuado com a atualização da Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho;
- Monitorizar a implementação das medidas englobadas nas Avaliações de Riscos Profissionais;

- Monitorizar a implementação das medidas decorrentes da investigação de Acidentes de Trabalho;
- Promoverações de formação e sensibilização no âmbito da SST;
- Reforçar o processo de avaliação de conformidade legal em matéria da SST, no âmbito da gestão de fornecedores;
- Acompanhar a necessidade global de Equipamentos de Proteção Individual na SCMP;
- Atualizar as Avaliações de Risco Profissional de todas as Unidades Operacionais da SCMP;
- Agregar os dados estatísticos relevantes e preencher o anexo D do Relatório Único com a informação da SST e Medicina do Trabalho;
- Agregar os dados estatísticos para o Relatório de Sustentabilidade;
- Atualizar toda a documentação relevante da SST para incluir no processo de Acreditação do CHKS do Hospital da Prelada
- Realizar auditorias e inspeções de SST em todas as Unidades Operacionais da SCMP, priorizando as que têm Índices de Frequência e de Gravidade maiores;
- Dinamizar as reuniões das Comissões de Segurança e Saúde no Trabalho com pontos de situação semestrais relativos à Sinistralidade;
- Realizar a consulta periódica aos colaboradores no âmbito da SST;
- Elaborar Relatório de Sinistralidade anual.
- Responder a pedidos de colaboração e de pareceres, dentro da sua área de atuação.



5.4.2. Gestão Administrativa e Património

Património

O Departamento de Gestão Administrativa e Património da SCMP possui 3 áreas distintas de ação: Património Operacional, de Rendimento e Cultural/Histórico e tem como objetivo primordial a manutenção do seu património, através de uma gestão equilibrada de recursos face às necessidades existentes.

Assim, o DGAP seguirá a metodologia dos anos anteriores de assegurar a valorização do património, num desafio constante entre o investimento necessário e a sustentabilidade da Instituição. Neste âmbito, será importante explorar novas unidades de negócio e de rentabilização do edificado sem uso.

Em paralelo, a estratégia de intervenção do património centrar-se-á no cumprimento das exigências legais, modernização, eficiência e adequação de usos de cada edifício e unidade operacional.

Na área do Património de Rendimento será garantida a gestão de obras de conservação e manutenção, ao nível do planeamento, desenvolvimento projetual e fiscalização. A importância deste trabalho reflete-se na conservação do edificado e consequente aumento da receita associado.

A SCMP dará também continuidade à metodologia de investimento em fundos comunitários e medidas de apoio existentes, disponibilizadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PPR), como forma de assegurar o desenvolvimento de novos projetos e o crescimento económico sustentado da instituição.

O Património Operacional será gerido ao nível do bem-estar e a segurança dos utentes e dos colaboradores da instituição, nomeadamente através da qualificação dos espaços nas áreas do conforto, das acessibilidades, da segurança e da melhoria do desempenho energético-ambiental.

A conservação e manutenção do Património Cultural/Histórico será assegurada, mantendo a garantia de preservação destes edifícios específicos, que pela sua elevada importância patrimonial terão de ser observados permanentemente.

O DGAP tem a responsabilidade constante no cumprimento da Missão da SCMP, mantendo sempre o rigor e a transparência nas suas diretrizes e ações. Este desígnio visa alcançar as metas de excelência a que a Instituição se propõe.

Gestão Logística e Central de Compras

Apesar de a inflação continuar a baixar, a incerteza face à guerra na Ucrânia é um fator a ter em conta, já que não se prevê o fim do conflito para breve e os preços, sobretudo os dos produtos alimentares, podem pressionar os restantes a inflarem a tendência decrescente da inflação. Por outro lado, a guerra e as tensões crescentes, no Médio Oriente, bem como as eleições nos EUA, fazem prever um ano de 2025 desafiante.

Assim, no nosso entender, manter-se-á a tendência para que os preços se fixem por períodos cada vez mais curtos, e os prazos de pagamento continuem a encurtar. Deste modo, continuará a haver a necessidade de ser célere na decisão de comprar e bastante assertivo nas escolhas realizadas.

A Central de Compras manterá o seu foco em atividades que permitam realizar as compras necessárias à SCMP no mais curto espaço de tempo possível, garantido os melhor rácio qualidade-preço, entrega célere e obtendo prazos de pagamento que sejam adequados à estratégia da SCMP.

Por outro lado, a Sustentabilidade deixou de ser uma tendência, sendo agora um objetivo real e imperativo para as empresas. É expectável que em 2025 sejam adotados critérios de sustentabilidade, se não em todos, na maioria dos procedimentos de compras, para que dessa forma a SCMP esteja em consonância com as normas e estratégias europeias traçadas para este fim.

Gestão Administrativa

A área da Gestão Administrativa vai apostar e dar continuidade à implementação de novas soluções informáticas, robustas, devidamente desenvolvidas e capazes de serem perfeitamente integradas nas aplicações existentes.

Durante o ano prevê-se, novamente, efetuar no Cemitério Privativo um levantamento dos jazigos que se encontram abandonados, com o objetivo de dar início ao processo para reclamação por parte dos respetivos concessionários. Caso essa reclamação não aconteça, os jazigos ficam disponíveis para a SCMP voltar a concessionar.

5.4.3. Auditoria Interna

Âmbito e finalidade

O Plano de Atividades do Gabinete de Auditoria Interna (GAI) que se propõe define as prioridades de intervenção do GAI, para o ano de 2025, em consonância com aqueles que são os objetivos da Instituição, a sua missão e as normas internas, procedimentos e diretrizes adotadas pela SCMP, planeando as ações em função da capacidade de execução do GAI, quer em tempo, quer em recursos humanos.

O presente Plano visa contribuir para o reforço do Sistema de Controlo Interno da SCMP, ajudando as diferentes Unidades Operacionais (UO), gabinetes e departamentos, no cumpri-

mento da conformidade legal, da eficiência, da eficácia e da economia nos atos de gestão da SCMP, nos seus diferentes domínios, acrescentando valor e apoiando a SCMP, na persecução dos seus objetivos e na melhoria contínua de processos. Com esta finalidade, o GAI elabora anualmente um Plano de Iniciativas de Auditoria Interna (PIAI) com as ações a desenvolver e a respetiva calendarização, aprovado pela Comissão de Auditoria.

Ações a Desenvolver e calendarização

O PIAI inclui ações contínuas e específicas, abrangendo trabalhos de garantia e consultoria. Este plano poderá ter necessidade de ser ajustado ao longo do ano, caso surjam trabalhos com um nível de prioridade superior ou com maior criticidade.

PROGRAMA CHAVE / INICIATIVA	UNIDADE/ DEPARTAMENTO	TIPO DE SERVIÇO	2025											
			T1			T2			T3			T4		
			jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Educação														
Contas correntes dos alunos	CNSE	Garantia		X	X	X								
Manual de procedimentos administrativos		Consultoria											X	X
Recursos Humanos														
Gestão de Escalas (Despacho n.º101/2021)	DRHFP	Garantia/ Seguimento					X	X						
Assédio Moral		Garantia		X	X									
Saúde														
Avaliação ao circuito de faturação das entidades subcontratadas na prestação de serviços clínicos	HP	Garantia		X	X	X								
Cumprimento dos TMRG 1as consultas		Garantia					X	X	X					
Sistemas de Informação														
Arquivo da documentação digital	DGOSI/ CP	Garantia										X	X	X
Política de atribuição de equipamento informático	DGOSI	Garantia							X	X	X			
Ações de Continuidade														
Despacho n.º17/2019	DIS/CHCF	Consultoria	X			X			X				X	
Regime Geral da Prevenção da Corrupção	SCMP	Garantia				X							X	
Avaliação do Projeto de Consultoria		Consultoria	X											

Ações de Continuidade

As ações de continuidade são aquelas realizadas anualmente, resultantes do cumprimento das competências da Auditoria Interna e de normativos legais e institucionais. Destacam-se as seguintes ações:

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)

O GAI é responsável pela execução, controle e revisão do PPR, conforme o Decreto-Lei n.º 109-E/2021. Assim, no âmbito do dever de monitorização contínua do PPR, no mês de outubro, o GAI procede à elaboração de um relatório de avaliação intercalar que contempla a avaliação das situações identificadas como comportando um risco elevado ou máximo.

Anualmente, são avaliadas todas as atividades, níveis de risco e a implementação das medidas preventivas e corretivas, cujos resultados são apresentados num relatório produzido até ao final de abril do ano seguinte.

Gestão do Canal de Denúncia da SCMP

Recai sobre o GAI a competência de gestão do canal de denúncias, sendo que no âmbito de tal atribuição, o GAI elabora, até ao termo do primeiro mês do ano seguinte, um relatório com a descrição das denúncias recebidas e o respetivo seguimento.

Projeto de Consultoria

Elaboração anual do relatório de avaliação à execução do Projeto de Consultoria, iniciado em 2021.

Estudo dos incidentes reportados pelo Departamento de Intervenção Social e eventos adversos do Centro Hospitalar Conde de Ferreira

No âmbito do Despacho n.º 17/2019 o GAI realiza, trimestralmente, um estudo com a análise em termos estatísticos das ocorrências comunicadas pelas diferentes Unidades Operacionais da dependência do Departamento de Intervenção Social e pelo Centro Hospitalar Conde de Ferreira.

Ações de formação internas

O GAI irá consolidar as temáticas do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas promovendo a realização de ações de formação que capacitem colaboradores e dirigentes para detetarem fenómenos de corrupção

e para perante eles reagirem, bem como ações que contribuam para a interiorização dos planos de prevenção ou gestão de riscos e do código de ética ou de conduta.

Formação especializada

A formação especializada é considerada essencial para o desempenho das funções do GAI, devido à abrangência das suas atribuições. Deste modo, foi desenvolvido um plano de formação abrangendo áreas como Planeamento, Finanças, *Compliance*, Controlo, Cibersegurança e Auditoria.



5.4.4. Marketing e Comunicação

O GMC – Gabinete de Marketing e Comunicação¹ tem como principal missão posicionar a marca, gerir e direcionar as ações de comunicação tendo em vista os objetivos comuns, assim como consolidar o posicionamento e reputação da instituição, dentro e fora de portas.

Objetivos abrangentes para todas as áreas de atuação da Misericórdia do Porto:

Gerais:

- União: reforçar os vínculos e o sentimento de pertença, aumentar a motivação e disseminar os objetivos institucionais e comerciais junto da comunidade interna da organização, incluindo a irmandade, os colaboradores e os voluntários;
- Notoriedade: fortalecer a projeção, o prestígio e o posicionamento da marca Misericórdia do Porto e das suas submarcas;
- Alcance: aumentar o número de visitas, interações e conexões/seguidores em todas as plataformas de comunicação da Misericórdia do Porto e das suas submarcas;
- Negócio: impulsionar as iniciativas de comercialização de bens e serviços, contribuindo para a diversificação das fontes de financiamento da organização.

Específicos:

Institucionais

- Fomentar o reconhecimento da marca Misericórdia do Porto e suas submarcas como uma referência no mercado;
- Gerir, de forma profissional e abrangente, a imagem e a comunicação da organização;
- Cimentar as relações institucionais e comerciais com os meios de comunicação social;
- Fortalecer a presença digital da marca Misericórdia do Porto e suas submarcas, adicionando dinamismo aos canais e desenvolvendo novas funcionalidades;

- Reforçar e criar valor diferenciador na marca Misericórdia do Porto e suas submarcas em relação à concorrência.

Estratégicos

- Participar na criação de novas parcerias com instituições de destaque e fortalecer o trabalho em rede;
- Elaborar e gerir campanhas internas de informação e/ou sensibilização;
- Dinamizar atividades que projetem a Misericórdia do Porto, criando abertura para novas oportunidades;
- Estabelecer parcerias com entidades externas, capazes de contribuir para a valorização da irmandade, dos colaboradores, voluntários e clientes.

Comerciais

- Potenciar a eficiência dos canais de comunicação atuais e dos que serão implementados, com o objetivo de impulsionar a venda de produtos;
- Uniformizar a imagem institucional e a comunicação das unidades operacionais, bem como as suas respostas e serviços, garantindo consistência, harmonia e diferenciação nos canais online e offline;
- Criar estratégias de marketing e comunicação para a divulgação de serviços;
- Fidelizar os clientes existentes e atrair novos nas principais áreas de atuação da organização: Ensino, Ação Social, Saúde, Cultura e Habitação;
- Planear e coordenar eventos externos, seguindo o conceito de chave-na-mão;
- Elaborar e criar estratégias de conteúdos;
- Criar valor diferenciador nos serviços da organização;
- Desenvolver campanhas de marketing direcionadas;

¹A sua ação não considera a Área da Saúde:

- O Hospital da Prelada desde o dia 01.09.2022 dispõe de uma estrutura funcional autónoma (residente) na área do Marketing e Comunicação.
- O Centro Hospitalar Conde de Ferreira desde o dia 01.02.2024 autonomizou-se na área do Marketing e Comunicação, tendo externalizado serviços.

- Criar e gerir suportes de comunicação nas áreas de design gráfico, multimédia e digital, adaptando a mensagem aos diferentes públicos e canais;

- Contribuir para o desenvolvimento de novos produtos ou ajustar os existentes nas áreas em que atuam;

- Ampliar os fluxos de divulgação e comunicação através da segmentação e hipersegmentação dos conteúdos.

Comunicamos e estabelecemos pontes de contacto com todos os nossos públicos através dos canais físicos e digitais.

As nossas principais ferramentas:

1. Meios digitais

1.1. Email Marketing

1.2. Gestão de Redes Sociais:

- Facebook: Misericórdia do Porto | MMIPO | Residências Universitárias
- LinkedIn Corporate: | Misericórdia do Porto
- LinkedIn Perfil: Misericórdia do Porto | MMIPO
- YouTube: Misericórdia do Porto | MMIPO
- Instagram: Misericórdia do Porto | MMIPO | Residências Universitárias
- X: Misericórdia do Porto

1.3. Gestão de Sites:

- Misericórdia do Porto
- MMIPO
- Colégio de Nossa Senhora da Esperança
- Portal do Colaborador

1.4. Edição de Newsletter semanal

1.5. Produção e edição de conteúdos digitais

1.6. Produção de vídeos

1.7. Gestão da TV Corporativa

2. Meios impressos

2.1. Documentos estratégicos:

- Plano de Atividades e Orçamento
- Relatório de Gestão e Contas
- Relatório de Sustentabilidade

2.2. Publicações:

- Revistas
- Livros

2.3. Brochuras

2.4. Manuais

2.5. Regulamentos

2.6. Certificados

2.7. Postais

2.8. Convites

2.9. Sinalética

2.10. Folhetos

2.11. Inquéritos

2.12. Cartazes

2.13. Flyers

2.14. Cartões ID

2.15. Entre outras opções, conforme as necessidades

3. Planeamento e gestão de eventos

3.1. Encontro de Quadros da Misericórdia do Porto

3.2. Eleições de Órgãos Sociais

3.3. Tomadas de Posse

3.4. Assembleias Gerais da Misericórdia do Porto

3.5. Drive Thru Natalício da Misericórdia do Porto

3.6. Efemérides institucionais:

- 29 JAN Dia D. Lopo d'Almeida
- MAR ou ABR Páscoa
- 14 MAR Aniversário da Misericórdia do Porto
- 2.º domingo MAI Dia de Nossa Senhora da Misericórdia
- 11 JUN Aniversário da Morte do Benfeitor Barão de Nova Sintra
- 15 JUL Aniversário do MMIPO
- 02 NOV Missa dos Fiéis Defuntos
- DEZ Natal na Misericórdia do Porto

3.7. Eventos internos e externos:

- Homenagens
- Visitas institucionais
- Apresentações
- Jornadas
- Entregas de prémios
- Exposições
- Lançamento de livros
- Workshops
- Concertos
- Simpósios
- Congressos
- Palestras
- Espetáculos
- Conferências
- Eventos desportivos

3.8. Protocolo

4. Gestão da Comunicação Social

- Assessoria de Imprensa
- Press Releases
- Publicidade
- Branded content

5. Serviço de Apoio ao Cliente

O SAC – Serviço de Apoio ao Cliente, com atividade assegurada e supervisionada por elementos da equipa do GMC, ainda que a sua ação seja independente a este gabinete, reforçará os objetivos de atração e fidelização dos clientes da Misericórdia do Porto. Através do Consultor do Cliente, continuaremos a disponibilizar apoio e acompanhamento aos clientes, tanto os particulares como os sociais e seus familiares. Nas situações de crise, o SAC atuará de forma contínua para assegurar os elevados níveis de satisfação e eficácia.

6. Manual de comunicação

Em todas as fases de implementação do Manual de Comunicação, o GMC continuará a direcionar a mensagem, a conduzir a narrativa, a criar laços com os diferentes públicos, a avaliar o impacto e eficácia das diversas ações, fazendo ajustes e otimizações sempre que necessário.



5.4.5. Contabilidade e Finanças

Estrutura Organizacional



As 6 áreas de operação do Departamento propõem-se a consolidar os processos e metodologias adotadas nos últimos anos.

Todos os procedimentos e processos estão elaborados e desenhados, mantendo-se a obrigatoriedade de revisão contínua face às necessidades de ajustamento decorrentes da evolução operacional do Departamento e da SCMP.

Contabilidade e Fiscalidade



Políticas contabilísticas e fiscais - uniformes e transversais

A área de **Contabilidade e Fiscalidade** tem como missão estratégica e operacional adotar princípios e políticas contabilísticas/fiscais uniformes e transversais, assegurando, sempre, o cumprimento das normativas nacionais e internacionais.

Os princípios da consistência, comparabilidade, continuidade e prudência, bem como, da especialização de gastos e rendimentos, reconhecendo-os no exercício a que se referem, são premissas presentes no quotidiano operacional desta área.

Tesouraria



Otimização de recursos financeiros

A área da **Tesouraria** procura a otimização de recursos financeiros, numa abrangência universal dentro da SCMP.

Compete-lhe a gestão dos meios monetários através da monitorização e controlo das contas bancárias e caixas.

Face aos *inputs* internos do departamento assume a responsabilidade da elaboração do plano mensal de tesouraria, bem como, do acompanhamento e a apuramento dos desvios.

A execução da tarefa de pagamentos a fornecedores, prestadores de serviços, pessoal e impostos está concentrada nesta área.

Contas a Pagar



Processamento de faturas e pagamentos

A cargo da área de **Contas a Pagar**, a tarefa de processamento de faturas e respetivo pagamento concentra toda a contabilização de gastos e investimentos da Instituição.

No que concerne à contabilização propriamente dita, a mesma obedece aos critérios e princípios contabilísticos definidos.

A diversidade de atividade operacional da SCMP obriga a uma atenção especial sobre o cumprimento das obrigações fiscais.

Os pagamentos a fornecedores e outros prestadores de serviços é efetuado semanalmente procurando cumprir os prazos acordados.

Faturação



Emissão de faturas a clientes, utentes e outros devedores

Cabe à **Faturação** a emissão de faturas de acordo com as diversas solicitações dos Centros e Resultados da SCMP e, num perfil mais rotineiro, dar cumprimento aos acordos e protocolos estabelecidos com terceiros.

Esta operação, em ambiente *Back Office*, é transversal a todo o negócio da Instituição, atuando com maior relevo nas áreas da Saúde, Social e Património de Rendimento.

No âmbito dos desafios subjacentes à consolidação do ambiente digital a todos níveis, tema que está em curso e em que toda a SCMP está envolvida, apontamos para a transformação operativa quanto à emissão de faturas com assinatura eletrónica, desmaterializando-se assim todo o processo atual.

Contas a Receber



Gestão e controlo da cobrança

O esforço de cobrança, a cargo das **Contas a Receber**, tem como missão acompanhar as dívidas de terceiros e, sempre que se justifica, atuar de forma direta sobre aqueles que não cumprem as datas acordadas de pagamento.

Esta atuação é feita através de contactos telefónicos, *mails* e cartas de cobrança.

Todo este processo é, na sua fase inicial, liderado por esta área. Posteriormente a ação de cobrança é desenvolvida pelo Pré-contencioso e depois pelo Contencioso.

Esta operação de cobrança é assegurada pela ferramenta CRM Salesforce que se tornou imprescindível no quotidiano operacional desta área.

Centro de Conferências de Faturas



Área de capital importância enquanto garante das validações, junto dos Centros de Negócio, da despesa contraída. A concentração da receção de faturas num único ponto privilegia a segregação de processos no que à validação de despesa diz respeito.

Esta área utiliza a ferramenta IB-Smart como repositório das faturas recebidas e para obter as respetivas validações junto dos responsáveis dos diversos Centros de Resultados.

Com vista à desmaterialização do processo de receção, conferência, validação e contabilização das faturas e documentos similares, será necessário novo desenvolvimento informático, que permita a eliminação física dos documentos e o processamento vertical de forma digital.

Ferramentas de Suporte à Operação





5.4.6. Gestão Organizacional e Sistemas de Informação

O Departamento de Gestão Organizacional e Sistemas de Informação (DGOSI) desenvolveu o seu plano de atividades com o objetivo de contribuir decisivamente para o alcance dos objetivos estratégicos delineados pela Santa Casa da Misericórdia do Porto. Sabendo que a missão do DGOSI é fortalecer a SCMP através da implementação das melhores práticas, a adoção de tecnologias inovadoras e a melhoria contínua dos processos de governança e controlo, este plano reflete um compromisso sólido com a excelência operacional e a inovação contínua, alinhando as nossas iniciativas às necessidades e expectativas da Instituição.

As palavras inovação, eficiência e integração foram as selecionadas para orientar o desenvolvimento das atividades e projetos em 2025. Além disso, internamente, o foco continuará a ser o alinhamento e o aumento do nível de maturidade das três áreas do Departamento: Controlo de Gestão (CG), Gestão do Risco e Controlo (GRC) e Sistemas de Informação (SI).

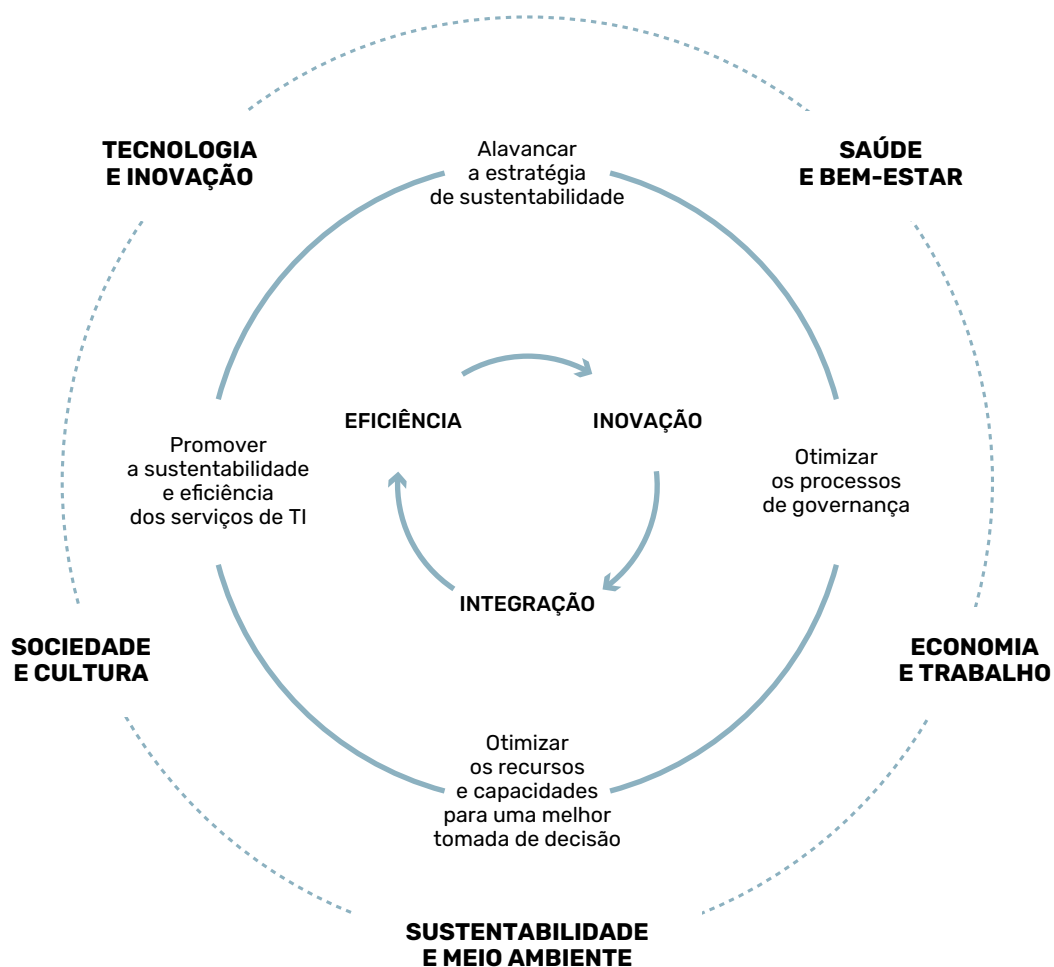
A previsão das tendências para 2025 é um desafio, mas existem áreas que mostram sinais claros de crescimento e inovação. Na dimensão da Tecnologia e Inovação, esperam-se avanços contínuos na inteligência artificial, automação e outras tecnologias emergentes, impulsionando a eficiência e a transformação digital. Na área de Saúde e Bem-Estar, há uma previsão de melhorias nos cuidados médicos, com um foco crescente na saúde mental e no bem-estar geral das populações. A dimensão da Sustentabilidade e Meio Ambiente também se destaca, com a adoção crescente de práticas ecológicas e soluções inovadoras para combater as mudanças climáticas. No campo da Economia e Trabalho, prevêm-

-se transformações significativas no mercado de trabalho devido à digitalização e por último, na Sociedade e Cultura, esperam-se mudanças nos comportamentos sociais, com uma maior valorização da diversidade cultural e da inclusão.

A materialização destes desafios será alcançada através de 4 objetivos estratégicos:

1. Alavancar a estratégia de sustentabilidade da SCMP – Desenvolver e implementar práticas e procedimentos que promovam a sustentabilidade organizacional, visando reduzir o impacto ambiental, utilizar os recursos de forma eficiente e promover a responsabilidade social;
2. Otimizar os processos de governança – Implementar mecanismos eficientes de governança, melhorar os processos de suporte à atividade, e estabelecer práticas de processos de monitorização, controlo interno e avaliação do desempenho;
3. Otimizar os recursos e capacidades para uma melhor tomada de decisão – Desenvolver processos e sistemas que permitam a recolha, análise e utilização dos dados organizacionais, de forma a gerar informação relevante para a tomada de decisões estratégicas;
4. Promover a sustentabilidade e eficiência dos serviços de TI – Implementar projetos, práticas e procedimentos que garantam a continuidade e melhoria da produtividade, a redução de custos e a otimização de recursos e processos;

A figura seguinte apresenta o modelo estratégico para 2025 – o desenvolvimento de trabalhos que visem o alcance dos objetivos estratégicos, norteados pelas principais tendências e centrados pelas palavras-chave.



Assim, a operacionalização do modelo estratégico será trabalhada através de um conjunto de iniciativas, indicadores e metas, estabelecidos pelas três áreas e cuja aplicação individual e global se apresenta nas tabelas seguintes.

Objetivos	Áreas		
	GRC	CG	SI
A. Alavancar a estratégia de sustentabilidade da SCMP	•		
B. Otimizar os processos de governança	•	•	•
C. Otimizar os recursos e capacidades para melhor tomada de decisão		•	
D. Promover a sustentabilidade e eficiência dos serviços de TI			•

Objetivos	Iniciativas	Metas
A. Alavancar a estratégia de sustentabilidade da SCMP		
A1	Desenvolver e implementar iniciativas de responsabilidade social	N.º de iniciativas implementadas
		% de redução da produção total de resíduos
A2	Implementar e/ou melhorar os programas de recolha de resíduos e respetivo tratamento	N.º de novos circuitos
		N.º de campanhas de sensibilização
		N.º de atividades de sensibilização
A3	Desenvolver e implementar iniciativas de economia circular	N.º de trabalhos de benchmarking externo
		Estabelecer parcerias externas
		N.º de iniciativas
		Estabelecer parcerias externas
A4	Promover a diversidade e inclusão	N.º de iniciativas
		N.º de campanhas de sensibilização
		N.º de atividades de integração
B. Otimizar os processos de governança		
B1	Garantir a revisão e melhoria dos processos e documentação de suporte à atividade	N.º de processos modelados e/ou revistos
		N.º de procedimentos/documentação de suporte desenvolvidos e/ou revistos
		Atualizar e/ou desenvolver os procedimentos DGOSI
B2	Estabelecer práticas e processos de monitorização, controlo interno e avaliação do desempenho	N.º de trabalhos de monitorização e/ou análise
		N.º de auditorias internas e/ou externas
B3	Melhorar o nível de maturidade da gestão de portfólio	Identificar, desenvolver e implementar um plano de ação para melhorar a maturidade da gestão de portfólio
B4	Promover a realização de ações de formação e/ou sensibilização (lecionadas pelo DGOSI)	N.º de ações de formação/sensibilização lecionadas

Objetivos		Iniciativas	Metas
B5	Promover a capacitação e desenvolvimento da equipa DGOSI	N.º de ações de formação/sensibilização	86
		N.º de questionários de avaliação TI	2
B6	Implementar medidas de avaliação de satisfação dos clientes	Aumento da taxa de resposta a questionários SI	10%
		Comunicar implementação de melhorias TI aos utilizadores	2
B7	Otimizar os instrumentos e metodologias do processo de construção orçamental	N.º de atividades a desenvolver	3
B8	Contribuir para a melhoria da qualidade da informação	N.º de atividades a desenvolver	2
C. Otimizar os recursos e capacidades para melhor tomada de decisão			
C1	Otimizar os instrumentos e metodologias do processo de construção orçamental	N.º de atividades a desenvolver	8
C2	Contribuir para a modernização dos sistemas de informação de suporte à gestão	N.º de atividades a desenvolver	3
C3	Contribuir para a melhoria da qualidade da informação	N.º de atividades a desenvolver	4
C4	Promover a elaboração de trabalhos e estudos	N.º de atividades a desenvolver	6
D. Promover a sustentabilidade e eficiência dos serviços de TI			
D1	Aumento do nível de eficiência e eficácia na prestação de serviços	Taxa de resolução na primeira linha de suporte	75%
		Redução do tempo médio na resolução de tickets	10%
D2	Avaliar e atualizar a infraestrutura TI para atender às necessidades atuais e futuras da organização	Taxa de implementação da nova infraestrutura	70%
D3	Avaliar e atualizar o parque informático para atender às necessidades atuais e futuras da organização	N.º de postos de trabalho a substituir	200
D4	Rever e otimizar as soluções aplicacionais da SCMP	Identificar, desenvolver e implementar um plano de ação	80%
D5	Promover o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica	N.º de projetos de promoção da inovação	3
D6	Promover a realização de ações de formação e/ou sensibilização na área da segurança de informação e cibersegurança	N.º de horas em ações e sensibilizações	40
		N.º de campanhas de sensibilização	10
D7	Estabelecer e/ou melhorar práticas e processos de monitorização de incidentes de segurança	% de incidentes tratados	100%
		% de redução dos incidentes de segurança	20%

O principal objetivo da equipa de Sistemas de Informação em 2025 será a modernização e otimização dos recursos tecnológicos, atuando em três dimensões: infraestruturas, parque informático e soluções aplicacionais.

Para a primeira dimensão, o objetivo será garantir uma infra-estrutura tecnológica atualizada, eficiente e segura, capaz de se adaptar às necessidades futuras. Assim, pretende-se modernizar a infra-estrutura existente, através da adoção de soluções que permitam o aumento da escalabilidade e da flexibilidade, sem comprometer o desempenho e a segurança globais.

Na dimensão do parque informático, será dada continuidade ao Projeto de Substituição de Equipamentos, que prevê a modernização dos postos de trabalho. O objetivo é substituir gradualmente os equipamentos obsoletos e de baixo desempenho para um parque moderno e atualizado, possibilitando o aumento da produtividade dos colaboradores e a eficiência das operações. Além disso, este processo de renovação vai permitir a padronização dos equipamentos, facilitando a gestão, manutenção e respetivo suporte técnico.

Por último, na dimensão dos sistemas aplicacionais será implementado um projeto de revisão e otimização das soluções existentes. Este projeto vai incluir a identificação, desenvolvimento e implementação de um plano de ação para garantir que as soluções existentes respondem efetivamente às necessidades dos seus utilizadores, considerando a otimização dos processos da SCMP.

A área do Controlo de Gestão (CG) é uma estrutura de apoio à gestão, e tem como missão coordenar a elaboração do orçamento, desenvolver instrumentos de controlo da execução orçamental, ao nível dos orçamentos de exploração, investimentos e cabimentação de aquisições, avaliar a evolução das contas, identificando desvios que comprometam os objetivos orçamentais, colaborando com os responsáveis das Unidades Operacionais no desenvolvimento de medidas que mitiguem esses desvios. São atribuições do CG coordenar a preparação do orçamento, acompanhar as contas e produzir e difundir informação da execução orçamental, implementar novos instrumentos de controlo e otimizar os existentes, disponibilizar informação pertinente e detalhada sobre a atividade da SCMP, produção de trabalhos e estudos, manter atualizado o modelo analítico das várias Unidades Operacionais da SCMP e colaborar com os responsáveis na manutenção de um modelo eficaz de custeio. Este conjunto de atividades desenvolvida regularmente pelo DGOSI-CG, implicam o desenvolvimento de um conjunto de atividade e procedimentos operacionais de carácter regular que não estão elencados neste plano.

Assim, enquadrados nos objetivos estratégicos definidos para o DGOSI, foram definidos os seguintes objetivos operacionais nos quais estão previstas atividades que não se revestem desse carácter regular, mas que são importantes para o desenvolvimento da atividade do Controlo de Gestão:

OP1: otimizar os instrumentos e metodologias do processo construção orçamental;

OP2: contribuir para a modernização dos sistemas de informação de apoio à gestão;

OP3: contribuir para a melhoria da qualidade da informação;

OP4: promover a capacitação e atualização de conhecimento e cooperação de todos os intervenientes;

OP5: promover a elaboração de trabalhos e estudos.

Otimizar os instrumentos e metodologias do processo orçamental

O processo orçamental continua a ser percecionado como complexo e com operações cujo valor acrescentado nem sempre é reconhecido. Por outro lado, os sistemas de informação estão segmentados e obrigam os utilizadores a ações redundantes e de compatibilização e validação de informação. Neste objetivo enquadra-se todo o processo de melhoria contínua das ferramentas e instrumentos utilizados no controlo de Gestão. Perspetiva-se, também, o prosseguimento da automatização de alguns processos de extração e tratamento de dados com vista à divulgação de informação financeira e da atividade, em tempo útil.

Contribuir para a modernização dos sistemas de informação de suporte à gestão

Os sistemas de informação de apoio à gestão são uma ferramenta de trabalho indispensável à atividade de controlo, sendo esta efetuada pelo próprio Controlo de Gestão, enquanto órgão de suporte, como também diretamente pelos responsáveis pelas diversas atividades desenvolvidas na SCMP. Assim, torna-se necessário manter estes sistemas modernizados, com incorporação das tecnologias de última geração, assim como efetuar a adequação às necessidades específicas da SCMP.

Contribuir para a melhoria da qualidade da informação

Com este objetivo pretende-se o aumento da confiança na informação produzida e minimização do risco de inconsistência e probabilidade de erro. A melhoria da qualidade da informação também irá permitir a redução dos tempos de tratamento e disponibilização da informação.

Promover a capacitação e atualização de conhecimento e cooperação de todos os intervenientes

Este objetivo tem bastante relevância para a qualidade do desempenho das atribuições do CG. Pretende-se criar condições que possibilitem o desenvolvimento e atualização regular de conhecimentos especializados aos seus colaboradores, em particular, mas também de todos os intervenientes no processo, num quadro de cooperação interdepartamental.

Promover a elaboração de trabalhos e estudos

Enquadram-se neste objetivo análises sobre diversos temas que possam vir a decorrer de contextos específicos com impacto na atividade da SCMP e outros de natureza mais regular.

A área da Gestão do Risco e Controlo (GRC) desenvolve a sua atividade nas seguintes áreas de conhecimento: Processos, Projetos, Risco, *Compliance*, Ambiente e Sustentabilidade, para além de apoiar na elaboração e/ou atualização de documentos institucionais, políticas e procedimentos e outros projetos de apoio à Gestão. Para o ano de 2025, o objetivo da equipa é aumentar a especialização de cada área de conhecimento, dando um passo em frente na concretização da integração do conhecimento com as necessidades estratégicas da organização e também na abertura para o exterior.

O caminho do GRC tem sido de estabilidade e consolidação, mas neste novo ano pretende-se olhar para as dimensões da sustentabilidade, diversidade e inclusão com novas ideias, novos projetos e maior nível de alcance. A dimensão da otimização de processos e governança, feito em colaboração e parceria com outras áreas, será uma prioridade.



5.4.7. Assuntos Europeus

O Gabinete de Assuntos Europeus lida com um conjunto de áreas estratégicas para a qualidade e sustentabilidade dos serviços da Misericórdia do Porto, as quais podem e devem ser otimizadas através de uma visão e gestão integrada.

Se durante o presente ano a preocupação foi a capacitação da nova equipa da Gestão da Qualidade, facilitando as condições para que esta pudesse desenvolver conhecimentos nesta área e, simultaneamente, perceber o que está implementado; para 2025 o objetivo é a integração das diferentes áreas de responsabilidade, potenciando a criação de sinergias que contribuam para uma ação mais eficiente ao nível dos diferentes desafios.

Na implementação deste objetivo, analisando as tendências recentes e as exigências dos atuais instrumentos de financiamento, a integração da avaliação de impacto revela-se como uma consequência natural, quer ao nível da gestão da qualidade, quer ao nível da gestão do ciclo do projeto, contribuindo de forma real para a implementação de um ciclo virtuoso de melhoria contínua.

Adicionalmente, e considerando a expressão que as áreas relativas às candidaturas e inerente gestão de projetos financiados já representa, urge o seu reforço em termos de recursos humanos, uma vez que a saída dos colaboradores afetos a este serviço não foi ainda alvo de substituição.

Para o próximo ano prevê-se um conjunto significativo de desafios, pelo que o grande objetivo do Gabinete de Assuntos Europeus é garantir uma equipa preparada, capacitada e coesa na sua ação e que contribua de forma efetiva para o crescimento e sucesso da Misericórdia do Porto.

Candidaturas a financiamentos

Apesar de estarem em execução um conjunto significativo de instrumentos financeiros, a economia social continua algo esquecida, uma vez que, apesar de ter necessidades idênticas aos restantes setores, nomeadamente no que se refere à reabilitação de equipamentos e à desmaterialização e descarbonização dos serviços, a realidade é que as oportunidades de financiamento a este nível têm sido escassas e/ou não adequadas às necessidades e realidade financeira deste sector.

Adicionalmente, mantém-se a tendência de prazos longos de análise, quer ao nível das candidaturas, quer durante a execução do financiamento, os quais comprometem a capacidade de implementação dos projetos, quer pela alteração de preços produzida entre a apresentação da candidatura e a aprovação dos mesmos, quer pelo esforço de tesouraria exigido, os quais comprometem os resultados e eficácia dos projetos.

No que se refere à implementação do quadro financeiro plurianual Portugal 2030, e apesar de já terem começado a aparecer alguns avisos direcionados à economia social, verifica-se que a alteração das regras registadas na sua realização, nomeadamente com o objetivo de simplificar a execução financeira e agilizar os reembolsos, retiram flexibilidade e limitam, ainda mais, a tipologia de projetos a implementar, com o consequente impacto na atividade e nos grupos mais vulneráveis.

Consciente dos desafios que este setor enfrenta e no estrito cumprimento da estratégia e orientações determinadas pela Mesa Administrativa, o Gabinete de Assuntos Europeus pretende dar continuidade à estratégia que tem vindo a ser implementada de maximização das oportunidades de financiamento e conciliação das mesmas com os interesses e necessidades da Misericórdia do Porto, com particular incidência nos seguintes instrumentos financeiros:

- *Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal 2021-2026*, o qual está a entrar na fase final de execução, existindo, ainda, a expectativa de financiamento dos equipamentos e respostas sociais;
- *Portugal 2030*, o qual prevê um conjunto significativo de investimento, nomeadamente na área da saúde, e que se espera que se adequa à realidade da economia social;
- *Horizonte Europa, Programa-Quadro de Investigação e Inovação da União Europeia*, com prioridades ao nível da saúde e envelhecimento ativo;
- *Outras oportunidades de financiamento*, decorrentes de iniciativas do setor privado e/ou do governo central e/ou local.

O Gabinete de Assuntos Europeus estará, também, atento aos resultados dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos pela Comissão Europeia, nomeadamente com a implementação do “Plano de Ação para a Economia Social” no qual foram propostas um conjunto de medidas destinadas a criar condições que permitam à economia social cumprir o seu potencial e contribuir para um crescimento justo, sustentável e inclusivo.

No âmbito desta recomendação, a Comissão está a preparar o lançamento do “Portal para a Economia Social”, um sítio Web de balcão único que permitirá às entidades da economia social aceder a informações sobre oportunidade de financiamento, formação e desenvolvimento, parcerias, eventos, entre outras, potenciando as oportunidades específicas por país e os recursos disponíveis, enquanto instrumento para o reforço das capacidades. A criação deste balcão prevê a criação de pontos de contacto locais e/ou regionais que atuem como “embaixadores da economia social” e a nomeação de coordenadores da economia social nas instituições nacionais, a fim de assegurar a coerência entre as diferentes políticas.

Assim, revela-se como importante o acompanhamento sistemático do seu desenvolvimento, uma vez que a sua eventual adoção marcará uma importante viragem na economia social e a Misericórdia do Porto, enquanto instituição de referência nesta área, terá, certamente, um papel relevante nesta viragem.



Gestão física e financeira de projetos financiados

Esta é, também, uma área eminentemente estratégica e que constitui um importante desafio do Gabinete de Assuntos Europeus, mantendo-se, como principais objetivos:

- Assegurar a conformidade dos projetos com os normativos em vigor, durante todo o ciclo de vida;
- Assegurar a racional e eficiente utilização de recursos e meios;
- Assegurar a monitorização da execução física e financeira dos projetos;
- Estabilização dos fluxos de informação, física e financeira, fundamentais para uma ação mais ágil por parte de todos os intervenientes;
- Implementar práticas de reembolso de despesas mais céleres, contribuindo para a diminuição do esforço de tesouraria;
- Monitorizar o cumprimento dos objetivos e metas contratualizadas.

O documento de suporte à gestão de projetos financiados, “Metodologia de Gestão Física e Financeira de Projetos Financiados”, desenvolvido com o objetivo de clarificar etapas e responsabilidades, tem-se vindo a deparar com um conjunto significativo de constrangimentos quer ao nível da articulação interna e externa, quer ao nível do aumento sistemático das exigências das entidades reguladoras e financiadoras.

Não tendo sido possível a sua realização em 2024, por escassez de recursos, o Gabinete de Assuntos Europeus prevê para 2025:

- Revisão da “Metodologia de Gestão Física e Financeira de Projetos Financiados”, com vista a fazer refletir as alterações verificadas ao nível da regulamentação dos mecanismos de financiamento e, simultaneamente, nos procedimentos e práticas da Misericórdia do Porto;
- Elaboração de “Relatório Final de Execução” no prazo de seis meses após a aprovação do Pedido de Saldo Final, que agregue toda a informação relevante sobre a execução física e financeira do projeto, incluindo eventuais desvios e/ou constrangimentos e possibilite a identificação de recomendações e/ou orientações sobre procedimentos e/ou práticas a manter e/ou a eliminar.

Projetos em Curso

Durante 2025 prevê-se dar continuidade à gestão dos seguintes projetos:

- *IEFP | Formação Profissional CIAD*, com o encerramento do projeto identificado internamente como POISE 019, relativo ao ciclo de formação 2022-2025.

Adicionalmente, estando em curso uma nova fase de candidatura, prevê-se a implementação de um novo ciclo de formação o qual se estenderá até 2027. O desafio de implementar dois projetos formativos em simultâneo, apesar de não ser novo, para além de representar um acréscimo de trabalho vai exigir algumas mudanças ao nível da gestão em consequência das alterações introduzidas pelo novo mecanismo de financiamento;

- *Fundação “la Caixa” – Projeto Humaniza*, no qual se prevê a existência de mudanças ao nível das Entidades Recetoras, com reflexos diretos no Convénio a estabelecer e, subseqüentemente, na gestão e otimização de recursos afetos com o objetivo de maximizar os resultados e impacto do programa;

- *Fundação “la Caixa” – Projeto Incorpora*, no qual, atualmente, o foco da gestão reside na maximização dos resultados ao nível do cumprimento dos objetivos e metas contratualizadas, uma vez que o trabalho desenvolvido tem garantido o equilíbrio financeiro necessário;

- *Fundação “la Caixa” – Projeto Reincorpora*, este novo desafio, que só terá início no final do presente ano, prevê a implementação de uma nova vertente do Projeto Incorpora especificamente destinada a pessoas em privação de liberdade. A Misericórdia do Porto foi uma das entidades selecionadas para o piloto a implementar na zona Norte e irá desenvolver o seu trabalho no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (masculino regime comum);

- *Fundação “la Caixa” – Programa Sempre Acompanhados Porto*, sendo prioritária ao nível da gestão a estabilização da equipa operacional e consolidação da implementação do programa na Freguesia do Bonfim, território de ação do piloto, e na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, território que integrou a área de ação da Misericórdia do Porto em 2024;

- *Programa Chave de Afetos*, estando prevista a conclusão dos atuais acordos financeiros com os Municípios da Maia, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia no final de 2024, é importante rever a estratégia de sustentabilidade do projeto

e renegociar novas condições à sua continuidade, as quais podem envolver a abordagem a outros municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP), alargar a abrangência de beneficiários e serviços, numa aposta consolidada na inovação e sustentabilidade;

- *Equipa de Apoio Domiciliário em Saúde Mental*, com o objetivo de criar as condições para a implementação deste serviço no CHCF. Financiado pelo PRR e com um prazo de implementação previsto até 31 de dezembro de 2024, durante 2025 será necessário encetar todas as ações de acompanhamento com vista ao eficaz encerramento e reembolso;

- *Interreg – Projeto EUTERPE_ADN*, liderado pelos Grupos de Investigação em Genética de Populações em Biomedicina e Investigação em Genética, Vacinas e Doenças Infeciosas do Instituto de Investigação Sanitária da Galiza (IDIS-Galiza), e implementado em parceria com a Casa da Música, Universidade do Minho e Associação Alzheimer de Portugal (delegação Norte), este projeto pretende estudar o efeito e impacto da música na qualidade de vida de pessoas idosas e/ou pessoas com demência, lesão cerebral ou Alzheimer;

- *ERASMUS+ – Olhares Cruzados Sobre a População Sem Abrigo na Europa*, que visa contribuir para a revisão do modelo de intervenção com pessoas em situação de sem abrigo (PSSA) e/ou em situação de risco social, com o objetivo de promover a capacitação das equipas técnicas, através de ações de mobilidade de *Job Shadowing*.

Gestão da Qualidade

Tendo assumido esta nova e importante área em 2024, coincidente com um novo ciclo de certificação para o período 2024- 2027, esta também constitui um importante desafio do Gabinete de Assuntos Europeus.

Assim, a estratégia para esta área assenta em duas premissas: dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido internamente e atender às orientações e recomendações da equipa auditora para este novo ciclo. Neste sentido, o Gabinete de Assuntos Europeus propõe-se a:

- *Manutenção do Sistema Integrado de Gestão*, dar continuidade ao trabalho que estava a ser desenvolvido com o objetivo de consolidar a abordagem, nomeadamente, no que se refere às orientações de carácter mais estratégico;

- *Rever a abordagem por processos*, com o objetivo de melhor corresponder às orientações da Norma NP EN ISO 9001

e, simultaneamente e conforme aplicável, uniformizar abordagens e procedimentos com o objetivo de flexibilizar o Sistema de Gestão da Qualidade;

- *Rever a abordagem aos resultados*, com o objetivo de otimizar a utilização dos instrumentos de apoio à operação, contribuindo para uma maior intencionalidade no planeamento e execução das atividades inerentes à prestação de serviços, melhor alinhamento interno e mais orientação para os resultados por parte das diferentes equipas;

- *Rever os sistemas de monitorização e acompanhamento*, com o objetivo de conseguir uma maior eficiência e eficácia nos sistemas, na análise e na tomada de decisão inerente;

- *Estender o Sistema de Gestão da Qualidade a outras Unidades Operacionais*, dando continuidade ao trabalho que já vinha a ser desenvolvido em articulação com a Direção do DIS, prevendo-se, numa primeira fase a integração do CIAD, aproveitando a experiência prévia neste âmbito, seguida da Casa de Santo António, para a qual foi também já desenvolvido trabalho. Posteriormente, é objetivo partilhado do GAE e do DIS a integração do Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins e da Casa da Rua D. Lopo de Almeida;

- *Auditoria Interna ao Sistema de Gestão da Qualidade*, na sequência da criação da bolsa interna de auditores da qualidade articular com o GAI a realização de uma auditoria interna às UO certificadas em cumprimento do requerido pelo referencial de certificação;

- *Acompanhar e apoiar o Sistema de Gestão da Qualidade nas UO certificadas*, garantindo a sua conformidade com o referencial de certificação e as condições inerente à realização da auditoria de acompanhamento por parte da entidade certificadora.

Avaliação de impacto na qualidade

A avaliação de Impacto na Qualidade é, cada vez mais, uma necessidade inerente ao desenvolvimento de qualquer projeto e/ou serviço, sendo que para alguns instrumentos de financiamento é um processo de cariz obrigatório.

A avaliação de impacto, para além de analisar e medir os efeitos de uma política, programa, intervenção e/ou projeto na qualidade dos serviços e/ou processos, visa entender de uma forma clara qual foi o papel desta nos resultados obtidos, independentemente da intencionalidade dos mesmos.

A avaliação de impacto pode ter várias finalidades, em função do seu propósito e das partes interessadas envolvidas, destacando-se:

- *Prestação de contas*, com o objetivo de perceber se o financiamento foi adequadamente utilizado e se produziu os resultados e impactos planeados;

- *Demonstração, divulgação e transparência do trabalho realizado*, informar as partes interessadas sobre o desenvolvimento do trabalho e a adequada utilização de recursos;

- *Instrumento de apoio à decisão*, permitindo perceber se o serviço se encontra ajustado às necessidades, identificar eventuais ações de melhoria e explorar fontes alternativas de financiamento;

- *Garantia da conformidade*, permitindo aferir a conformidade da iniciativa com os instrumentos de referência, sendo estes normativos legais e/ou requisitos específicos.

Sendo os fatores enunciados críticos para o sucesso da Misericórdia do Porto, e considerando a potencial criação de sinergias pela gestão comum das áreas de projetos financiados e qualidade, bem como a oportunidade de financiamento associada a alguns instrumentos, é intenção do GAE associar a avaliação de impacto aos serviços disponibilizados, contribuindo para uma maior otimização dos financiamentos, eficiência na utilização de recursos e eficácia dos resultados, potenciando os impactos positivos internos e externos da ação da Misericórdia do Porto.

5.4.8. Assuntos Jurídicos e Contencioso

O Plano de Atividades, e o respetivo Orçamento que o acompanha, são instrumentos essenciais da gestão do Gabinete de Assuntos Jurídicos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, e têm como principais objetivos:

- Definir uma estratégia de gestão, fixando orientações gerais de médio e curto prazo, assim como os objetivos que pretendemos atingir, bem como identificar eventuais constrangimentos na concretização dos mesmos;
- Identificar as medidas ou programas de execução, estabelecendo prioridades;
- Afetar e mobilizar recursos humanos e financeiros para o efeito.

Enquadramento Institucional

O Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso (GAJC) assegura a assessoria jurídica a todos os Órgãos Sociais, Unidades Operacionais e Departamentos que compõem a Santa Casa da Misericórdia do Porto, tratando das questões legais inerentes ao desempenho da atividade institucional e, ainda, assegura o patrocínio judicial da Instituição, perante as várias instâncias judiciais e extrajudiciais, procurando, sempre, dar uma resposta organizada, especializada, célere e rigorosa, ao aumento das solicitações, agregando o máximo de áreas de atuação possível para atingir os objetivos pretendidos.

Tendo a Instituição um vasto leque de áreas de intervenção, as especificidades de cada Unidade Operacional exigem do Gabinete um esforço para dar resposta a todas as solicitações diárias, o que se prevê que continue.

Ao GAJC compete, ao longo de todo o ano, exercer as seguintes atividades:

Iniciativas

Representação e patrocínio da Instituição em sede judicial;

Prestação de assessoria técnica-jurídica às Unidades Operacionais, Departamentos e Gabinetes e outros serviços da SCMP;

Gestão, monitorização e atualização de documentos oficiais-institucionais;

Elaboração de pareceres e informações técnico-jurídicas das atividades institucionais desenvolvidas;

Estudo, apreciação e aconselhamento aos órgãos de gestão sobre temáticas relacionadas com as atividades institucionais;

Análise, validação e elaboração de contratos, protocolos e outros documentos vinculativos;

Gestão e monitorização de documentos vinculativos;

Preparação e validação de missivas de comunicação institucionais;

Elaboração e preparação de atos notariais e de registo, designadamente, procurações, termos de autenticação e reconhecimento de assinaturas;

Análise e gestão da legalidade dos processos e procedimentos internos adotados;

Elaboração, apreciação e validação de normativos internos de regulamentação específica;

Gestão processual de cobrança judicial de dívidas e elaboração de confissões de dívida;

Apresentação de contraditório de reclamações e acompanhamento dos processos de reclamação;

Monitorização e atualização de legislação em vigor aplicável a cada área de atuação da Instituição;

Apresentação de contraditório e acompanhamento dos processos contraordenacionais;

Apoio e gestão aos Acompanhantes e Beneficiários das medidas de acompanhamento decretadas na Instituição;

Análise, elaboração e acompanhamento de processos de inquérito;

Análise, elaboração e acompanhamento de processos de disciplinares;

Apoio jurídico ao DPO e Comissão de Proteção de Dados.

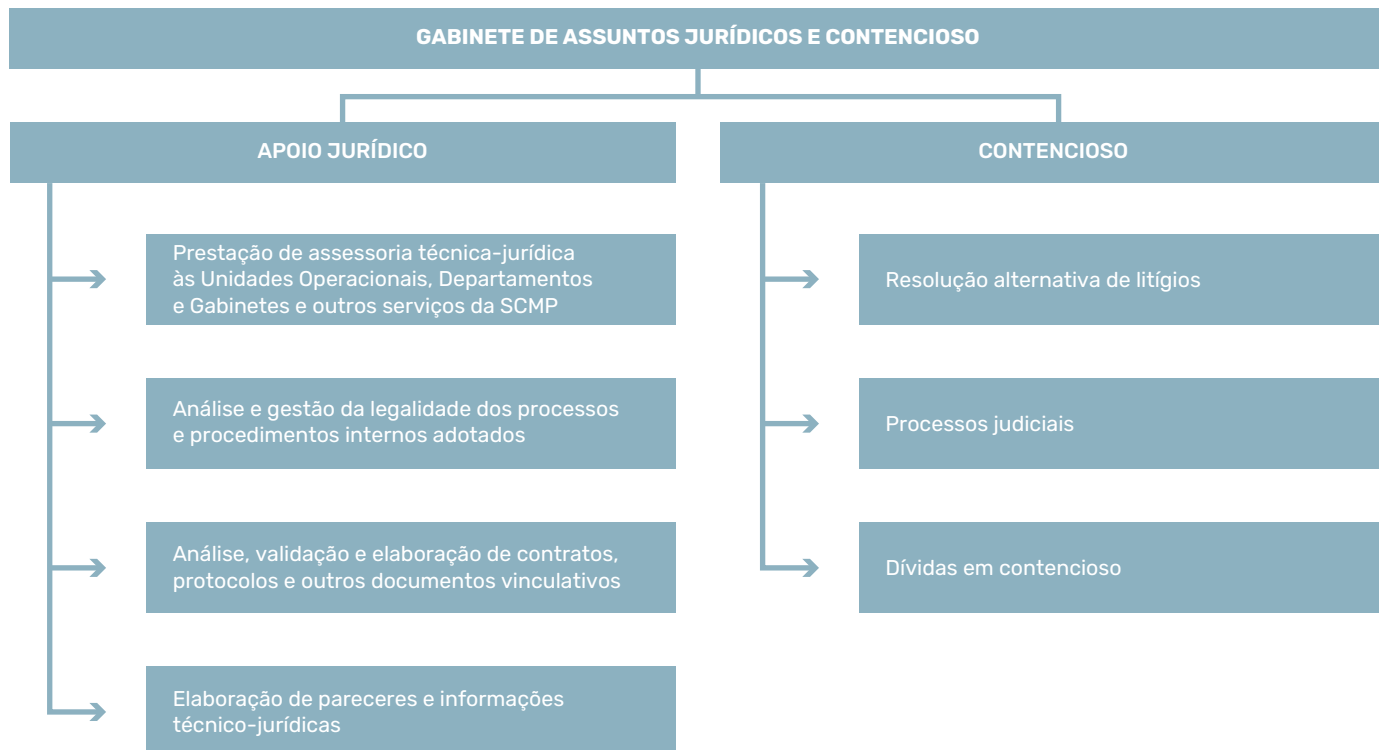
O GAJC conta, atualmente, com três colaboradoras que, embora exclusivamente afetas a este Gabinete, estão em alerta permanente de modo a dar uma resposta célere e sucinta às perguntas ou dúvidas colocadas por todas as UO.

Esta Coordenação preconiza, ainda, a transparência e otimização dos processos administrativos de forma a garantir a maior eficácia e satisfação dos clientes internos, assim como mantém o nível de comprometimento dos colaboradores,

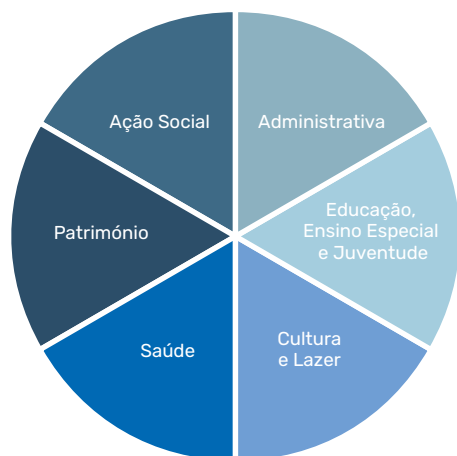
mediante ações que fomentem o espírito de equipa e envolvimento na Instituição.

Organograma

De acordo com o instituído internamente, o Gabinete de Assuntos Jurídicos encontra-se estruturado da seguinte forma:



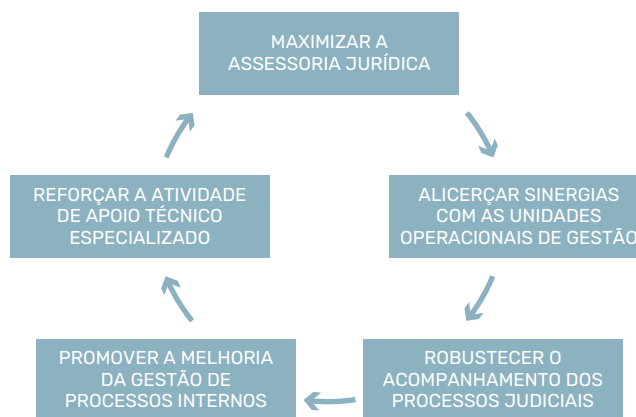
No âmbito das suas competências o GAJC presta serviços de garantia e consultoria jurídica à gestão administrativa da SCMP, conforme quadro infra:



As atividades que se preveem vêm no seguimento dos anos anteriores, realçando-se as relativas à promoção do papel fundamental do Gabinete Jurídico e Contencioso na vida da Instituição, bem como a manutenção dos programas e ações de formação e desenvolvimento dos profissionais afetos ao GAJC no que concerne às áreas de interesse da SCMP, e ações que promovam uma cultura jurídica e de aperfeiçoamento da elaboração do direito, que se mantém com prioridade no leque de atividades a desenvolver.

De referir que prevê-se que exista um aumento no fluxo das atividades do GAJC, dada a complexidade e abrangência cada vez mais evidenciada da Instituição na sua atuação, pelo que os trabalhos em desenvolvimento, e os que ainda se iniciarão, repercutir-se-ão num maior esforço e empenho por parte dos colaboradores.

De forma a cumprir o seu propósito e a estratégia planeada para o ano de 2025, o Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso definiu **cinco objetivos estratégicos**:



Objetivo 1: Maximizar a Assessoria Jurídica prestada às UO

Os processos que estão sob gestão do GAJC têm, como objeto principal, a consultoria jurídica, aos vários órgãos, unidades operacionais e departamentos da SCMP e que, em regra, culminam com a emissão de parecer jurídico.

Contudo, a atividade do GAJC não se esgota com esta intervenção, tendo especial expressão nos processos internos, em áreas operacionais particularmente relevantes e críticas para a SCMP.



O acompanhamento que se pretende fazer desta atividade passa por gerir a capacidade de resposta aos assuntos dentro das prioridades definidas e dos prazos estabelecidos.

Objetivo 2: Alicerçar sinergias com as Unidades Operacionais de gestão

Num mundo em constante evolução, quer ao nível digital, quer ao nível estratégico e intelectual, cada vez mais se torna prioritária a complementaridade das mais vastas áreas de intervenção para a multidisciplinariedade dos grupos de trabalho afetos a determinadas áreas e projetos.

Nessa medida, é intenção do GAJC promover o esforço coordenado de vários profissionais na realização de trabalhos em equipas multidisciplinares, contribuindo para uma melhoria de toda a atividade institucional.

Objetivo 3: Robustecer o acompanhamento dos processos judiciais

A atividade judicial centra-se no exercício do patrocínio judicial e assistência jurídica aos processos de contencioso.

É uma atividade sujeita ao cumprimento de prazos processuais rigorosos, seja em função do tipo de processo judicial em causa, seja em função da fase processual em que o mesmo se encontra, sendo que o incumprimento dos prazos processuais poderá implicar responsabilidade para a Instituição, nomeadamente de natureza financeira.

No contexto da gestão dos processos de contencioso, e em consonância com as melhorias implementadas nos anos antecedentes, pretende-se dar continuidade à excelente articulação com os Departamentos e Unidades Operacionais, no planeamento estratégico a adotar nos processos judiciais, bem como uma melhoria na gestão, monitorização e atualização dos mesmos.

É intenção do GAJC, promover o encerramento de muitos processos de dívida em contencioso iniciados no ano transato, quer por via da recuperação total, quer por decisão de arquivamento, mediante o reconhecimento da incobrança dos respetivos débitos.

Prevê-se, de igual modo, a promoção e instauração de novas execuções para todos os processos de recuperação de verbas que se mostrarem em aberto, para cobrança coerciva dos respetivos valores.

Objetivo 4: Promover a melhoria da gestão de processos internos

Naturalmente, tendo a Instituição um vasto leque de áreas de intervenção, as solicitações diárias são cada vez mais específicas, mais complexas, em maior número, constatando-se, muitas das vezes, pedidos/pareceres urgentes, em matérias que implicam um maior estudo e dedicação de tempo a essas questões.

Daí resulta um imenso volume de trabalho diário, que implica reajustes sistemáticos da gestão de prioridades de toda a equipa, para uma resposta em tempo útil, bem como a necessidade de efetuarmos um reforço dos critérios de definição de gestão de prioridades dos assuntos remetidos ao GAJC.

Nesta medida, pretende-se promover ativamente a implementação de processos para a definição de critérios mais exigentes e de maior responsabilização por parte das Unidades Operacionais e Departamentos, no envio de determinados assuntos a submeter para avaliação, contribuindo assim, para a redução de incidentes processuais e/ou incumprimento. De igual modo, promover, dando a conhecer às Unidades Operacionais, os procedimentos internos já implementados, reforçando a cooperação institucional.

Objetivo 5: Reforçar a atividade de apoio técnico especializado

Compete ao GAJC assegurar, todos os direitos e obrigações da SCMP, promovendo a articulação com os parceiros externos por forma a acompanhar o desenvolvimento dos tempos e de todos projetos institucionais.

É, pois, essencial reforçar a atividade do GAJC e dos seus colaboradores, num apoio técnico mais especializado e competente face às constantes mudanças do ordenamento jurídico português e internacional.

Neste contexto, cumpre ao GAJC, no âmbito das suas competências, assegurar e promover, em estreita colaboração com as demais UO, a atualização e melhoria dos processos e contratos nas mais variadas áreas de intervenção da Instituição.

5.4.9. Data Protection Officer

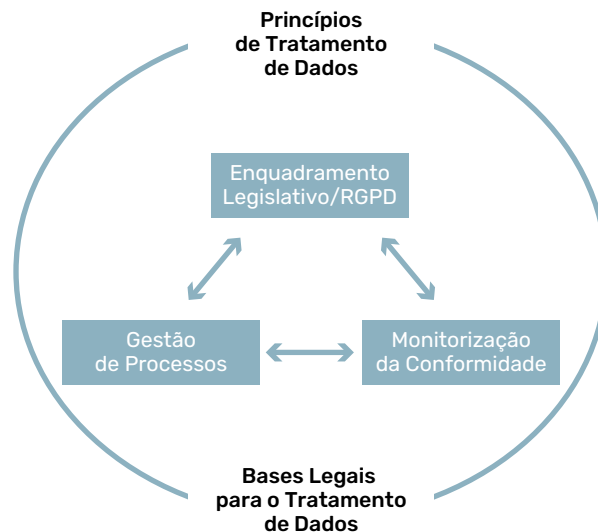
O Gabinete do DPO tem a missão de informar e aconselhar sobre as obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados, monitorizando a aplicabilidade da Política de Proteção de Dados incrementada na Santa Casa da Misericórdia do Porto, pretendendo sempre, consolidar uma cultura de Proteção de Dados, através de meios como a sensibilização/formação, adequação e divulgação de Políticas, emissão de pareceres ou orientações e aconselhamento na Avaliação e Tratamento do Risco.

Pretende, de igual forma, assegurar que todos os titulares de dados tenham conhecimento da forma como os seus dados são tratados e quais os direitos que lhes assistem nesta matéria, recorrendo a uma comunicação estratégica com esse objetivo e a novas ferramentas digitais, promovendo a transparência, confiança e credibilidade da Instituição, no quadro das atribuições que são legalmente cometidas.

Para atingir os objetivos a que se propõe, o quadro de pessoal destacado para o Gabinete do DPO está em constante atualização, promovendo o aumento de conhecimentos técnicos, capacidade de atuação e competências em diversas áreas do conhecimento, atuando num tema cada vez mais exigente.

O DPO prossegue as competências definidas no RGPD (artigo 39.º), sublinhando a relevância na defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Modelo de Governança da proteção de dados



Estrutura Organizacional

Desde a sua criação, tem havido um esforço de consolidação do modelo de atuação do Gabinete do DPO, que se desenvolve em três planos:



• Enquadramento Legislativo/RGPD

O carácter multivalente da SCMP implica que a sua atividade se desdobre em diversas áreas de negócio, sendo necessário o tratamento de diversos tipos de dados pessoais, nomeadamente os pertencentes às categorias especiais de dados (dados sensíveis), tais como os dados de saúde ou dados biométricos.

Uma tal abrangência no tratamento de dados pessoais implica o conhecimento de uma diversidade de diplomas legais, nacionais e internacionais, para além do RGPD e da Lei de Execução n.º 58/2019, tais como o Regulamento Arquivístico para os Hospitais, a Lei de Saúde Mental ou a Lei de Acesso a Informação de Saúde, entre muitos outros.

As relações contratuais com fornecedores e parceiros são analisadas em conformidade com a legislação de Proteção de Dados em vigor. Com esse fim, o Gabinete do DPO elabora Acordos de Subcontratante ou de Responsabilidade Conjunta, caso se tratem de contratos de Prestação de Serviços ou Acordos de Parceria, respetivamente.

• Gestão de Processos

O RGPD estabelece um conjunto de direitos que assistem ao Titular dos Dados Pessoais, nomeadamente os direitos ARCO (acesso, retificação, cancelamento e oposição), bem como de obrigações do Responsável pelo Tratamento e Subcontratantes, tais como o Registo de Atividades de Tratamento ou as Avaliações de Impacto sobre Proteção de Dados.

Com o objetivo de garantir o exercício dos direitos dos Titulares dos dados e o cumprimento das obrigações do Responsável pelo Tratamento e Subcontratantes, foi desenhado um conjunto de processos, cuja gestão cabe ao Gabinete do DPO.

• Monitorização da Conformidade

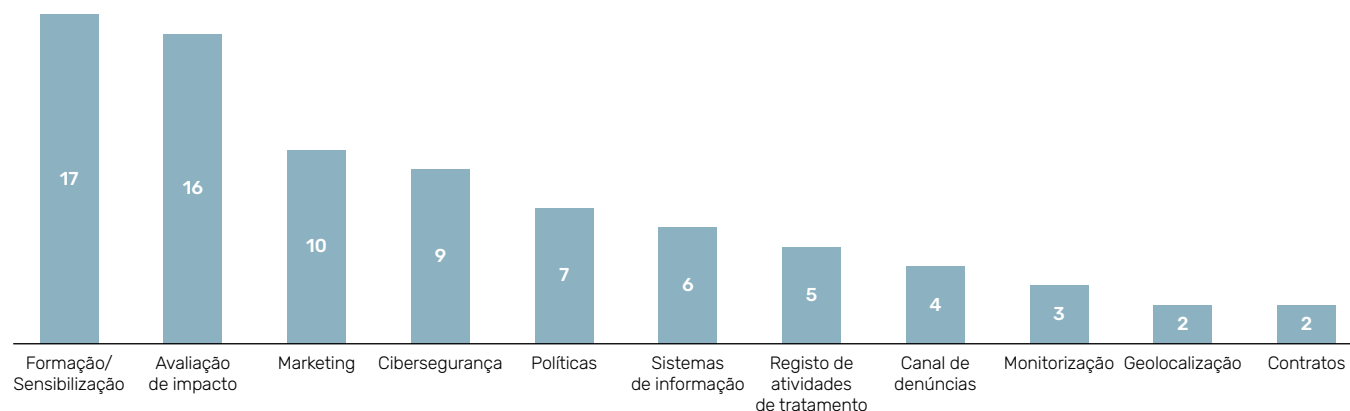
Para assegurar o cumprimento do Princípio da Responsabilidade (*accountability*), segundo o qual o Responsável pelo Tratamento tem de cumprir com o RGPD e poder comprová-lo, o DPO, no âmbito das suas funções, solicita a realização de auditorias internas de Proteção de Dados, o que permite reunir um conjunto de evidências e tomar medidas corretivas, no sentido de alinhar a Instituição em conformidade com o RGPD.

O mesmo acontece com as AIPD, que devem ter o parecer e o controle do DPO.

Por outro lado, o DPO pode monitorizar a conformidade nas várias UO, através da presença *in loco* de membros da sua equipa, que podem aconselhar e/ou corrigir as práticas de Tratamento de Dados Pessoais, de acordo com a legislação em vigor.

O DPO pode ainda recorrer à Comissão de Segurança, Risco e Proteção de Dados, que funciona como órgão consultivo e tem a virtude de poder reunir diferentes sensibilidades e abordagens sobre a temática da Proteção de Dados, nomeadamente na perspetiva Jurídica, de Recursos Humanos, Tecnologias de Informação, Saúde e outras.

Assuntos debatidos na Comissão de Segurança, Risco e Proteção de Dados





Objetivos Estratégicos:

O Plano de Atividades assenta nos seguintes três objetivos estratégicos:

1. Contribuir para o esforço da proteção de dados pessoais dos utentes, colaboradores e prestadores de serviço, assegurando uma maior divulgação ao público da missão da SCMP e dos direitos dos titulares dos dados, continuando a elevar a ação da Comissão de Segurança, Risco e Proteção de Dados e do Gabinete do DPO, como elementos estruturantes da confiança dos titulares dos dados, com recurso a uma comunicação estratégica e a novas ferramentas digitais;
2. Assegurar uma maior capacidade de observação estratégica dos riscos e oportunidades, provenientes da aceleração da inovação tecnológica e pela segurança;
3. Reforçar a regulação do tratamento de dados pessoais na SCMP, promovendo uma cultura de diálogo, transparência e partilha de informação e conhecimento, indispensáveis à prossecução da atividade do Gabinete do DPO, com respeito pela independência, autonomia e isenção inerentes à função do DPO.

Medidas a Operacionalizar para Concretização dos Objetivos

1. Dar continuidade às ações de sensibilização para o universo da SCMP;
2. Prosseguir com as ações de formação presencial no âmbito do RGPD/Proteção de Dados;
3. Criar nos sites da SCMP novos canais para agilizar procedimentos, tais como:
 - Pedidos de acesso a informação de saúde;
 - Pedidos de autorização/submissão de propostas, para a realização de estudos académicos/investigação científica;
4. Acompanhar matérias específicas, tais como o Regime Jurídico Europeu para a Inteligência Artificial e Tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Teletrabalho;
5. Criar sistema de monitorização da conformidade na SCMP, com vista à produção de relatório de conformidade;
6. Disponibilizar aos SRC-Managers documentação de apoio no âmbito dos processos DPO.

5.5. Referências Finais

O Plano de Atividades e o Orçamento propostos para 2025 pretendem de uma forma exaustiva evidenciar os desafios que são visíveis para a Santa Casa da Misericórdia do Porto, num ano cuja expectativa esperamos que seja positiva.

Pretendemos aprender com o sucesso da nossa comunidade para se poder responder aos desafios do Estado Social e de bem-estar.

Gostávamos de agradecer a todos os nossos colaboradores porque são a peça decisiva e invisível que permite que estas propostas se concretizem.

Aos Irmãos e Irmãs da Santa Casa porque o seu apoio significa também a sua confiança e empenho nestes resultados.

Às entidades públicas e privadas que conosco colaboram e às demais instituições do setor social uma palavra de simpatia pelo espírito de cooperação.

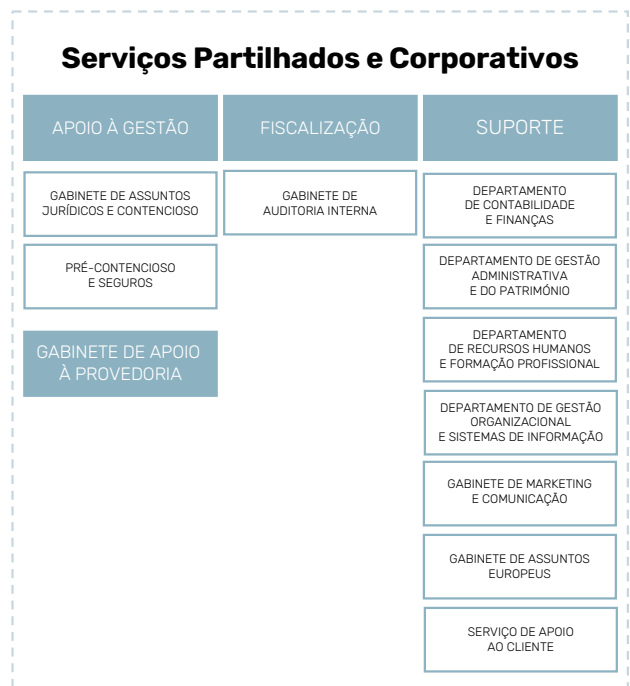
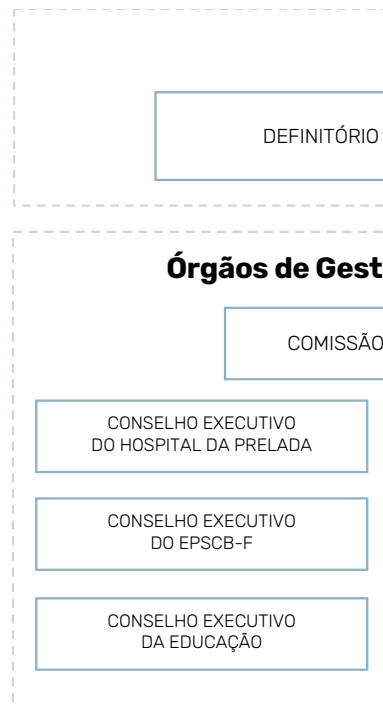
Aos organismos da Administração Pública e aos seus dirigentes o agradecimento do vosso empenho.

Ao Bispo do Porto uma palavra amiga pelo conforto e apoio nas nossas decisões.

No final deste ciclo de governo, a Mesa Administrativa não pode deixar de agradecer a todos os demais órgãos sociais pelo seu suporte institucional.



06 Organograma Geral



Corpos Gerentes

MESA ADMINISTRATIVA

ASSEMBLEIA-GERAL

Gestão Estratégica

EXECUTIVA

CONSELHO EXECUTIVO
ARTES E CULTURA

CONSELHO EXECUTIVO
SOCIAL

CONSELHO EXECUTIVO
DO CHCF

Órgãos de Acompanhamento e Apoio à Gestão Estratégica

COMISSÃO DE ÉTICA

COMISSÃO DE AUDITORIA

COMISSÃO DE SEGURANÇA,
RISCO E PROTEÇÃO DE DADOS

COMISSÃO DA TRANSIÇÃO
DIGITAL E MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA

COMISSÃO DE PROGRAMAS
E PROJETOS

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
PRELIMINAR DE DECISÕES DE
INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

Unidades Operacionais

ARTES E CULTURA	CULTO	PATRIMÓNIO	EDUCAÇÃO	MULHER	SAÚDE	SOCIAL, ENVELHECIMENTO E JUVENTUDE
MUSEU DA MISERICÓRDIA DO PORTO - CONDE DE SAMODÃES	GABINETE RELIGIOSO E DE CULTO	PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO	COLÉGIO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	CASA DE SANTO ANTÓNIO	CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA	DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL
CENTRO CULTURAL D. FRANCISCO DE NORONHA - CASA DA PRELADA	IGREJA PRIVATIVA	RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS			HOSPITAL DA PRELADA	UNISA
BIBLIOTECA DO CHCF	CEMITÉRIO PRIVATIVO	PATRIMÓNIO OPERACIONAL				ERPI NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA
ARQUIVO INTERMÉDIO	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	PATRIMÓNIO SOCIAL				ERPI PEREIRA DE LIMA
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA	AMBIENTE	DEFICIÊNCIA E ENSINO ESPECIAL	EMPREGO PROTEGIDO	JUSTIÇA		ERPI SÃO LÁZARO
QUINTA D'ALVA	PARQUE DA PRELADA	CENTRO INTEGRADO DE APOIO À DEFICIÊNCIA	CENTRO PROFESSOR ALBUQUERQUE E CASTRO	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SANTA CRUZ DO BISPO - FEMININO		SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
	PARQUE AVIDES MOREIRA		ARTES GRÁFICAS E SERVIÇOS DE IMPRENSA			CASA DA RUA - D. LOPO DE ALMEIDA
						CAS D. MANUEL MARTINS
						BARÃO DE NOVA SINTRA - FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO

07 Orçamento

Output macro | Orçamento 2025

Exploração

Rendimentos Operacionais: **70,53 M€**

Gastos Operacionais: **71,04 M€**

EBITDA: **3,01 M€**

Resultado Líquido: **-0.51 M€**

Investimento

Edifícios e Outras Construções : **6,35 M€**

Equipamento Básico: **1,13 M€**

Equipamento Administrativo: **0,45 M€**

Outros: **0,45 M€**

Sujeito à disponibilidade de fundos próprios e/ou financiamento externo.



Notas Interpretativas

Modelo Analítico:

O Orçamento para 2025 apresenta um modelo analítico assente em 11 Áreas de Exploração, a saber:

Saúde | Património de Rendimento | Social | Juventude | Artes e Cultura | Ensino Especial | Educação | Ambiente | Agricultura | Justiça | Projetos Especiais

Nestas Áreas de Exploração enquadram-se diversos Centros de Resultados agrupados pela natureza da sua atividade:

Saúde: **Hospital da Prelada | Centro Hospitalar Conde Ferreira**

Património de Rendimento: **Complexos | Residências | Outros imóveis na Zona do Porto | Imóveis de Concelhos Fora do Porto | Parque de Estacionamento**

Social: **ERPI's | Casa Rua | C. S. António | CAS DMM | SAD | DIS | UNISA (Serviço de Saúde) | Apartamentos Partilhados | SAASI**

Juventude: **Acolhimento Familiar**

Artes e Cultura: **Museu | Casa da Prelada | Gabinete Religioso e Culto | Centro de Restauro**

Ensino Especial: **Centro Integrado Apoio à Deficiência | Centro Prof. Albuquerque e Castro**

Educação: **Colégio N. Senhora da Esperança**

Ambiente: **Parque Avides Moreira | Parque da Prelada**

Agricultura: **Quinta D'Alva**

Justiça: **Estabelecimento Prisional S.C. Bispo - Feminino**

Projetos Especiais: **Humaniza | Incorpora | Chave de Afetos | Sempre Acompanhados Porto | POISE | EUTERPE | Reincorpora | ERASMUS-PSSA**

Estas Áreas de Exploração/Centro de Resultados (AE/CR) suportam parte da sua atividade nos **Serviços Partilhados e Corporativos da SCMP (SPeC)** que oferecem serviços especializados transversais a toda a operação, a saber:

Contabilidade e Finanças | Recursos Humanos | Gestão Administrativa e Patrimonial | Gestão Organizacional e Sistemas de Informação (Controlo de Gestão - Compliance - Gestão de Projetos e Risco - Ambiente e Sustentabilidade - Tecnologias de Informação) | Auditoria Interna | Jurídico e Contencioso | Qualidade | Institucionais e Estrutura.

Na leitura das Demonstrações dos Resultados numa ótica analítica compete às AE/CR apresentarem os seus resultados económicos e financeiros assentes numa lógica de contabilização direta da sua operação aos quais terão, obviamente, de acrescer os serviços partilhados e corporativos atrás referidos.

Esta Imputação de gastos e rendimentos dos SPeC pelas AE/CR das unidades operacionais da SCMP tem sido prática nos últimos exercícios (2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024).

O Orçamento de 2025 mantém essa regra atendendo aos princípios da comparabilidade, consistência e coerência.

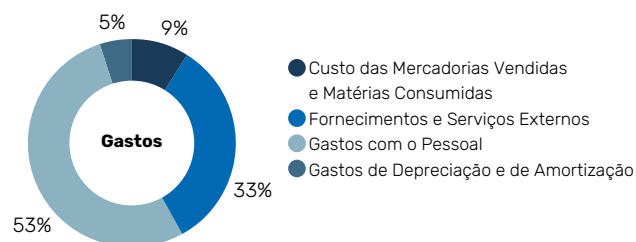
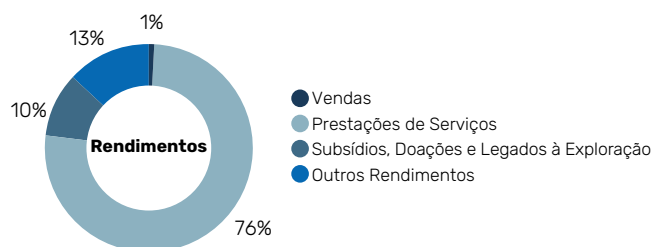
Numa perspetiva de melhorar a cada ano a apresentação das Demonstrações dos Resultados optou-se, em 2019, pela referida imputação em rubrica autónoma da conta **Fornecimentos e Serviços Externos**, evidenciando assim o cariz de serviço prestado. Este procedimento mantém-se em 2025.

Assim, na análise dos mapas apresentados a seguir deve-se ter em conta que o resultado por **Área de Exploração** contém as respetivas **imputações**. Contudo, foi incluída neste documento uma Demonstração de Resultados Consolidada por Natureza (considerando os SPeC como mais uma área de exploração) para uma melhor perceção da evolução por rubrica de gastos e rendimentos.

O mapa referente às demonstrações dos resultados dos SPeC é meramente informativo e apresenta a distribuição da referida imputação pelas diferentes Áreas de Exploração.

Consolidado Por natureza de gastos e rendimentos	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	60 968 982 €	62 038 675 €	65 812 578 €	70 532 896 €
Vendas	535 215 €	685 425 €	611 569 €	656 890 €
Prestações de Serviços	44 965 802 €	45 902 590 €	50 181 834 €	53 423 499 €
Variação nos Inventários da Produção	-6 420 €	-5 285 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	188 962 €	180 046 €	165 072 €	211 376 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	7 089 636 €	7 259 734 €	6 807 948 €	7 361 135 €
Reversões	559 616 €	101 464 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	40 547 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	7 618 716 €	7 819 897 €	8 029 413 €	8 864 566 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	17 453 €	54 257 €	16 742 €	15 430 €
GASTOS	-64 457 092 €	-64 456 187 €	-67 069 769 €	-71 044 462 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-5 956 891 €	-5 861 932 €	-6 212 507 €	-6 499 811 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-19 461 259 €	-19 555 874 €	-21 078 648 €	-23 374 692 €
Gastos com o Pessoal	-34 368 788 €	-34 048 851 €	-35 319 426 €	-37 253 982 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-3 692 420 €	-3 475 788 €	-3 677 435 €	-3 366 363 €
Perdas por Imparidade	-196 658 €	-169 045 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	-27 761 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	-415 061 €	-75 000 €	-75 000 €
Outros Gastos	-664 363 €	-640 307 €	-372 644 €	-305 537 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-88 951 €	-289 329 €	-334 109 €	-169 077 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-3 488 110 €	-2 417 512 €	-1 257 191 €	-511 566 €

Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025

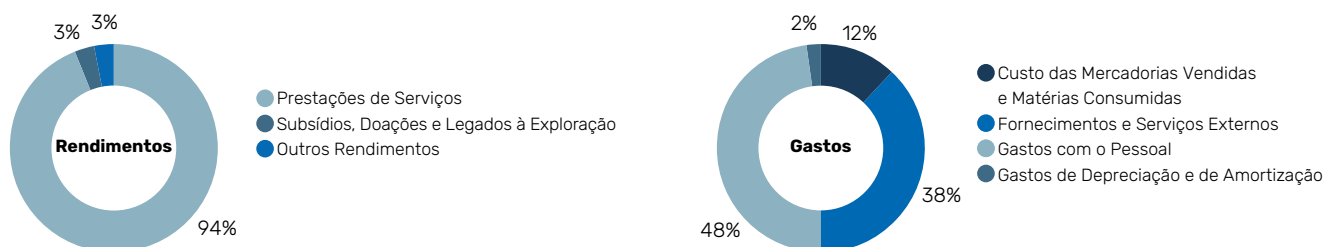


Saúde*	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	42 123 873 €	42 197 466 €	45 510 573 €	48 269 258 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	38 800 871 €	39 079 140 €	42 843 324 €	45 313 811 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1 436 974 €	1 387 976 €	1 389 149 €	1 491 532 €
Reversões	285 399 €	39 393 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	1 599 667 €	1 690 958 €	1 278 100 €	1 463 915 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	962 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-43 196 527 €	-42 856 102 €	-45 079 761 €	-48 456 926 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-5 154 407 €	-5 149 504 €	-5 446 857 €	-5 708 782 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-15 066 005 €	-15 321 967 €	-16 230 064 €	-18 267 037 €
Gastos com o Pessoal	-21 378 625 €	-20 824 511 €	-21 951 334 €	-23 235 781 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-1 352 114 €	-1 174 803 €	-1 201 598 €	-1 090 729 €
Perdas por Imparidade	-12 790 €	-63 405 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-222 762 €	-314 625 €	-228 046 €	-152 649 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-9 824 €	-7 287 €	-21 862 €	-1 948 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 072 655 €	-658 636 €	430 812 €	-187 668 €

As imputações dos Serviços Partilhados e Corporativos foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (Fornecimentos e Serviços Externos)

* Hospital da Prelada | Centro Hospitalar Conde Ferreira

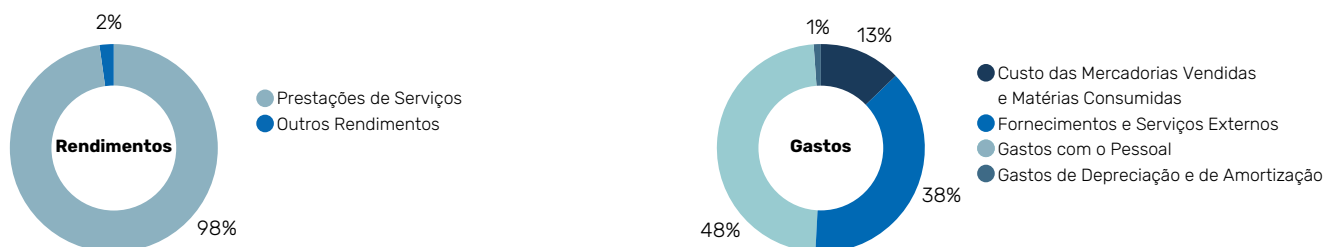
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025



Hospital da Prelada	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	35 968 412 €	34 922 083 €	38 678 001 €	40 923 074 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	34 691 285 €	34 097 933 €	37 974 591 €	40 229 564 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	13 559 €	22 407 €	5 328 €	1 510 €
Reversões	265 626 €	18 393 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	997 941 €	783 350 €	698 082 €	692 000 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-35 077 576 €	-34 959 205 €	-37 050 936 €	-40 131 752 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-4 618 947 €	-4 600 347 €	-4 926 341 €	-5 184 307 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-12 207 542 €	-12 445 178 €	-13 307 967 €	-15 151 200 €
Gastos com o Pessoal	-17 484 806 €	-17 127 550 €	-18 145 845 €	-19 231 306 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-627 644 €	-451 806 €	-463 109 €	-411 789 €
Perdas por Imparidade	-989 €	-34 711 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-128 454 €	-294 534 €	-187 748 €	-152 000 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-9 193 €	-5 079 €	-19 926 €	-1 150 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	890 836 €	-37 123 €	1 627 065 €	791 322 €

As imputações dos **Serviços Partilhados** e **Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | **Trabalhos Especializados (Fornecimentos e Serviços Externos)**

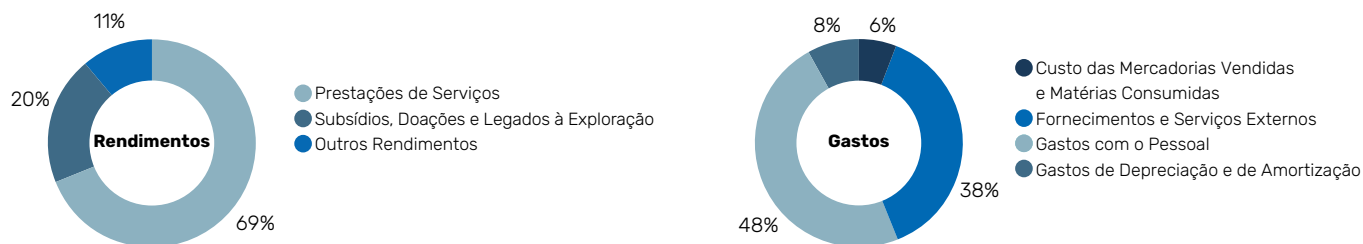
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025



Centro Hospitalar Conde Ferreira	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	6 155 461 €	7 275 384 €	6 832 572 €	7 346 184 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	4 109 586 €	4 981 207 €	4 868 733 €	5 084 247 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1 423 415 €	1 365 569 €	1 383 821 €	1 490 022 €
Reversões	19 773 €	21 000 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	601 726 €	907 608 €	580 018 €	771 915 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	962 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-8 118 951 €	-7 896 897 €	-8 028 825 €	-8 325 174 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-535 460 €	-549 157 €	-520 516 €	-524 475 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-2 858 463 €	-2 876 789 €	-2 922 097 €	-3 115 837 €
Gastos com o Pessoal	-3 893 819 €	-3 696 961 €	-3 805 489 €	-4 004 475 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-724 470 €	-722 998 €	-738 489 €	-678 940 €
Perdas por Imparidade	-11 801 €	-28 694 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-94 307 €	-20 090 €	-40 298 €	-649 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-631 €	-2 208 €	-1 936 €	-798 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 963 490 €	-621 513 €	-1 196 253 €	-978 990 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)

Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025

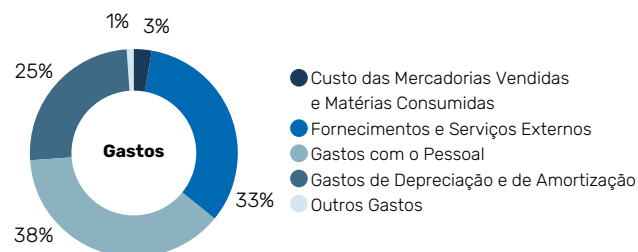
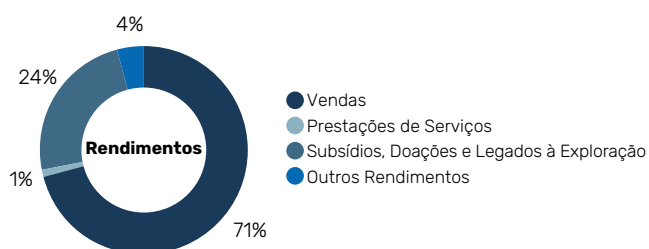


Agricultura *	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	196 344 €	286 389 €	208 635 €	252 625 €
Vendas	115 304 €	213 310 €	142 000 €	180 000 €
Prestações de Serviços	1 601 €	2 443 €	3 500 €	3 500 €
Variação nos Inventários da Produção	-6 420 €	-5 285 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	69 791 €	63 242 €	54 000 €	60 000 €
Reversões	274 €	142 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	15 795 €	12 537 €	9 135 €	9 125 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-296 344 €	-298 563 €	-329 548 €	-347 223 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-13 720 €	-6 164 €	-12 100 €	-8 750 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-72 307 €	-79 392 €	-97 176 €	-115 160 €
Gastos com o Pessoal	-117 387 €	-119 071 €	-125 058 €	-131 535 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-88 809 €	-87 820 €	-90 230 €	-86 294 €
Perdas por Imparidade	-116 €	-187 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-3 315 €	-3 795 €	-3 250 €	-3 750 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-691 €	-2 135 €	-1 734 €	-1 734 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-100 000 €	-12 174 €	-120 913 €	-94 598 €

As imputações dos **Serviços Partilhados** e **Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | **Trabalhos Especializados (Fornecimentos e Serviços Externos)**

* Quinta d'Alva

Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025

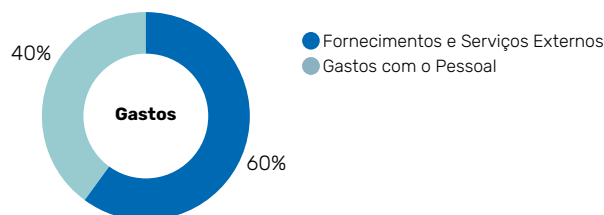
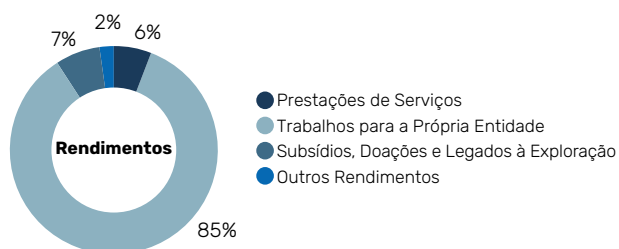


Ambiente*	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	190 211 €	184 787 €	199 689 €	227 417 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	11 143 €	14 696 €	12 500 €	13 000 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	173 278 €	157 110 €	149 072 €	194 376 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	0 €	5 839 €	7 786 €	15 571 €
Reversões	321 €	105 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	5 469 €	7 037 €	30 331 €	4 470 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-369 822 €	-323 374 €	-375 250 €	-486 488 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-30 €	-535 €	-660 €	-1 020 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-188 961 €	-166 378 €	-211 605 €	-289 662 €
Gastos com o Pessoal	-176 933 €	-151 219 €	-160 551 €	-194 011 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-2 345 €	-2 267 €	-2 434 €	-1 735 €
Perdas por Imparidade	-413 €	-153 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-1 140 €	-2 821 €	0 €	-60 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	-1 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-179 611 €	-138 587 €	-175 561 €	-259 071 €

As imputações dos **Serviços Partilhados** e **Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | **Trabalhos Especializados (Fornecimentos e Serviços Externos)**

* Parque da Prelada | Parque Avides Moreira

Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025

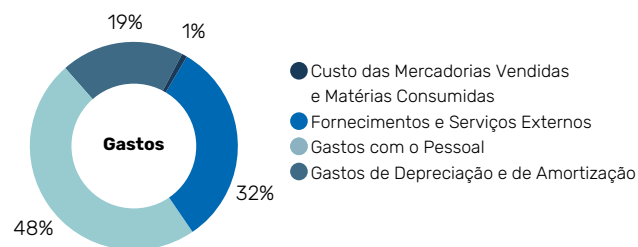
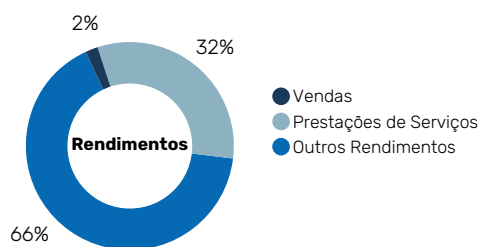


Cultura*	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	350 556 €	361 521 €	430 411 €	607 055 €
Vendas	9 843 €	9 676 €	15 350 €	12 250 €
Prestações de Serviços	131 656 €	134 694 €	184 880 €	195 900 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	5 552 €	651 €	16 758 €	1 100 €
Reversões	0 €	6 803 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	203 505 €	209 698 €	213 423 €	397 805 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-1 185 570 €	-1 065 045 €	-1 201 289 €	-1 189 176 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-3 657 €	-8 915 €	-14 100 €	-13 872 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-366 038 €	-274 020 €	-386 121 €	-377 558 €
Gastos com o Pessoal	-522 711 €	-550 901 €	-567 082 €	-569 893 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-225 947 €	-227 731 €	-232 487 €	-226 587 €
Perdas por Imparidade	-6 803 €	0 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-60 415 €	-3 478 €	-1 499 €	-1 266 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	0 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-835 014 €	-703 524 €	-770 878 €	-582 121 €

As imputações dos **Serviços Partilhados** e **Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | **Trabalhos Especializados (Fornecimentos e Serviços Externos)**

* Museu (MMIPO) | Casa da Prelada | Gabinete Religioso e de Culto | Centro de Restauro

Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025

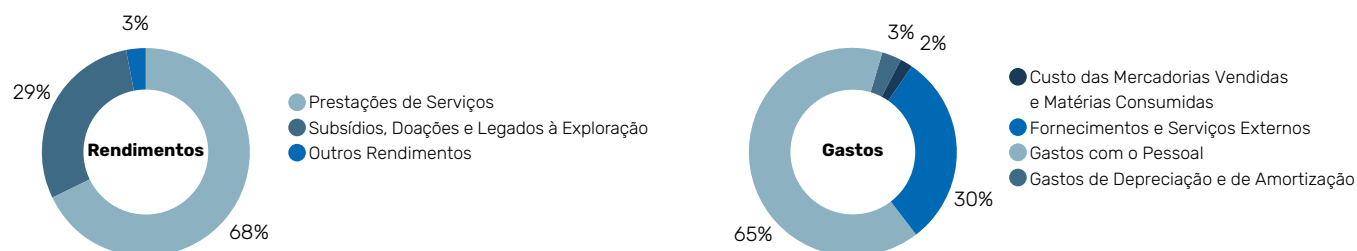


Educação*	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	2 631 879 €	2 770 005 €	2 961 510 €	3 198 002 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	1 797 549 €	1 901 231 €	2 063 062 €	2 184 505 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	686 049 €	705 790 €	798 592 €	925 865 €
Reversões	32 323 €	7 749 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	115 958 €	155 136 €	99 856 €	87 632 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	99 €	0 €	0 €
GASTOS	-3 277 463 €	-3 683 725 €	-3 452 653 €	-3 499 903 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-69 371 €	-62 668 €	-76 322 €	-81 166 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-909 258 €	-974 448 €	-1 087 932 €	-1 061 341 €
Gastos com o Pessoal	-2 097 557 €	-2 235 641 €	-2 171 112 €	-2 255 840 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-97 656 €	-101 737 €	-117 147 €	-101 526 €
Perdas por Imparidade	-14 381 €	-6 953 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	-266 514 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-89 235 €	-35 762 €	-140 €	-30 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-4 €	-2 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-645 584 €	-913 720 €	-491 143 €	-301 901 €

As imputações dos **Serviços Partilhados** e **Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)

* Colégio Nossa Senhora da Esperança

Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025

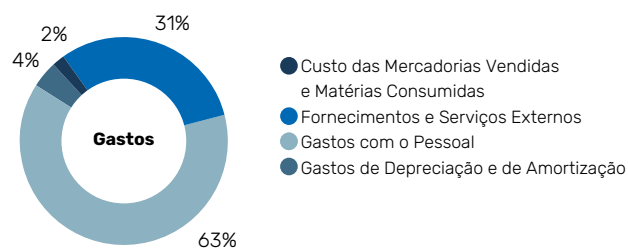
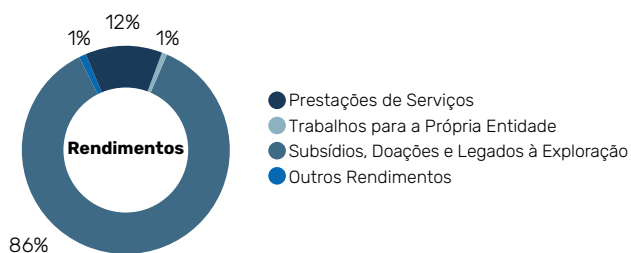


Ensino Especial*	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	1 713 386 €	1 817 040 €	1 762 525 €	1 882 722 €
Vendas	3 928 €	8 390 €	6 780 €	8 040 €
Prestações de Serviços	181 372 €	178 091 €	173 340 €	221 847 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	15 685 €	22 936 €	16 000 €	17 000 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1 470 246 €	1 576 296 €	1 554 683 €	1 624 964 €
Reversões	3 569 €	4 222 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	38 587 €	27 104 €	11 722 €	10 871 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-1 873 957 €	-1 958 415 €	-2 114 565 €	-2 078 222 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-85 252 €	-40 787 €	-47 652 €	-41 503 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-504 995 €	-632 136 €	-661 821 €	-645 588 €
Gastos com o Pessoal	-1 186 239 €	-1 191 957 €	-1 283 924 €	-1 305 281 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-84 233 €	-83 892 €	-120 595 €	-85 086 €
Perdas por Imparidade	-7 187 €	-5 307 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-6 051 €	-4 328 €	-573 €	-764 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	-8 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-160 571 €	-141 375 €	-352 040 €	-195 500 €

As imputações dos **Serviços Partilhados** e **Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | **Trabalhos Especializados (Fornecimentos e Serviços Externos)**

* **Centro Integrado de Apoio à Deficiência | Centro Professor Albuquerque e Castro**

Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025

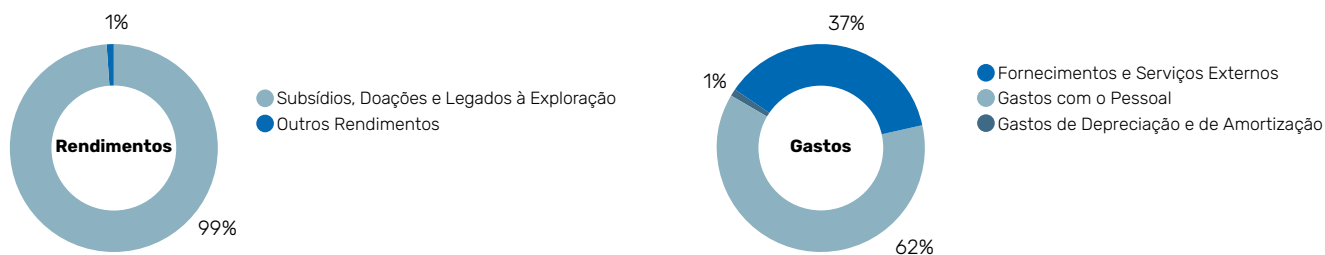


Juventude*	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	452 256 €	449 122 €	164 160 €	128 581 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	0 €	0 €	0 €	0 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	425 774 €	378 506 €	164 160 €	127 581 €
Reversões	0 €	29 223 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	26 482 €	41 393 €	0 €	1 000 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-895 399 €	-490 978 €	-188 118 €	-128 963 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-60 599 €	-1 388 €	-547 €	-650 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-277 376 €	-182 251 €	-100 664 €	-47 113 €
Gastos com o Pessoal	-456 146 €	-270 590 €	-80 607 €	-80 421 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-64 291 €	-32 376 €	-798 €	-779 €
Perdas por Imparidade	-29 223 €	0 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-7 764 €	-4 370 €	-5 502 €	0 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	-3 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-443 142 €	-41 856 €	-23 958 €	-382 €

As imputações dos **Serviços Partilhados** e **Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | **Trabalhos Especializados (Fornecimentos e Serviços Externos)**

* **Acolhimento Familiar** (a partir de set./2022) | **Cólegio Barão de Nova Sintra** (até jul./2023)

Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025

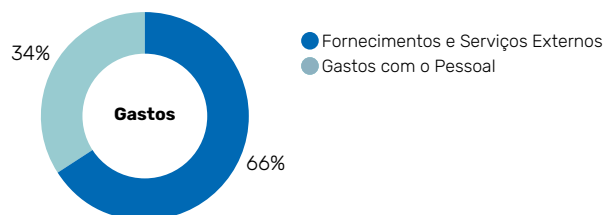
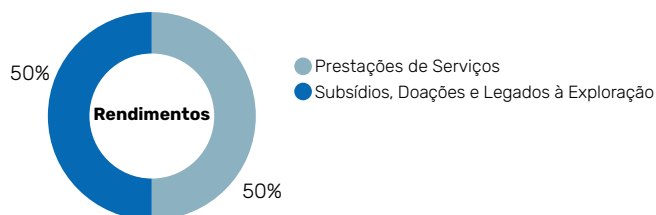


Projetos Especiais*	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	1 318 625 €	1 038 054 €	1 085 108 €	1 423 650 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	532 470 €	472 182 €	546 174 €	706 845 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	713 611 €	564 055 €	538 934 €	716 805 €
Reversões	0 €	0 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	72 544 €	1 817 €	0 €	0 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-1 265 052 €	-1 142 007 €	-1 125 128 €	-1 448 800 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-1 082 €	-322 €	-1 409 €	-2 340 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-700 359 €	-709 040 €	-743 168 €	-952 062 €
Gastos com o Pessoal	-493 733 €	-425 500 €	-376 560 €	-492 101 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-16 809 €	-5 335 €	-3 991 €	-2 297 €
Perdas por Imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-53 068 €	-1 810 €	0 €	0 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	0 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	53 574 €	-103 953 €	-40 020 €	-25 150 €

As imputações dos Serviços Partilhados e Corporativos foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (Fornecimentos e Serviços Externos)

* Humaniza | Incorpora | Chave de Afetos 3.0 | POISE | Sempre Acompanhados Porto | Reincorpora | Euterpe | Erasmus - PSSA

Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025

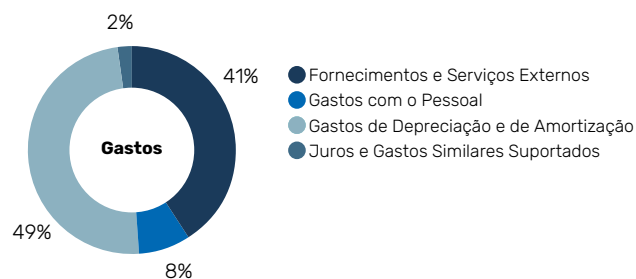
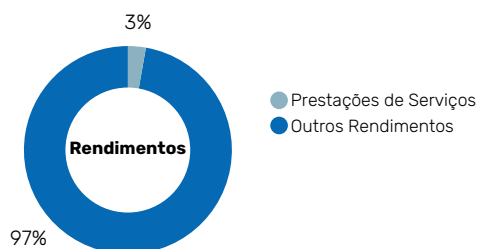


Património*	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	5 489 098 €	5 701 690 €	6 504 453 €	7 020 558 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	110 496 €	233 859 €	213 780 €	220 317 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	0 €	0 €	0 €	0 €
Reversões	121 504 €	5 354 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	5 257 097 €	5 462 477 €	6 290 673 €	6 800 241 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-2 475 272 €	-2 538 646 €	-2 764 341 €	-2 677 196 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-2 226 €	-247 €	-2 216 €	-90 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-998 087 €	-969 676 €	-1 142 629 €	-1 099 178 €
Gastos com o Pessoal	-134 800 €	-175 585 €	-196 574 €	-209 880 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-1 188 789 €	-1 254 743 €	-1 374 835 €	-1 314 153 €
Perdas por Imparidade	-101 939 €	-87 754 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-4 370 €	-7 311 €	-3 625 €	-8 500 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-45 061 €	-43 329 €	-44 462 €	-45 395 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3 013 826 €	3 163 044 €	3 740 112 €	4 343 362 €

As imputações dos **Serviços Partilhados** e **Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | **Trabalhos Especializados (Fornecimentos e Serviços Externos)**

* **Complexos** | **Outros imóveis na Zona do Porto** | **Imóveis de Concelhos Fora do Porto** | **Residências Universitárias** | **Parques de Estacionamento**

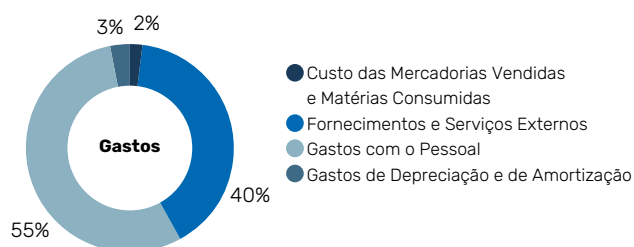
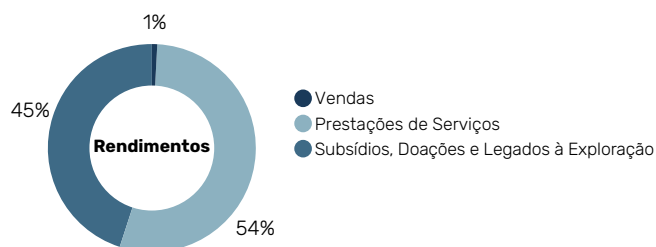
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025



Social*	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	4 225 115 €	4 750 889 €	4 846 457 €	5 342 786 €
Vendas	54 614 €	67 634 €	60 439 €	66 600 €
Prestações de Serviços	1 846 831 €	2 256 924 €	2 479 277 €	2 880 402 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	2 219 394 €	2 321 108 €	2 277 386 €	2 376 358 €
Reversões	2 524 €	8 474 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	101 751 €	96 750 €	29 355 €	19 426 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-7 262 614 €	-7 527 562 €	-8 211 477 €	-8 474 521 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-204 987 €	-180 242 €	-207 322 €	-201 268 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-2 898 157 €	-3 057 253 €	-3 402 008 €	-3 339 964 €
Gastos com o Pessoal	-3 791 412 €	-3 949 636 €	-4 308 995 €	-4 656 060 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-282 232 €	-259 629 €	-281 172 €	-265 425 €
Perdas por Imparidade	-22 449 €	-1 036 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-63 376 €	-79 748 €	-11 980 €	-11 804 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-1 €	-18 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-3 037 499 €	-2 776 673 €	-3 365 020 €	-3 131 735 €

As imputações dos **Serviços Partilhados** e **Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | **Trabalhos Especializados (Fornecimentos e Serviços Externos)**
 * S. Lázaro | N.ª. Sr.ª. Misericórdia | Pereira Lima | Serviços de Apoio Domiciliário | Casa St.ª. António | Casa da Rua | CAS D. M. Martins | Serv. Saúde (UNISA) | Dep. Intervenção Social | Serv. Atendimento e Acompanhamento Social Integrado | Apartamentos Partilhados

Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025

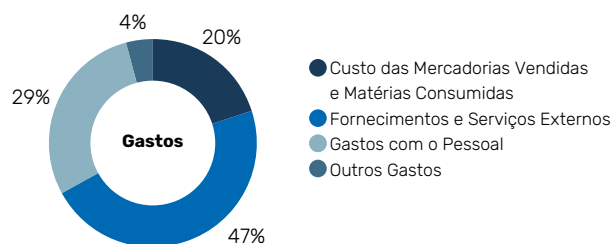
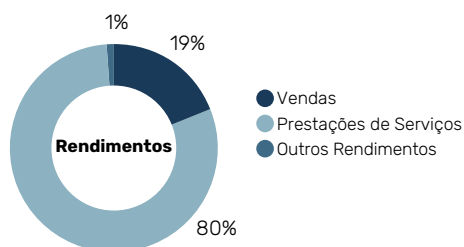


Justiça*	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	1 895 651 €	2 000 762 €	2 031 583 €	2 056 642 €
Vendas	351 526 €	386 415 €	387 000 €	390 000 €
Prestações de Serviços	1 520 931 €	1 596 316 €	1 631 097 €	1 651 672 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	6 439 €	0 €	0 €	0 €
Reversões	970 €	0 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	15 784 €	18 032 €	13 486 €	14 970 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-1 977 085 €	-2 090 822 €	-2 120 165 €	-2 133 444 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-350 408 €	-401 866 €	-394 875 €	-431 300 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-972 720 €	-999 786 €	-1 050 220 €	-1 008 043 €
Gastos com o Pessoal	-573 181 €	-593 298 €	-580 527 €	-618 121 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-1 461 €	-3 968 €	-3 420 €	-3 200 €
Perdas por Imparidade	-1 357 €	-4 043 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-77 957 €	-87 856 €	-91 123 €	-72 780 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	-5 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-81 434 €	-90 060 €	-88 582 €	-76 802 €

As imputações dos **Serviços Partilhados** e **Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | **Trabalhos Especializados (Fornecimentos e Serviços Externos)**

* Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo - Feminino

Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025



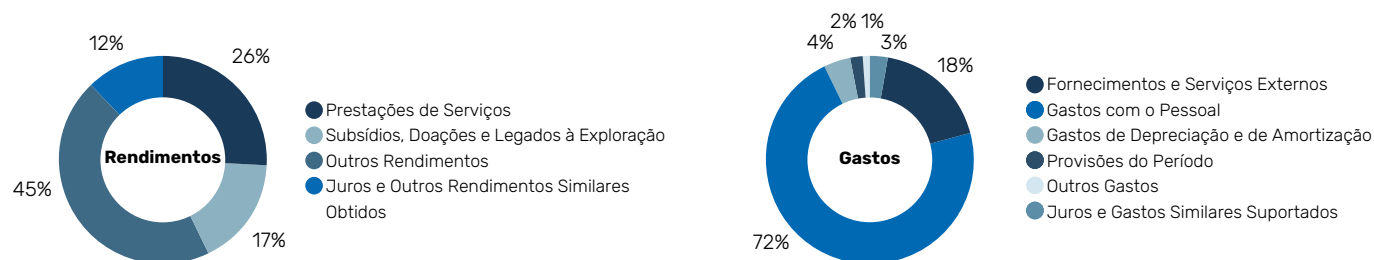
Serviços Partilhados e Corporativos*	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	381 987 €	480 948 €	107 474 €	123 600 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	30 881 €	33 015 €	30 900 €	31 700 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	55 806 €	256 271 €	6 500 €	21 359 €
Reversões	112 732 €	0 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	40 547 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	166 076 €	96 958 €	53 332 €	55 111 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	16 492 €	54 157 €	16 742 €	15 430 €
GASTOS	-4 685 299 €	-5 096 414 €	-5 018 176 €	-4 836 131 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-11 153 €	-9 295 €	-8 447 €	-9 070 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-810 307 €	-804 993 €	-875 942 €	-884 517 €
Gastos com o Pessoal	-3 440 065 €	-3 560 941 €	-3 517 102 €	-3 505 058 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-287 734 €	-241 487 €	-248 728 €	-188 552 €
Perdas por Imparidade	0 €	-208 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	-27 761 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	-148 547 €	-75 000 €	-75 000 €
Outros Gastos	-74 910 €	-94 403 €	-26 906 €	-53 934 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-33 369 €	-236 541 €	-266 051 €	-120 000 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-4 303 312 €	-4 615 466 €	-4 910 702 €	-4 712 531 €

Serviços Partilhados e Corporativos*	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
Hospital Prelada	2 270 666 €	2 485 966 €	2 682 606 €	2 523 098 €
C. H. Conde Ferreira	547 163 €	581 528 €	609 341 €	593 850 €
Saúde	2 817 829 €	3 067 494 €	3 291 947 €	3 116 948 €
Agricultura	22 813 €	17 611 €	20 759 €	29 311 €
Ambiente	16 937 €	14 441 €	14 101 €	19 634 €
Cultura	61 709 €	62 924 €	66 854 €	62 310 €
Educação	199 940 €	206 020 €	214 927 €	207 637 €
Ensino Especial	137 188 €	193 793 €	215 270 €	226 038 €
Justiça	101 302 €	113 432 €	121 207 €	114 302 €
Juventude	59 686 €	40 652 €	15 899 €	15 396 €
Projetos Especiais	41 951 €	52 383 €	36 093 €	41 906 €
Património	335 875 €	306 938 €	346 677 €	289 535 €
Social	508 082 €	539 779 €	566 968 €	589 514 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (APÓS IMPUTAÇÕES)	0 €	0 €	0 €	0 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Trabalhos Especializados (**Fornecimentos e Serviços Externos**)

* Departamentos: Contabilidade e Finanças, Gestão Administrativa e Património, Recursos Humanos e Formação Profissional, Gestão Organizacional e Sistemas de Informação | Gabinetes: Auditoria Interna, Provedoria, Assuntos Jurídicos e Contencioso, Qualidade | Sede

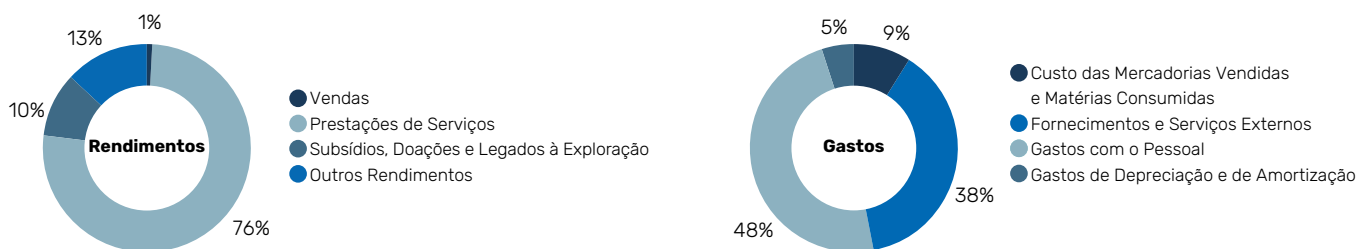
Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025

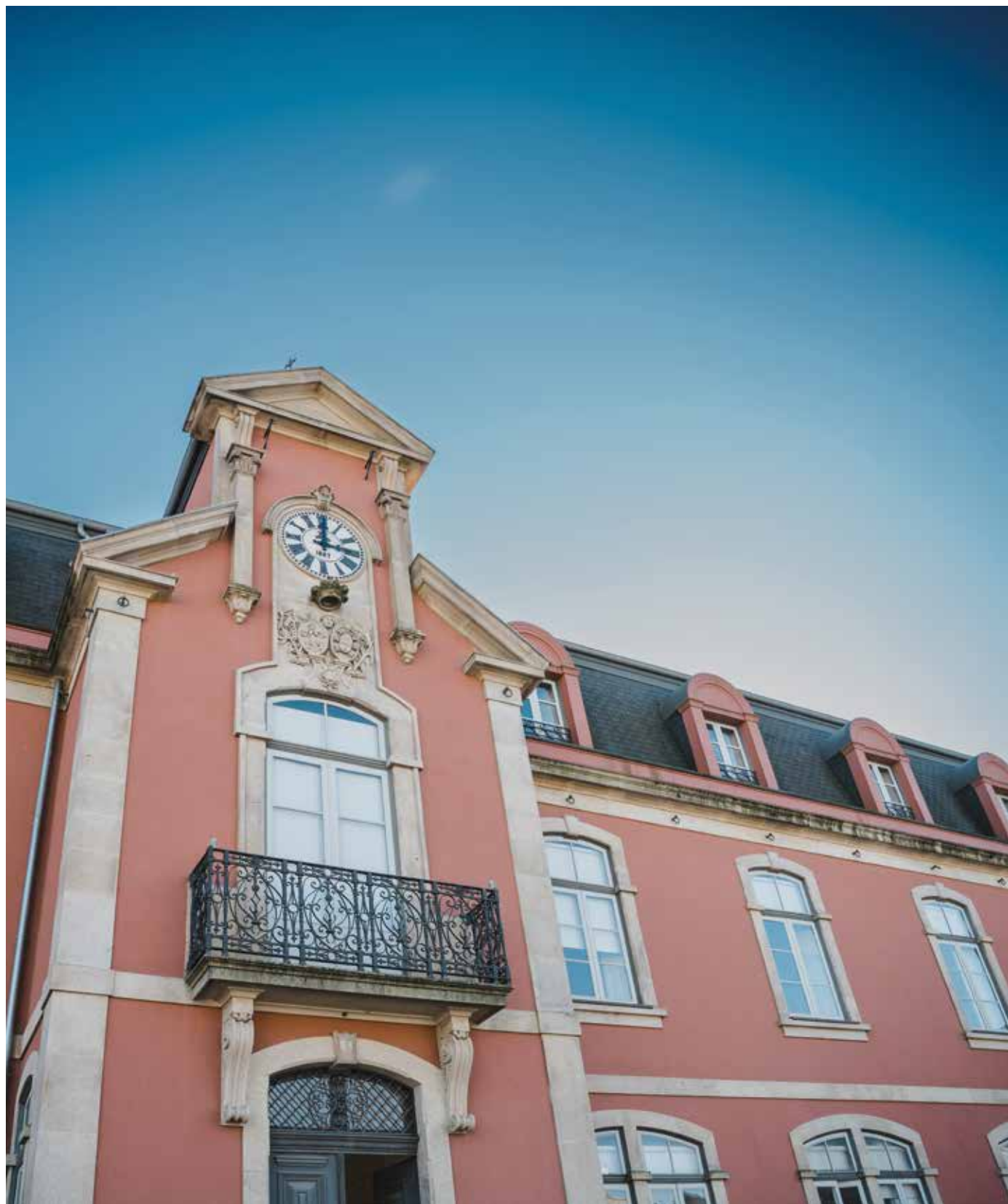


Consolidado Analítico (Com imputação dos SPeC)	REALIZADO 2022	REALIZADO 2023	ORÇAMENTO 2024	ORÇAMENTO 2025
RENDIMENTOS	60 586 995 €	61 557 727 €	65 705 104 €	70 409 296 €
Vendas	535 215 €	685 425 €	611 569 €	656 890 €
Prestações de Serviços	44 934 921 €	45 869 575 €	50 150 934 €	53 391 799 €
Variação nos Inventários da Produção	-6 420 €	-5 285 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	188 962 €	180 046 €	165 072 €	211 376 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	7 033 830 €	7 003 463 €	6 801 448 €	7 339 776 €
Reversões	446 884 €	101 464 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	7 452 641 €	7 722 939 €	7 976 081 €	8 809 455 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	962 €	99 €	0 €	0 €
GASTOS	-64 075 105 €	-63 975 238 €	-66 962 295 €	-70 920 862 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-5 945 738 €	-5 852 637 €	-6 204 060 €	-6 490 741 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-22 954 265 €	-23 366 347 €	-25 113 408 €	-27 202 706 €
Gastos com o Pessoal	-30 928 724 €	-30 487 910 €	-31 802 324 €	-33 748 924 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-3 404 685 €	-3 234 301 €	-3 428 707 €	-3 177 811 €
Perdas por Imparidade	-196 658 €	-168 837 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	-266 514 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-589 453 €	-545 904 €	-345 738 €	-251 603 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-55 581 €	-52 788 €	-68 058 €	-49 077 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-3 488 110 €	-2 417 511 €	-1 257 191 €	-511 566 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | **Trabalhos Especializados (Fornecimentos e Serviços Externos)**

Análise de estrutura de rendimentos e gastos > Orçamento 2025





ORÇAMENTO 2025

	SAÚDE			AGRICULTURA	AMBIENTE	CULTURA
	HOSPITAL DA PRELADA	CENTRO HOSP. CONDE FERREIRA	TOTAL SAÚDE			
RENDIMENTOS	40 923 074 €	7 346 184 €	48 269 258 €	252 625 €	227 417 €	607 055 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	180 000 €	0 €	12 250 €
Prestações de Serviços	40 229 564 €	5 084 247 €	45 313 811 €	3 500 €	13 000 €	195 900 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €	194 376 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1 510 €	1 490 022 €	1 491 532 €	60 000 €	15 571 €	1 100 €
Reversões	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	692 000 €	771 915 €	1 463 915 €	9 125 €	4 470 €	397 805 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-40 131 752 €	-8 325 174 €	-48 456 926 €	-347 223 €	-486 488 €	-1 189 176 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-5 184 307 €	-524 475 €	-5 708 782 €	-8 750 €	-1 020 €	-13 872 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-15 151 200 €	-3 115 837 €	-18 267 037 €	-115 160 €	-289 662 €	-377 558 €
Gastos com o Pessoal	-19 231 306 €	-4 004 475 €	-23 235 781 €	-131 535 €	-194 011 €	-569 893 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-411 789 €	-678 940 €	-1 090 729 €	-86 294 €	-1 735 €	-226 587 €
Perdas por Imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-152 000 €	-649 €	-152 649 €	-3 750 €	-60 €	-1 266 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-1 150 €	-798 €	-1 948 €	-1 734 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	791 322 €	-978 990 €	-187 668 €	-94 598 €	-259 071 €	-582 121 €

EDUCAÇÃO	ENSINO ESPECIAL	JUVENTUDE	PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO	SOCIAL	PROJETOS ESPECIAIS	JUSTIÇA	CONSOLIDADO	SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS
3 198 002 €	1 882 722 €	128 581 €	7 020 558 €	5 342 786 €	1 423 650 €	2 056 642 €	70 409 296 €	123 600 €
0 €	8 040 €	0 €	0 €	66 600 €	0 €	390 000 €	656 890 €	0 €
2 184 505 €	221 847 €	0 €	220 317 €	2 880 402 €	706 845 €	1 651 672 €	53 391 799 €	31 700 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
0 €	17 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	211 376 €	0 €
925 865 €	1 624 964 €	127 581 €	0 €	2 376 358 €	716 805 €	0 €	7 339 776 €	21 359 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
87 632 €	10 871 €	1 000 €	6 800 241 €	19 426 €	0 €	14 970 €	8 809 455 €	55 111 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	15 430 €
-3 499 903 €	-2 078 222 €	-128 963 €	-2 677 196 €	-8 474 521 €	-1 448 800 €	-2 133 444 €	-70 920 862 €	-4 836 131 €
-81 166 €	-41 503 €	-650 €	-90 €	-201 268 €	-2 340 €	-431 300 €	-6 490 741 €	-9 070 €
-1 061 341 €	-645 588 €	-47 113 €	-1 099 178 €	-3 339 964 €	-952 062 €	-1 008 043 €	-27 202 706 €	-884 517 €
-2 255 840 €	-1 305 281 €	-80 421 €	-209 880 €	-4 656 060 €	-492 101 €	-618 121 €	-33 748 924 €	-3 505 058 €
-101 526 €	-85 086 €	-779 €	-1 314 153 €	-265 425 €	-2 297 €	-3 200 €	-3 177 811 €	-188 552 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-75 000 €
-30 €	-764 €	0 €	-8 500 €	-11 804 €	0 €	-72 780 €	-251 603 €	-53 934 €
0 €	0 €	0 €	-45 395 €	0 €	0 €	0 €	-49 077 €	-120 000 €
-301 901 €	-195 500 €	-382 €	4 343 362 €	-3 131 735 €	-25 150 €	-76 802 €	-511 566 €	-4 712 531 €

Plano de Investimentos 2025

NATUREZA DO INVESTIMENTO	2025
Edifícios e Outras Construções	6 346 300
Equipamento Básico	1 134 500
Equipamento Administrativo	451 400
Outro Equipamento	154 700
Software	298 700
TOTAL	8 385 600

Nota: Sujeito à disponibilidade de fundos próprios e/ou financiamento externo.

Valores em Euros
Valores com IVA



08 Parecer do Definitório



DEFINITÓRIO

PARECER SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025

Nos termos da alínea c) do número 1, bem como do número 3 do artigo 57.º do Compromisso, o Definitório apreciou o Plano de Atividades e Orçamento da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), referentes ao Exercício de 2025.

O Definitório considera que os documentos, elaborados pela Mesa Administrativa, explicitam, de forma clara e transparente, a atividade projetada para o ano de 2025 e os seus reflexos nas respetivas contas.

Essa atividade, explanada de forma detalhada no Plano de Atividades, prossegue a Missão da SCMP, na sua amplitude, que aqui recordamos:

“Oferecer aos seus clientes, beneficiários e Irmãos, soluções integradas e inovadoras na prestação de serviços humanizados, pautados pela excelência e por elevados níveis de qualidade e ética profissional, assegurando a melhoria das condições e da qualidade de vida da comunidade em geral, e em particular dos mais desfavorecidos. Preservar e difundir o seu património cultural, material e imaterial, promovendo iniciativas e parcerias de apoio à economia social.”

O ano de 2025 representa o segundo ano do novo governo da República que, sendo minoritário, sabemos, desde já, que terá o seu Orçamento aprovado para 2025, o que será uma garantia de estabilidade para a economia portuguesa, ainda que as previsões de crescimento não sejam muito otimistas.

É este cenário macroeconómico que irá influenciar a exploração da Instituição, estando projetada uma recuperação dos seus resultados, na senda do que tem vindo a suceder nos últimos anos.

Assim, estão previstos Rendimentos no valor de 70.533 mil€, inferiores aos 71.044 mil€ de Gastos orçamentados, originando resultados líquidos negativos, no valor de 512 mil€, que traduzem um recuperação face aos resultados dos últimos exercícios.

O EBITDA, projetado para 2025, apresenta um expressivo valor de 3.008 mil€.

No Plano de Investimentos, encontram-se previstos 8.386 mil€, continuando a preponderância dos investimentos, cerca de 76%, nos Edifícios e Construções, reabilitando, valorizando e rentabilizando o seu vasto Património, no sentido de assegurar a sustentabilidade futura da Instituição.

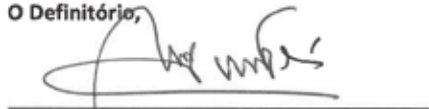
PARECER:

Pelo exposto, emitimos Parecer favorável à aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da SCMP para 2025, propondo-se a sua aprovação pelos Irmãos na Assembleia Geral convocada para o efeito.

Expressamos, ainda, o nosso agradecimento pela colaboração prestada pela Mesa Administrativa e o nosso apreço pela evolução favorável dos resultados da SCMP, fruto do esforço dos Colaboradores e da determinação e resiliência dos seus Dirigentes.

Porto, 31 de outubro de 2024

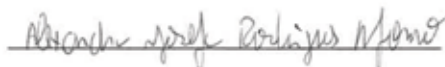
O Definitório,



António José Ramalho Monteiro, Presidente



Justino Cruz dos Santos, Vice-Presidente



Alexandra Josefa Rodrigues Afonso, Secretário



Município de
misericórdia
do **porto**



José Carlos Pires Póvoas, Vogal

Nuno Camilo Mota Oliveira, Vogal

Coordenação

Gabinete de Marketing e Comunicação
comunicar@scmp.pt

Revisão

Casa da Prelada

Design Gráfico

Gabinete de Marketing e Comunicação by B+ comunicação

Fotografia

Gabinete de Marketing e Comunicação by Easyphoto

Impressão

Centro Professor Albuquerque e Castro by AJNET
cpac@scmp.pt

2024





